

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO

PRESENÇA DO IDEÁRIO CATÓLICO NA *REVISTA DO ENSINO* DE
MINAS GERAIS (1925–1940)

Uberlândia, MG
2021

MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO

PRESENÇA DO IDEÁRIO CATÓLICO NA *REVISTA DO ENSINO* DE
MINAS GERAIS (1925–1940)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre educação.

Área de concentração: História e
Historiografia da Educação

Orientador: Betânia de Oliveira Laterza
Ribeiro

Uberlândia, MG
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C672p
2021

Coelho, Monalisa Lopes dos Santos, 1992-
Presença do Ideário Católico na *Revista do Ensino de Minas Gerais*
(1925 –1940) [recurso eletrônico] / Monalisa Lopes dos Santos Coelho.
- 2021.

Orientadora: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6021>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza, 1961-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Rejane Maria da Silva (Bibliotecária) – CRB6/1925

MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO

PRESENÇA DO IDEÁRIO CATÓLICO NA *REVISTA DO ENSINO* DE
MINAS GERAIS (1925–1940)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Uberlândia, MG, 26 de janeiro de 2021

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Membros da banca

Prof. dr. *Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro* — orientadora
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. dr. *José Carlos de Souza Araújo* — membro interno
Universidade Federal de Uberlândia

Profa. dra. *Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida* — membro externo
Pontifícia Universidade Católica de Goiás



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 38/2021/748, PPGED				
Data:	Vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	[09:00]	Hora de encerramento:	[12:15]
Matrícula do Discente:	11912EDU033				
Nome do Discente:	MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO				
Título do Trabalho:	"A PRESENÇA DO IDEÁRIO CATÓLICO NA REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS (1925-1940)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais (1909-1927)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PUC-GO; José Carlos Souza Araujo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/01/2021, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 26/01/2021, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 27/01/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2518497** e o código CRC **E98BFACD**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me fortalecido e me ajudado em todos os momentos de minha vida. Este trabalho é mais uma de suas bênçãos em minha existência.

Ao meu esposo, Janderson, que sempre me apoiou para que eu não desistisse, sendo exemplo de superação para mim e um companheiro compreensivo e alegre. Mesmo tendo enfrentado a retirada de um tumor no cérebro em junho de 2019, nunca perdeu o encantamento pela vida, a fé e a esperança; e encontra-se vitorioso em seu processo de reabilitação. Obrigado por poder estar ao seu lado.

À professora doutora Betânia Laterza, a sua orientação muito contribuiu para que chegássemos a esta versão do trabalho de pesquisa, me animou e me motivou para que eu jamais desistisse, em especial nos momentos mais difíceis da minha vida, que foi o período do pós-operatório pelo qual o meu esposo passou. Enfrentamos grandes lutas. A senhora sempre reconheceu os meus esforços, meu empenho e minha dedicação; e acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação. Sinto gratidão pelo seu incentivo e confiança em mim depositada.

À CAPES pela bolsa de Mestrado concedida durante todos os meses de estudo, sendo ela muito importante para que eu pudesse prosseguir com o curso e com a pesquisa e terminar com êxito.

Aos secretários do PPGED-UFU James e Ali que sempre se mostraram cordiais e atenciosos para comigo mesmo com a grande demanda de estudantes, obrigada pela dedicação a nós alunos da Pós-Graduação.

À minha mãe, Líbia, ao meu irmão, Irineu, e aos meus sogros, Jonas e Dayse, que me apoiaram nessa trajetória nos anos de 2019, 2020, e janeiro de 2021 para que eu conseguisse transpor diversos obstáculos e terminar o meu curso de Mestrado.

À Maria, minha ajudante em minha casa e cuidadora do meu esposo, que como um anjo nos acompanha. Obrigada por estar ao nosso lado, sendo a senhora também fundamental na minha trajetória como estudante, para me dedicar ao Mestrado.

Ao corretor e revisor Edinan por ter corrigido e revisado o meu trabalho.

Aos membros da banca, que se dispuseram a avaliar a pesquisa desde o exame de qualificação, com conselhos e direcionamentos que pude utilizar para reorganizar e finalizar este trabalho. Agradeço por todas as contribuições e orientações concedidas.

*À minha orientadora Profa. Betânia
Laterza. Ao meu marido, Janderson —
grande companheiro e meu melhor amigo!
À minha mãe Libia, ao meu irmão, Irineu,
aos meus sogros, Jonas e Dayse, e à minha
querida ajudante, Maria, dedico com
carinho este trabalho.*

RESUMO

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos Coelho. *Presença do ideário católico na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925–1940)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Este trabalho se inscreve na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia PPGED-UFU. O objeto de estudo é a presença de elementos do ideário católico na *Revista do Ensino* de Minas Gerais entre os anos 1925 e 1940. A problematização do objeto se projetou no contexto histórico da primeira metade do século XX (República, cisão Estado-Igreja, movimento da restauração católica e o da Escola Nova). Questionou-se como a Igreja Católica conseguiu conquistar espaço na *Revista do Ensino*? Quais e como eram os conteúdos de fundo religioso católico que esse periódico veiculou? Tais conteúdos contribuíam ou ajudaram a compor um magistério e uma pedagogia católico-cristã? O objetivo geral é *compreender* nuances de como a Igreja Católica conseguiu se manter ativa e influente no campo da educação após a decretação do Brasil como Estado laico; e os objetivos específicos são *caracterizar* conteúdos pedagógicos católicos veiculados na *Revista do Ensino*; *averiguar* como tais conteúdos se apresentavam ao professorado mineiro (catequista e não católico); *entender* o que era a Pedagogia de Jesus Cristo e a Escola Nova Cristã na publicação; *reconhecer* como os conteúdos de fundo católico legitimavam o magistério como sinônimo de missão, vocação, destino, sacerdócio e lugar da mulher. Esta pesquisa é documental e bibliográfica, e enquanto estudo histórico, seguiu postulados e procedimentos teórico-metodológico do método materialismo histórico dialético, preocupando-se com as contradições, os conflitos, os embates, os antagonismos nas relações existentes entre o macro e micro, isto é, entre o nacional, e o local. A fonte histórica central foi a *Revista do Ensino* de Minas Gerais com o exame dos 175 números no período 1925–1940, e de fontes complementares como encíclicas papais, cartas pastorais, jornais oficiais e católicos, leis, decretos, e o livro de época *Minas Gerais em 1925*. As categorias analíticas foram: Pedagogia de Jesus Cristo, Escola Nova Cristã, e magistério como sinônimo de: missão, vocação, destino e sacerdócio e lugar da mulher. O capítulo 1 contextualiza o período republicano inicial no Brasil, aborda sobre a separação entre Estado e Igreja Católica, o movimento da restauração católica, e o movimento da Escola Nova, em que se procura caracterizar a conjuntura histórica-político-educacional-religiosa. O capítulo 2 focaliza Minas Gerais, abordando sobre a tradição católica mineira, e o envolvimento da Igreja com os governantes estaduais sucessivamente. São feitas reflexões sobre a reforma Francisco Campos, a formação de professores, a gênese da *Revista do Ensino* criada em 1892 e reativada em 1925, caracterizando a conjuntura histórica-político-educacional-religiosa neste estado, e suas reverberações neste impresso pedagógico. O capítulo 3 traz a análise dos dados pesquisa, examina capas e os discursos de autoridades eclesiásticas e educacionais mineiras veiculados no impresso, com base no levantamento geral das publicações vinculadas ao catolicismo (1925-1940) e o gráfico derivado do levantamento; analisa-se os princípios da Pedagogia de Jesus Cristo, e como os conteúdos pedagógicos recomendavam o magistério para a figura feminina. Os resultados apontaram que a Igreja Católica reuniu forças e estabeleceu um movimento de reação à escola laica, e em Minas Gerais, o clero encontrou não apenas uma sociedade de tradição católica conservadora, como também sucessivos governos estaduais dispostos a aceitarem a colaboração da Igreja nos rumos da educação. Com essa abertura, a Igreja pôde contar com a *Revista do Ensino* para veicular o seu ideário pedagógico inclusive seus postulados da Escola Nova Cristã, para alcançar professores, professoras primárias, e as normalistas, sob um discurso que instava as educadoras a seguirem o Mestre Jesus Cristo, e a encararem o magistério como missão terrena, abnegadas, sacrificadas, como sacerdotisas na qualidade de mestras, aceitando uma baixa remuneração, importando-se entretanto mais em desempenhar bem a sagrada missão pedagógica.

Palavras-chave: ideário católico, restauração católica, imprensa pedagógica, *Revista do Ensino*.

ABSTRACT

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos Coelho. *Presence of the catholic creed in the Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. 2021. Dissertation (Master's in Education) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

This study is part of the research line History and Historiography of Education of the Postgraduate Program in Education of the Universidade Federal de Uberlândia PPGED-UFU. The object of study is the presence of elements of the Catholic creed in the *Revista do Ensino de Minas Gerais* between the years 1925 and 1940. The problematization of the object was projected in the historical context of the first half of the 20th century (Republic, State-Church split, movement of Catholic restoration and the New School). It was questioned how the Catholic Church managed to conquer space in the *Revista do Ensino*? What and how were the catholic religious contents conveyed by this periodical? Did such contents contribute or help to compose a catholic-christian teaching and pedagogy? The general objective is to *understand* the nuances of how the Catholic Church managed to remain active and influential in the field of education after the decree of Brazil as a secular state; and the specific objectives are to *characterize* the catholic pedagogical contents published in *Revista do Ensino*; To *understand* what the Pedagogy of Jesus Christ and the New Christian School were in the publication; to *recognize* how the contents with a Catholic background legitimized teaching as synonymous with mission, vocation, destiny, sacrifice, priesthood, and the place of women. This research is documental and bibliographic, and as a historical study, it followed the theoretical and methodological postulates and procedures of the dialectical historical materialism method, concerning itself with the contradictions, conflicts, clashes, antagonisms in the existing relations between the macro and the micro, that is, between the national and the local. The central historical source was the *Revista do Ensino* de Minas Gerais with the examination of 175 issues in the period 1925-1940, and complementary sources such as papal encyclicals, pastoral letters, official and Catholic newspapers, laws, decrees, and the epoch book Minas Gerais in 1925. The analytical categories were: Pedagogy of Jesus Christ, New Christian School, and teaching as synonymous with: mission, vocation, destiny and priesthood, and the place of women. Chapter 1 contextualizes the early republican period in Brazil, discusses the separation between the State and the Catholic Church, the catholic restoration movement, and the New School movement, in which the historical-political-educational-religious conjuncture is characterized. Chapter 2 focuses on Minas Gerais, dealing with the Minas Gerais catholic tradition, and the Church's involvement with successive state governors. Reflections are made on the Francisco Campos reform, teacher training, the genesis of the *Revista do Ensino* created in 1892 and reactivated in 1925, characterizing the historical-political-educational-religious conjuncture in this state, and its reverberations in this pedagogical press. Chapter 3 brings the analysis of the research data, examines covers and the speeches of ecclesiastical and educational authorities of Minas Gerais conveyed in the print, based on the general survey of publications linked to Catholicism (1925-1940) and the graph derived from the survey; the principles of the Pedagogy of Jesus Christ are analyzed, and how the pedagogical contents recommended teaching to the female figure. The results pointed out that the Catholic Church gathered forces and established a movement of reaction to the secular school, and in Minas Gerais, the clergy found not only a society of conservative catholic tradition, but also successive state governments willing to accept the collaboration of the Church in the directions of education. With this opening, the Church could count on the *Revista do Ensino* to convey its pedagogical creed, including its postulates of the New Christian School, to reach teachers, elementary school teachers, and schoolmistresses, under a discourse that urged educators to follow the Master Jesus Christ, and to face teaching as an earthly mission, self-sacrificing, sacrificing, as priestesses in the quality of teachers, accepting a low remuneration, but caring more about performing well the sacred pedagogical mission.

Keywords: Catholic creed, catholic restoration, pedagogical press, *Revista do Ensino*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Capa da primeira edição da <i>Revista do Ensino</i> de Minas Gerais, n. 1, 1925	087
FIGURA 2	Capa da <i>Revista do Ensino</i> sugestiva da presença do catolicismo, n. 16–17, 1926	096
FIGURA 3	Capa da <i>Revista do Ensino</i> alusiva ao catecismo n. 74, 1932	099
FIGURA 4	Alusão à ideia de amor às crianças em Jesus Cristo	106
FIGURA 5	Lições de catecismo na <i>Revista do Ensino</i> , intituladas de A vida de Jesus e o ensino do catecismo, n. 76, 1932	117
FIGURA 6	Oração da Mestra, <i>Revista do ensino</i> n. 11, 1926	127

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Artigos científicos sobre a <i>Revista do Ensino</i> (2005-2019)	017
QUADRO 0	Conteúdos da <i>Revista do Ensino</i> (1925-1940) com recomendação de preceitos da Pedagogia de Jesus Cristo fundados na Bíblia, em encíclicas papais, cartas pastorais e catecismo católico	109

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO	Total anual de conteúdos de orientação católica publicados na <i>Revista do Ensino</i> , com mínimo e máximo de páginas dos textos localizados (1925–1940)	95
---------	--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CISÃO ENTRE ESTADO E IGREJA: AÇÕES E REAÇÕES NA DEFESA DA EDUCAÇÃO (LAICA)	23
1.1 A cisão Estado–Igreja	24
1.2 Reações da Igreja ao Estado laico	27
1.2.1 A restauração da fé: cartas pastorais e encíclicas papais	29
1.2.2 A publicização da fé: usos da imprensa pela Igreja	33
1.2.3 Educação pela fé: a permanência do catolicismo na formação de formadoras	38
1.3 Ascensão da educação progressista: escolanovistas e a defesa da escola pública laica	46
1.4 Ascensão política da Igreja: os católicos no governo de Getúlio Vargas	50
1.5 Escola Nova Cristã: o contradiscurso da Igreja à educação progressista	54
1.6 Síntese compreensiva	58
2 COOPERAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO: A ORIENTAÇÃO CATÓLICA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS	60
2.1 Igreja e governo de Minas Gerais: o peso da tradição católica	61
2.1.1 O governo católico de Mello Vianna: afinidades entre Minas Gerais e Roma	64
2.1.2 O governo católico de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: abertura e colaboração com a Igreja	69
2.1.3 O governo católico de Olegário Dias Maciel: continuidade do ensino religioso na escola pública	77
2.1.4 O governo católico de Benedito Valadares Ribeiro: o elogio à Constituição “em nome de Deus”	80
2.2 <i>Revista do Ensino</i> de Minas Gerais: o discurso católico como publicação oficial	83
2.3 <i>Revista de Ensino</i> e a presença do catolicismo na formação docente	90
3 A INCURSÃO DO IDEÁRIO CATÓLICO NA <i>REVISTA DO ENSINO</i>	93
3.1 Medida do ideário católico na <i>Revista do Ensino</i>	94
3.2 A imagem católica na <i>Revista do Ensino</i>	102
3.3 A Pedagogia de Jesus Cristo na <i>Revista do Ensino</i>	118
3.4 O ideário católico na docência: textos para a professora atuante e a normalista	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	142
FONTES	149
APÊNDICE	Conteúdos vinculados ao catolicismo na <i>Revista do Ensino</i> (1925–1940)
	153

INTRODUÇÃO

No Brasil, têm se fortalecido a recorrência à imprensa como componente de objetos de estudo e fonte de dados em pesquisas acadêmicas na história da educação (ARAÚJO, 2002). O destaque se explica. A imprensa é vinculada ao meio social que a produz, ou seja, contém em si, em seu trabalho, o binômio imprensa–sociedade. Como diz Araújo (2002, p. 24), “Imprensa e sociedade são dois pólos fundamentais na articulação do tipo de investigação histórica que se pretendemos fazer”. A imprensa se projeta como elemento importante à construção de conhecimentos na área da história da educação no Brasil (BASTOS, 2002) porque possibilita ver perspectivas múltiplas (discursos) que traduzem compreensões da realidade educacional escolar. A visão de políticos, da sociedade civil, da comunidade escolar, dos negociantes da educação, da própria imprensa, dentre outras possibilidades, todas permeiam veículos da imprensa.

Tal possibilidade se projeta quando se enfoca um tipo de imprensa em voga no Brasil da Primeira República: revistas publicadas por governos estaduais para veicular, exclusivamente, conteúdos afins ao universo da educação: da reforma educacional à formação de professores. Dentre outros impressos como jornais e boletins, tais revistas se enquadram no que estudiosos convencionaram chamar de *imprensa pedagógica*,

porque produzida por agentes afins ao universo da educação: docentes e discentes, diretores e inspetores, secretários de educação e assistentes educacionais, padres e bispos, intelectuais progressistas e conservadores, dentre outros. Isto é, agentes de instituições como o Estado, a Igreja, a escola, o partido político, a associação e outras. E no caso desta pesquisa científica o estudo privilegia especificamente o estudo da imprensa pedagógica, pretendendo fazer uma relação entre a imprensa pedagógica e a sociedade mineira considerando que esta relação foi perpassada pelo ideário católico.

A importância da imprensa pedagógica na história da educação reside, em grande medida, na possibilidade de voltar ao passado com perspectiva de entender questões-chave da educação: política educacional, organização escolar, filiações ideológicas e filosóficas na educação, preocupações e ações educacionais da sociedade, antagonismos e protagonismos, práticas escolares: docentes, discentes e administrativas, dentre várias outras possibilidades de compreensão.

Catani (1996) endossa o valor do estudo da imprensa pedagógica — as revistas educacionais. Fazê-lo seria adotar um corpo de conhecimentos privilegiado para compreender o campo educacional e o magistério. Analisar tanto a existência de um periódico voltado a conteúdos da educação quanto a ação de seus agentes produtores é lidar com uma “instância privilegiada” para apreender “modos de funcionamento” do campo educacional e informações: sobre o “trabalho pedagógico” e o “aperfeiçoamento das práticas docentes”; sobre “ensino específico das disciplinas” e “organização dos sistemas”; sobre “reivindicações da categoria do magistério” e “lutas por legitimidade” no campo educacional. Estudar uma revista pedagógica é “[...] analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares” (CATANI, 1996, p. 117).

Bastos (2002, p. 153–154) reitera Catani (1996) ao salientar que o estudo da imprensa pedagógica desvela pontos como “o discurso social e das estratégias editoriais” e os “fenômenos educacionais e sociais”; põe o pesquisador ante versões do “discurso pedagógico”, formas de “práticas educativas”, eventos do “cotidiano escolar”, mostras da “missão dos professores”, “programas e instruções oficiais”, elementos da “ideologia oficial” e do “corpo docente”, medidas da “força de inovação e de continuidade”, “contradições do discurso” (BASTOS, 2002, p. 153–154). Enfim, Biccás (2005) explica que tais publicações podem ser vistas como suporte teórico em sua

materialidade, tamanha a importância histórica dos escritos por elas veiculados e sua apropriação nas práticas educacionais.

Considerando as possibilidades que a imprensa pedagógica tem de veicular discursos contraditórios e ser usada como meio para educar — instilar, incutir, infundir, introjetar valores e crenças, deveres, compromissos e obrigações, expectativas e desejos nos agentes diretos da atividade educacional escolar: docentes e discentes. O ponto de partida foi a leitura dos estudos de Bicas (2008; 2005; 2002) e Rodrigues e Bicas (2015), para tecer o estudo em torno da presença da Igreja Católica nas páginas da *Revista do Ensino* de Minas Gerais, publicação oficial que constituiu um canal de comunicação entre o poder público educacional e as comunidades escolares, incluindo intelectuais afeitos ao debate sobre os rumos da educação no Brasil após a proclamação da República.

Inicialmente efetuou-se um levantamento sobre os estudos acadêmicos que já pesquisaram academicamente sobre a *Revista do Ensino* de Minas Gerais anteriormente a este trabalho no Brasil, este levantamento que incluiu a procura por livro, capítulos de livros, tese, dissertações e artigos científicos.

O livro *O impresso como estratégia de formação: a Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*, da pesquisadora Bicas (2008) foi muito significativo para a construção desta pesquisa. Não foi possível localizar, a tese de doutoramento da autora de 2001, denominada *O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)*, mas acredita-se que possivelmente o livro de Bicas (2008) seja a compilação de sua tese.

No capítulo de livro denominado *Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais (1925-1940)*, Bicas (2002) continua trazendo aspectos da materialidade da *Revista do Ensino*, entrecruzando com a história do Ensino Primário em Minas Gerais, e com a formação de professores. Este capítulo está disponível no livro organizado por Araújo e Júnior (2002), *Novos temas em História da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*.

Outro capítulo de livro localizado foi o *Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo*, de Vidal e Faria Filho (2005), que pertence ao livro *As lentes da história e*

historiografia da educação no Brasil, escrito pelos respectivos autores. Neste capítulo, eles utilizam a *Revista do Ensino* enquanto fonte histórica, além de trazerem na capa, uma imagem extraída de uma capa da *Revista*. Eles estudaram o Centenário do Ensino Primário no Brasil, comemorado na República Velha em 15 de outubro de 1927, e as repercussões das festividades desse dia.

Das dissertações que já trabalharam com esse mesmo impresso educacional, Biccás (2008) registrou cinco dissertações anteriores ao seu trabalho, que tomaram a *Revista do Ensino* como fonte de pesquisa, contudo, só foram localizados apenas dois destes trabalhos. Não foram encontradas a dissertação de Peixoto (1983), *A reforma educacional Francisco Campos - Minas Gerais, governo Antônio Carlos*, que trabalhou com o tema das reformas mineiras na década de 1920; nem a dissertação *O trabalho de ensinar: pedagogia para professora*, que analisou o período de 1930 a 1940, da Duarte (1988); tampouco a dissertação *A introdução oficial do movimento de escola no ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento*, da Prates (1989).

As duas dissertações registradas por Biccás (2008), que foram localizadas, são respectivamente: *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas: Revista do Ensino (1925-1929)*, de Borges (1993), nela, a pesquisadora explica sobre a face ideológica e autoritária da pedagogia escolanovista, baseada em teorias dos Estados Unidos e da Europa, objetivando compreender a difusão da ideologia do caráter nacional da educação, na fala da elite política e cultural mineira presente na *Revista do Ensino*.

A segunda dissertação localizada foi a da pesquisadora Souza (2001), intitulada *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: Uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)*. Nela, o objetivo é compreender as concepções disciplinares presentes nas propostas das reformas mineiras, e para isto, a autora focaliza os sujeitos envolvidos na missão disciplinar e educadora da escola, bem como as discussões disciplinares que envolviam a criança, em meio ao movimento escolanovista, analisando a *Revista do Ensino* como um impresso de formação de professores que divulgava os preceitos disciplinares da Reforma educacional mineira.

Posteriormente, em levantamento bibliográfico realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹, na busca por estudos que já trabalharam com a *Revista do Ensino* utilizando-a como fonte, não foi localizada nenhuma tese que tenha estudado

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O sítio pesquisado foi o <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>>.

sobre o impresso. Entretanto, foram localizadas sete dissertações de Mestrado, sendo que uma delas foi o trabalho da autora Souza (2001), já mencionado anteriormente, as outras seis encontram-se descritas a seguir.

O pesquisador Faria (2009), em sua dissertação *A Educação Física na Revista do Ensino: produção de uma disciplina escolar em Minas gerais (1925-1940)*, pesquisou sobre a circulação das prescrições de práticas educacionais, e o que a disciplina de Educação Física representou para os sujeitos escolares, sobretudo para alunos e professores, nesse periódico de formação docente.

A dissertação da pesquisadora Guimarães (2011), *“Tudo presta a quem tudo precisa”: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930)*, objetiva investigar os discursos moral, médico e da Psicologia, direcionados à educação da infância pobre, veiculados por este impresso. Em seus resultados, ela considerou que o discurso moral produziu a infância indigente, que o discurso médico produziu a infância desvalida e doente, e que o discurso da Psicologia produziu a infância anormal, que deveria ser corrigida pelos professores daquela época.

A pesquisadora Reis (2016), em sua dissertação chamada *Discursos acerca da educação da infância e da Educação Física dedicados aos jogos na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*, tratou de investigar como este periódico pedagógico apresentava os discursos sobre a infância e jogos como componentes da Educação Física, explicitando como os artigos publicados nela, que tratavam sobre a criança, e sobre os jogos que foram introduzidos e legitimados nos ensinos pré-primário e primário.

Silva (2018), em sua pesquisa de Mestrado denominada *Saberes geométricos na Revista do Ensino de Minas Gerais no período de 1925 a 1932*, estuda como o ensino dos saberes geométricos se mostrava em relação às concepções de elemento (conhecimento abstrato, e racional), e as concepções de rudimento (do conhecimento concreto e prático, e da experiência); investigando os saberes, os conteúdos, e as orientações (chamados de profissionalidade), que estavam presentes na *Revista*, e direcionados aos professores normalistas de 1º e 2º graus no referido período.

E a mais recente dissertação foi a da pesquisadora Rodrigues (2018), intitulada *Saberes geométricos na Revista do Ensino de Minas Gerais nas décadas de 1940 a 1950*. Esta pesquisa em essência se assemelha à anterior, só que adotou um interregno

histórico diferente, tentando compreender como o ensino dos saberes geométricos das décadas de 1940 a 1950, se apresentou em relação às concepções de elemento e rudimento, e quais as profissionalidades que apareciam na *Revista do Ensino*.

Elaborou-se também um levantamento bibliográfico dos artigos científicos que já trabalharam com a *Revista do Ensino* localizados nos últimos 14 anos (2005 a 2019), no Quadro a seguir. O ano de 2020 não consta na tabela abaixo, porque nele não foi localizado nenhum artigo que tratasse desta revista educacional.

QUADRO 01. Artigos científicos sobre a *Revista do Ensino* (2005-2019)

TÍTULO	AUTOR(A) / INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVES	NOME DA REVISTA / ANO DE PUBLICAÇÃO
"Tudo presta a quem tudo precisa": os discursos sobre a escolarização da infância pobre presentes na "Revista do Ensino" de Minas Gerais (1925-1930)	Paula Cristina David Guimarães / UFSJ	Infância pobre; escolarização; Revista do Ensino; discurso moral; discurso médico; discurso da Psicologia.	<i>Revista Brasileira de História da Educação</i> / (2013).
Educação física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935) organizar o ensino, formar o professorado	Tarcísio Mauro Vago / UFMG	Educação física; ginástica; escola; História da Educação; História da Educação Física.	<i>Revista Brasileira de História da Educação</i> / (2006).
Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930)	Elaine Rodrigues / UEM e Maurilane de Souza Biccás / USP	Educação; operação historiográfica; imprensa pedagógica; Revista do Ensino.	<i>Acta Scientiarum. Education</i> / (2015)
“Nossos Concursos” e “a Voz da Prática”: a Revista do Ensino como estratégias de formação de professores em Minas Gerais (1925–1930)	Maurilane de Souza Biccás / USP	Impresso; formação; professores; reforma; educação.	<i>Cadernos de História da Educação</i> / (2005)
A Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940): contribuições para a formação de professores em Educação Física	Daniel Costa Ordane / PUC/MG	Educação Física; Revista de Ensino; História da Educação.	<i>Formação Docente</i> / (2018)
História da educação Matemática na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1971)	Flávia Aparecida Britto/UFMG/UnBH e Maria Laura Magalhães Gomes / UFMG	História da Educação Matemática; Periódicos Educacionais; Revista do Ensino de Minas Gerais	<i>Zetiqué Revista de Educação Matemática</i> / (2019)

FONTE: dados derivados da pesquisa

A importância histórica da *Revista do Ensino* faz dela um objeto com proeminência na pesquisa acadêmica. Não por acaso, foi abordada em estudos pregressos, apresentados em livros, capítulo de livro, tese, dissertações e artigos. Contudo, a maior parte dos trabalhos localizados pouco têm que ver com o objeto de estudo aqui apresentado — a presença do ideário católico nas páginas deste impresso

pedagógico. O trabalho mais afim a este estudo é o de Biccás (2008) justamente a referência central da escrita desta dissertação, além de Biccás (2002, 2005). Em todo caso, este levantamento do estado do conhecimento sobre esta fonte histórica de pesquisa fica inscrito neste trabalho, como ponto de partida para outros estudiosos interessados na *Revista do Ensino*, demonstrando como o periódico já foi constante alvo de estudos acadêmicos.

Com efeito, a *Revista do Ensino* (1925-1940) circulou em todo o território mineiro, chegando gratuitamente às escolas públicas e a outras instituições educacionais que a adquiriam. Alcançava um público leitor formado por educadores católicos e não católicos. Por décadas, foi a única publicação do gênero a ser produzida em Minas Gerais (periódicos similares de outros estados circulavam em Minas Gerais). Tal projeção e difusão pareceram úteis à Igreja Católica, cuja tradição em Minas Gerais era secular. Uma medida da força dos católicos mineiros foi a recusa à Constituição de 1891, que prescreveu a respeito do estado laico (a educação laica). De fato, a Igreja sustentava uma imprensa católica, mas o clero também alcançou a *Revista do Ensino* utilizando-a a favor da Igreja; isto é, usar a influência do clero na sociedade mineira — leia-se elite financeira e elite política — para obter a chancela do governo a conteúdos de orientação religiosa. Fala-se em solução porque a República criou um problema para a Igreja ao lhe tirar a primazia nos rumos da instrução no país.

Se a infância era vista como etapa essencial central para a catequização, a escola primária laica excluía tal possibilidade, pois o ensino religioso havia sido banido da escola pública; mas não exatamente em Minas Gerais, onde a regra foi relativizada. Nesse caso, restava explorar a formação docente, setor que os católicos sustentaram com monopólio até. Logo, a *Revista do Ensino* abriu uma via promissora para difundir o ideário católico no meio educacional.

A *Revista do Ensino* circulou de 1925 a 1971, embora tenha sido criada em 1892 e extinta neste mesmo ano. Por mais de cinquenta anos de circulação, foi um dos periódicos mais importantes de Minas Gerais, dado seu papel significativo na formação de professores. A longevidade se projeta caso se considere que desde a primeira edição a partir de 1925 (quando foi reativada) se podem ler elementos do ideário católico em suas páginas.

De tal longevidade deriva um argumento central ao desdobramento da pesquisa aqui descrita: a Igreja se valeu da *Revista do Ensino* como estratégia em seu movimento

da restauração católica na primeira metade do século XX, como forma de voltar a se impor na sociedade como força política e disseminar seu credo. Engajada nesse movimento, a Igreja já havia se mobilizado antes de 1925 na produção de jornais, revistas, boletins e outros impressos — era a chamada imprensa católica. Dito de outro modo, fazer circular o credo católico pela imprensa já era estratégia; logo, levar o catolicismo à imprensa de outras instituições era questão de negociação, ainda mais em Minas Gerais. Convém notar que a reativação da *Revista do Ensino* coincidiu com o movimento da Igreja Católica para se restabelecer como instância de poder político entre os anos de 1920 a 1940.

Dito isso, este estudo partiu da premissa de que a Igreja Católica recorreu à imprensa para ampliar a propagação de seu credo (educacional), inclusive na *Revista do Ensino* de Minas Gerais. Com isso, pôde fortalecer ainda mais a tradição católica, senão no todo da sociedade mineira, ao menos em uma parte que pudesse multiplicar a difusão do ideário católico: os formadores e as formadoras da prole de tal sociedade, campo educacional majoritariamente da atividade das mulheres.

Tal premissa levou a estes questionamentos de pesquisa: de que forma a Igreja Católica conquistou lugar na *Revista do Ensino*? Quais e como eram os conteúdos de fundo religioso católico que a *Revista do Ensino* veiculou? Tais conteúdos contribuíam para reforçar o magistério como sinônimo de missão, vocação, destino e sacerdócio e lugar da mulher?

Essas indagações delineiam, então, o problema de estudo da pesquisa: a presença de elementos do ideário católico na *Revista do Ensino* de Minas Gerais tendo como pano de fundo a cisão entre Estado e Igreja após 1889 e o movimento da restauração católica (1920-1940) para restabelecer a posição de poder político da qual foi subtraída.

A tentativa de construir uma compreensão histórica que permitisse delinear respostas a tais indagações e afirmar tal objeto de estudo como válido, e tem como objetivo geral: *compreender* nuances de como a Igreja Católica conseguiu se manter ativa e influente no campo da educação após a decretação do Brasil como Estado laico. Alcançar essa compreensão supôs especificar as intenções de compreensão com os seguintes objetivos específicos: *caracterizar* conteúdos pedagógicos católicos veiculados na *Revista do Ensino*; *averiguar* como tais conteúdos se apresentavam ao professorado mineiro (catequista e não católico); *entender* o que era a Pedagogia de Jesus Cristo e a Escola Nova Cristã na publicação; *reconhecer* como os conteúdos de

fundo católico legitimavam o magistério como sinônimo de missão, vocação, destino, sacrifício, sacerdócio e lugar da mulher.

Esta pesquisa é documental e bibliográfica, e enquanto estudo histórico, seguiu postulados e procedimentos teórico-metodológico do método materialismo histórico dialético, preocupando-se com as contradições, os conflitos, os embates, os antagonismos nas relações existentes entre o macro e micro, isto é, entre o nacional, e o local, inclusive nas relações entre os sujeitos. Recorrer a tal método é acreditar que, estudando a realidade educacional brasileira, é possível “[...] compreender as relações existentes entre o macro e micro, isto é, entre o nacional, e o local, fazendo emergir um processo de inovação no campo da historiografia ligada à história da educação” (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002).

A fonte histórica central foi a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, sendo examinados os seus 175 números do período 1925–1940. A pesquisa também contou com o exame de fontes complementares como encíclicas papais, cartas pastorais, jornais oficiais e católicos, leis, decretos, e o livro de época *Minas Gerais em 1925*.

A leitura analítica das fontes se guiou por categorias de análise derivadas da exploração do objeto de estudo. Ei-las: Pedagogia de Jesus Cristo, Escola Nova Cristã e magistério como sinônimo de: missão, vocação, destino e sacerdócio e lugar da mulher. Assim, a discussão enredada nesta dissertação e a reflexão feita são tributárias da articulação da compreensão teórico-conceitual e histórica do objeto de estudo com os resultados da análise dos dados. A publicação afeita ao campo da educação como fonte histórica revela possibilidades múltiplas de leitura analítica e interpretação. A revista educacional adotada pode se abrir especialmente ao conhecimento do passado educacional.

O período histórico selecionado para examinar a *Revista do Ensino* foram os quinze primeiros anos de circulação (1925–1940). Nesse recorte, foram produzidos 175 números. O ano de 1925 marca o início do recorte porque é quando começaram a produção e circulação mais longa da revista; 1940 marca o fim do recorte porque foi o início de um hiato de cinco anos consecutivos na produção. Nos últimos anos que antecederam essa cessação, o governo enfrentava crises orçamentárias. Dados esses fatos, justifica-se o recorte histórico da pesquisa.

Feita essas considerações introdutórias, convém apresentar uma síntese dos capítulos da dissertação.

O capítulo 1 apresenta uma contextualização do período republicano inicial no Brasil. A abordagem tem como argumentos estruturantes: a separação entre Estado e Igreja Católica, a reação do clero à perda da posição privilegiada que tinha antes da República, o movimento da restauração católica, e o movimento da Escola Nova. No entremeio, entram na discussão as ações da Igreja, tais como a mobilização de forças do bispado e do papado, a aproximação da Igreja com governantes como Getúlio Vargas e o investimento de esforços em uma imprensa católica, assim como intelectuais católicos em se aproximaram de intelectuais progressistas e adotaram visões da Escola Nova que viram como válidas. O capítulo procura caracterizar a conjuntura histórica-político-educacional-religiosa nacional que reverberaria na gênese da *Revista do Ensino*.

O capítulo 2 expõe uma compreensão localizada de temas do capítulo 1, focalizando Minas Gerais. A abordagem considera temas como: a tradição católica mineira — que foi forte o bastante para levar os políticos a rechaçarem a Constituição de 1891, ou seja, o Estado laico — e o processo de envolvimento da Igreja com os governantes estaduais sucessivamente. No entremeio, entram temas como a reforma Francisco Campos, a formação de professores a gênese da Revista do Ensino criada em 1892 e reativada em 1925, caracterizando a conjuntura histórica-político-educacional-religiosa neste estado, e suas reverberações neste impresso pedagógico, enquanto como canal de comunicação central entre o governo e a comunidade escolar, ou seja, de formação docente. O capítulo almeja caracterizar a conjuntura histórica-político-educacional-religiosa em Minas Gerais e como ela reverberou na circulação da *Revista do Ensino* como publicação oficial que se apresentava como estado laico, mas que aceitava o credo pedagógico católico como conteúdo editorial.

O capítulo 3 expressa a compreensão derivada da análise dos dados pesquisa, traz a análise dos dados pesquisa, examina capas e os discursos de autoridades eclesiásticas e educacionais mineiras veiculados no impresso, com base no levantamento geral das publicações vinculadas ao catolicismo (1925-1940) e o gráfico derivado do levantamento; analisa-se os princípios da Pedagogia de Jesus Cristo, e como os conteúdos pedagógicos recomendavam o magistério para a figura feminina. A abordagem se estrutura com base nas categorias analíticas, de modo a desdobrar três níveis de análise: do visual sugerido ao discursivo literal, entre os quais aparece o discursivo sugerido. A escrita desdobra o exame crítico dos discursos de autoridades mineiras nela publicados e do conteúdo editorial educacional: textos produzidos em

instâncias públicas da instrução e em instâncias católicas da educação. No entremeio, entram assuntos como as relações de intenção entre a revista e o professorado tendo em vista as prescrições da Igreja e do Estado para as normalistas. O capítulo trata da pedagogia católica no interior da *Revista do Ensino*: textos com lições de catecismo e outros quesitos pedagógico-católicos que ajudaram a delinear a pedagogia cristã, com prescrições e recomendações para o trabalho pedagógico da mestra primária.

As considerações finais procuram traduzir o alcance da pesquisa, ou seja, os resultados e sua leitura interpretativa nos capítulos. São retomados pontos estruturantes da pesquisa numa tentativa de “responder” às demandas postas como questões e objetivos e, assim, encerrar o primeiro ciclo da pesquisa: aquele que vai a apresentação do projeto inicial à defesa da dissertação de Mestrado.² A ideia de ciclo inicial se justifica porque o processo de execução da pesquisa aqui descrita abriu vias de aprofundamento e ampliação do objeto deste estudo. A carência de mais estudos — e de estudos mais detidos, de mais fôlego — ficou clara, a ponto de dar azo à continuidade da pesquisa no Mestrado.

² A rigor, o início da pesquisa apresentada nesta dissertação de Mestrado remonta à Graduação em Pedagogia. Nesse processo, a formação acadêmica adquirida foi enriquecida pelo contato com fontes históricas diversas, conhecimentos da preservação de documentos, organização de arquivos permanentes, no Projeto de Pesquisa e Extensão (2015-2016) desenvolvido no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal: Memória, História e Cidadania (CEPDOMP). Como produto final, produziu-se um artigo científico, que depois foi apresentado no V Congresso Internacional de História na UFG em 2016. Neste evento, obteve-se o primeiro contato com trabalhos científicos que pesquisavam sobre imprensa utilizando como fontes jornais, boletins, revistas educacionais, dentre outros. Este evento despertou o interesse pela temática da imprensa educacional, e influenciou decisivamente nas experiências acadêmicas seguintes: esta dissertação. Na Graduação quando houve a inserção na pesquisa de Iniciação Científica, enquanto pesquisadora iniciante bolsista (PIBIC/FAPEMIG/UFU) (2016-2017), sob orientação da professora Betânia Laterza na então FACIP-UFU, pude conhecer a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, no site do Arquivo Público Mineiro com todos os seus arquivos digitalizados e acessíveis para *download*. Assim, pude desenvolver minha pesquisa sobre esse periódico identificando em suas páginas conteúdos relacionados à professora primária na Primeira República no recorte (1925–1930). A produção resultante do projeto de pesquisa incluiu, além do relatório final, a escrita de um artigo, apresentado e publicado nos anais do IX COPEHE, em 2017. Em seguida, houve a apresentação e publicação, em 2017, de outro trabalho com a mesma temática na VII Semana de Iniciação Científica da UFU. Na segunda Iniciação Científica, enquanto bolsista do PIBIC/CNPq/UFU (2017-2018), também orientada pela professora Betânia Laterza continuou-se em contato com o periódico educacional, mas o foco das investigações mudou para o ensino profissional nas páginas desse periódico no período republicano (1925–1930). Findos esses projetos não cessou o contato com esse impresso educacional. O relatório final do segundo projeto serviu de base para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) denominado *Ensino profissional na Primeira República: representações manifestas na Revista do Ensino de Minas Geraes (1925–1930)*, orientado pela professora Betânia Laterza e defendido em dezembro de 2018, e em março de 2019, após aprovação em processo seletivo efetuou-se a matrícula no Mestrado em Educação no PPGED-UFU.

1

CISÃO ENTRE ESTADO E IGREJA: AÇÕES E REAÇÕES NA DEFESA
DA EDUCAÇÃO (LAICA)

A presença de conteúdos afins ao ideário da Igreja Católica nas páginas da *Revista do Ensino* de Minas Gerais não pode ser vista como resultado de iniciativa isolada nem como típica do Estado Novo. De fato, a proclamação da República trouxe o corte das relações de poder entre Estado e Igreja; mas o Estado laico, na prática, não se materializaria do dia para a noite. Embora a mudança de regime de governo alterasse a fundo os rumos da vida social e cultural no país, instituições que participavam de setores sociais variados eram, no dia 16 de novembro de 1889, as mesmas de dois dias antes; e do funcionamento cotidiano delas dependiam desdobramentos da República, tais como no campo da educação. Afinal, se a Igreja Católica cuidou de parte expressiva do aparato educacional monárquico (da formação primária à formação Normal, passando pela definição de lógicas temporal e curricular, por exemplo), então era preciso contar com tal aparato até ser elaborada, debatida, aprovada e posta em prática uma concepção republicana de educação; até serem estruturados e difundidos país afora modelos de escola pública.³

Assim, podemos pensar que o processo educacional na primeira República foi marcado, também, por uma ação expressiva da Igreja. Por um lado, continuou a difundir

³ Os republicanos chegaram a um modelo de escola pública primária laica e gratuita. Mas uma difusão maciça de tal modelo não ocorreria antes dos anos 1940, mesmo em estados como Minas Gerais, de economia mais desenvolvida. Nesse intervalo, as escolas particulares, ou seja, de orientação religiosa, preponderaram.

seu ideário nas escolas confessionais, ou seja, na formação primária e normalista (secundária), ainda que fossem acessíveis à minoria (o que limitava o alcance de tal ideário religioso em meio à população). Por outro lado, a Igreja Católica atuava em frentes como a que o governo de Nilo Peçanha abriu com o decreto de 1909, que regulamentou o ensino profissional. A legislação deu margem para conceder subvenção a iniciativas como as escolas de formação profissional para moços e moças sem condições financeira de pagar escolas particulares.

Portanto, compreender as relações entre Igreja Católica e *Revista do Ensino* de Minas Gerais supõe compreender minimamente a conjuntura histórica do período republicano (1889–1929): os desdobramentos na relação entre Estado laico e Igreja Católica no contexto da educação: seus lugares e seus agentes, suas ações e suas reações. A penetração de dogmas da Igreja em tal publicação exemplifica um movimento mais amplo, que incluía a consolidação de uma imprensa produzida por católicos em prol de si; ou seja, da difusão do credo católico como medida para orientar a vida da sociedade brasileira.

Para tal compreensão converge este capítulo, que explora antecedentes das relações entre Igreja e Estado a fim de fundamentar o entendimento delas no contexto de Minas Gerais — objeto deste estudo. O capítulo discorre sobre eventos pós-proclamação da República que influíram no papel político da Igreja no governo e desencadearam reações da Igreja e de seus contrários (entusiastas do movimento Escola Nova) em searas distintas, ao menos no caso dos católicos. Subjacente a tal processo, estava a causa maior: a cisão nas relações de poder entre Igreja e governo, ou seja, a decretação de um Estado laico no Brasil.

1.1 A cisão Estado-Igreja

Uma condição-chave da instauração da República no Brasil (1889) foi cortar as relações entre poder político governamental decisório e Igreja Católica. Oficial e constitucionalmente, as instâncias de administração do país se desvincularam da orientação da Igreja, dos ditos e dogmas do catolicismo. A cisão foi expressa na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Publicada em 24 de fevereiro de 1891, prescreveu que seria “leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, que “Nenhum culto ou Igreja” gozaria de “subvenção official, nem terá relações de dependencia ou alliança com o Governo” (BRASIL, 1891, p. 1). Escolas

públicas laicas estavam desobrigadas de manter a presença de qualquer religião, estavam livres da lida com dogmas do catolicismo; ao passo que qualquer religião estava por conta própria em seu processo de existência republicana.

A educação laica ou leiga — como dizem Cecchetti e Santos (2016, p. 135–6) — a era aquela que não teve “consagração religiosa”, eclesiástica, sentido esse que se projeta na etimologia da palavra laico. O adjetivo deriva do latim “*laicus*, proveniente do grego *laos*”, cujo campo semântico aceita sentidos como o de “povo que vive no/ou é próprio do mundo, do ‘século’, ‘secular’”. Na França da década de 1870, do adjetivo foi derivado o substantivo *laïcité*, isto é, laicidade, que passou a “designar o cariz próprio das instituições estatais liberadas da tutela religiosa”.

Aos poucos, a Igreja perdeu primazia em uma área fundamental: a educação escolar. Desestabilizou-se a condição de quase monopólio relativamente estável mantida no período monárquico. Ao se responsabilizar por ofertar instrução pública elementar, o Estado extinguiu o ensino religioso nas escolas oficiais (DANTAS, 2002). A ação educacional do Estado se traduziu em “concorrência” para a Igreja Católica, pois passou a trabalhar para oferecer escola pública gratuita e laica. Dito de outro modo, as circunstâncias se modificaram consideravelmente num processo que envolveria tensões (NAGLE, 1974). Como pensam autores como Nagle (1974) e Souza Júnior (2015), os processos históricos iniciados com a República eram os de um país aderido cada vez mais aos princípios de movimentos como o liberalismo e positivismo.⁴

Convém relativizar essa compreensão com o que diz Cury (2019, p. 120). A polêmica entre Igreja e Estado é pertinaz a “quase em todos os países de tradição e cultura cristãs”; logo, “não é vazia de significado” no Brasil, país onde as “fronteiras entre religião e política são mais próximas de ‘concordatas’ silenciosas que de rupturas [...]”; onde o “[...] religioso é um valor pluralizado em confissões distintas e bastante presente em nosso imaginário e em nosso cotidiano. Disso se infere que, no Brasil, ao invés de haver na República uma ruptura com a religião, houve foi uma aproximação entre Igreja Católica com o Estado. A separação Igreja–Estado seria algo dialético, porque ao invés da cisão separar ambas as instituições, este ato fez foi aproximá-las, ao serem promovidos encontros entre as autoridades clericais e as autoridades políticas

⁴ À luz de Araújo (1986; 2007; 2010), em linhas gerais se pode dizer que, desde antes da República e durante as duas décadas iniciais do século XX, no Brasil duas visões de mundo se opunham: a visão de mundo liberal onde Estado se libera de toda e qualquer crença religiosa oficial (vide a prescrição de que o Brasil ser Estado republicano laico), e a visão de mundo cristã que defendia a vinculação do Estado e da sociedade à religião católica.

para formarem novos acordos para troca de benesses depois que a separação legal foi implementada.

A rigor, foi o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que instituiu a separação entre Estado e Igreja. E, como comenta Azzi (1977), a lei foi rigorosamente respeitada, isto é, nos primeiros trinta anos da República teria havido desconhecimento completo da ação e presença da Igreja na política. Na sequência, cabe frisar, além de proibir o ensino religioso em escolas públicas e cortar subvenções para instituições paroquiais, a Constituição de 1981 anulou o efeito de foro civil atribuído ao casamento religioso, criou registros civis e de cemitérios, tornou os clérigos inelegíveis, permitiu a liberdade de culto etc. Foram retirados, da tutela hierárquica da Igreja Católica, privilégios e tarefas sociais que nela se concentravam expressivamente até 1889 (MATOS, 1990; ARAÚJO, 1986; ALMEIDA, 2014).

A perda de atribuições e primazia nas relações com Estado — assim pensa Azzi (1977) — levou ao enfraquecimento do episcopado; as novidades — *hostis* — impostas ao clero nos primórdios do Estado republicano desarticularam as garantias de certas condições afins à posição da Igreja (vide as subvenções); igualmente, abalaram a estrutura institucional eclesiástica. Como diz Araújo (2010, p. 84), “Acredita-se que a Igreja Católica levou um duro golpe ao ser ‘isolada’, conforme entendimento do episcopado brasileiro”. Cury (2019) endossa essa compreensão:

O Decreto n.º 510, de 22 de junho de 1890, na verdade uma outorga de Constituição provisória, continha várias restrições à Igreja Católica: bens de mão-morta, casamento civil antes do religioso, secularização de cemitérios, *proibição de subvenção* e de vida religiosa em conventos e ensino público leigo [...] *tendo sido vedadas as várias formas de subvenção às Igrejas*. Além disso, os cemitérios foram secularizados e o casamento aceito como oficial só em sua forma civil (CURY, 2019, p. 122, grifos nossos).

Contudo, as mudanças que envolveram perda privilégios e deslocamento para uma posição subalterna e de incertezas, a separação do Estado, a laicidade, a adesão a valores do liberalismo e positivismo, todas essas condições não seriam aceitas pela Igreja simplesmente. Entendimentos mais autorizados como o de Saviani (2008) permitem dizer que, para os católicos, a laicidade e o controle dos rumos da educação escolar pelo Estado eram contrários a uma ordem natural e divina; conflitavam com a moral e os sentimentos católicos da maioria da população. A Igreja até admitia a

importância do Estado laico, mas não queria perder a posição de liderança na tarefa de escolarizar o brasileiro. Afinal — sabe-se que esta instituição religiosa — liderava o ensino confessional particular desde os tempos de colônia, com escolas distintas para meninos e meninas, com comando especial da educação de mulheres e com ensino religioso em escolas públicas. Assim, uma reação da Igreja haveria de acontecer, um processo de revitalização católica haveria de se instaurar.

1.2 Reações da Igreja ao Estado laico

Para tentar se reafirmar na sociedade, a Igreja explorou novas estratégias. Como se deriva da leitura de Azzi (1994; 1977) e Matos (1990), o afastamento do Estado na política não anulou, de todo, a posição da Igreja na hierarquia social brasileira. Dos anos finais do século XIX em diante, o episcopado ganhou mais corpo e unificação, a ponto de despertar o movimento da chamada restauração católica nos anos 1900–1920 e fortalecê-lo nas duas décadas seguintes (AZZI, 1979). Houve empenho em reaver privilégios, em reivindicá-los com afinco.

Todavia, nas entrelinhas, a Igreja reconhecia que nem tudo era objeto de apelo por transformação e restauração. Como argumenta Azzi (1994, p. 160),

[...] a hierarquia eclesiástica não hostilizava anteriormente a República Velha por sua estrutura política ou social, mas, simplesmente pela organização jurídica que eliminara a sua posição privilegiada que a religião ocupara na época imperial. A Igreja Católica não reclamava contra possíveis injustiças de ordem econômica e social, mas simplesmente contra o caráter laicista da primeira Constituição Republicana.

Com efeito, essa passagem expõe a compreensão de que a Igreja não pretendia lutar pelas desigualdades sociais nem pelas injustiças contra os mais pobres. Desejava — isso sim — reaver benesses materiais, posições de privilégio, poder de decisão: tudo aquilo que contrariava o regime republicano e que, por isso mesmo, foi extirpado. O foco era nos interesses institucionais eclesiásticos, em anular o efeito da laicidade do Estado sobre as instituições sociais. Numa palavra, a intenção era restaurar a catolicidade brasileira.

A leitura do pensamento de Araújo (2010; 2007; 1986), Azzi (1994; 1977; 1979), Oliveira (2012) e Matos (1990) leva a esta compreensão: o movimento da restauração católica foi a maneira de a Igreja reagir e se mobilizar como instituição

eclesiástica para recristianizar a pátria (leia-se: reafirmar e incutir seu ideário na sociedade). O movimento da restauração católica intencionava restituir a cristandade evocando o modelo antigo de Igreja em nome do propósito de retomar a supremacia político-religiosa de outrora.

De fato, de acordo com Araújo (1986), a mentalidade ideológica da Igreja no período inicial do século XX era inspirada nos ideais medievais da romanização, movimento de reeuropeização do catolicismo centralizado na autoridade papal. A romanização estava se estabelecendo de vez no país, pois a cristandade brasileira incorporava padrões culturais de Roma. Mas, quando a romanização começava a se tornar bem-sucedida, o Estado se separou da Igreja. Paradoxalmente — conforme diz Araújo (1986) —, essa separação ao invés de legitimar o afastamento fez foi promover a união entre ambas as instituições, por meio de encontros de líderes políticos com líderes católicos para tratar da presença (política) da Igreja na sociedade.

Como se depreende de Azzi (1994; 1997) e Matos (1990), a partir das primeiras décadas do século XX, a Igreja tentou acionar uma atuação e participação social incisivas, de modo a incentivar o engajamento na religião católica. Os católicos entenderam que precisavam se reconciliar com o Estado porque a Igreja se matinha vinculada a classes sociais detentoras de poder político e financeiro. Assim, houve um esforço expressivo em prol de uma reconciliação efetiva. Nesse esforço de reposicionar a Igreja na hierarquia de poder, as estratégias de seus líderes incluíram construir e exercer uma liderança maior sobre os brasileiros por intermédio do episcopado, assim como contribuir para o governo com a força de tal influência, útil para manter a ordem social sob controle. Essa reconquista da influência sobre o Estado e sobre a sociedade pela Igreja dispôs do auxílio dos poderes político e eclesiástico, o que sugere intenções mútuas de colaboração. Mas o empenho da Igreja almejava restabelecer o Estado cristão segundo um ideal de neocristandade, convém dizer (AZZI, 1977).

Enquanto tais vinculações garantiam a força da influência da Igreja sobre a sociedade, tal influência interessava ao Estado para manter a moral, a ordem e a disciplina, o controle social e a obediência civil. Como diz Oliveira (2012, p. 503), “[...] diante da carência doutrinal católica em que se encontrava o país, fazia-se necessário disseminar o dogma, as orientações básicas quanto à família, à moral, ao casamento”. Na visão dessa autora, os bispos reconheciam a necessidade de cooperação entre os dois poderes e que a Igreja tinha, na reconciliação, uma via para restabelecer seu antigo

poder político-decisório. Essa possibilidade de falta da doutrina se projetava em alguns estados cujos governantes eram de tradição católica, a exemplo de Minas Gerais. Aí, a Igreja contou com apoio da elite econômica e da elite política mediante alianças (AZZI, 1994), num processo que este estudo pretendeu examinar e deslindar historicamente dentro dos limites estipulados pela pesquisa subjacente a esta dissertação.

Dos primeiros sinais de reorganização eclesiástica para reaver a posição pré-republicana da Igreja, as cartas pastorais e as encíclicas foram estratégia de reafirmação do ideário católico na República, como se lê em Araújo (2010) e Azzi (1977). Formam uma base para mobilizar forças reacionárias visando aplacar a perda de privilégios políticos, de autonomia na educação, do ensino religioso escolar público — esta última, aliás, seria a que a Igreja Católica jamais aceitou, segundo Saviani (2008).

Salienta-se que foi no contexto histórico da década de 1890, em que foram escritas encíclicas papais e cartas pastorais que demonstravam esta postura reacionária da religião católica, que houve também a criação da *Revista do Ensino* em 1892, pelo então Presidente (equivalente a governador) do estado de Minas Gerais Afonso Penna⁵ (um homem católico), por meio da lei n. 41, de 03 de agosto de 1892. Destaca-se que o detalhamento da gênese deste impresso pedagógico oficial mineiro será desenvolvido e aprofundado no capítulo 2 deste trabalho.

1.2.1 *A restauração da fé: cartas pastorais e encíclicas papais*

As cartas pastorais aqui comentadas eram documentos de validade nacional emitidos pelo episcopado católico brasileiro em nome de uma unificação. Eram redigidas, sobretudo, por arcebispos, bispos e cardeais. Os conteúdos apresentam prescrições e orientações morais, sociais e religiosas, aos fiéis e aos membros da hierarquia católica (ARAÚJO, 1986). Diferenciam-se das encíclicas porque a redação destas cabe aos papas. O pensamento de Araújo (1986; 2010) ajuda a compreender certos sentidos das cartas pastorais; a leitura de seus estudos permite inferir a

⁵ Afonso Augusto Moreira Penna, natural de Santa Bárbara-MG, foi ministro da Guerra em 1882, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1883-1884, e Ministro do Interior e Justiça em 1885. E na presidência de Minas Gerais, em 1892 foi o criador da *Revista do Ensino*, por meio da Lei n. 41, de 03/08/1892, juntamente com o seu Secretário de Interior Francisco Silvano de Almeida Brandão. O Afonso Penna “Empenhou-se na construção da nova capital [...] na fundação da Faculdade de Direito de Minas. Trabalhou pelo fortalecimento do ensino público, criando vários grupos escolares pelo interior do estado” (VISCARDI, 2006, p. 1). Em 1899 foi senador estadual, a partir de outubro de 1895 foi presidente do Banco do Brasil, o Banco da República, no governo do seu sucessor Prudente de Moraes, logo após foi vice-presidente da República em 1903, e em 1906, por meio de sufrágio da nação foi elevado à presidência da República, permanecendo no cargo até 1910 (SILVEIRA, 1926).

compreensão da expressão *carta pastoral* como designativa de um gênero do discurso escrito religioso que se agrupa aos avisos, às circulares, aos memoriais, aos sermões e a outros formatos de comunicação escrita católica. Igualmente, o autor esclarece que a redação da carta pastoral remonta aos primórdios do cristianismo e se inspira nos apelos feitos nas cartas do apóstolo Paulo presentes na Bíblia cristã. Semelhantemente às cartas paulinas, as cartas pastorais intencionavam orientar, exortar e admoestar as comunidades religiosas ante problemas e necessidades. Suas recomendações reafirmavam a autoridade dos clérigos em meio à população em cada comunidade religiosa (ARAÚJO, 1986; 2010).

Como informa Araújo (2007), as cartas pastorais marcaram as mensagens da Igreja ao todo da sociedade no Brasil das primeiras décadas do século XX. Visto que foram usadas como instrumentos úteis para restabelecer a autoridade episcopal nas dioceses, tornaram-se meio-chave de comunicação do bispado. Destacam-se três cartas pastorais coletivas, escritas pelo episcopado brasileiro no período republicano.

Destas três, a primeira carta pastoral coletiva data de 19 de março de 1890, e ela era coletiva pela escrita conjunta do: “[...] a) <<O Episcopado Brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brazil” [...] “Pastoral: o Arcebispo Metropolitano, Primaz e mais bispos brasileiros [...] Saude, Paz, Bençam e Salvação de Nosso Senhor>> [...]” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 1, apud ARAÚJO, 2010).

A leitura desse documento, aqui, apoia-se em Araújo (2010), em que observou-se que a doutrina católica é tratada nesta carta pastoral coletiva de 1890 como *verdadeira*, por isso sua relação com o Estado deveria ser mantida; ainda que fossem necessárias adaptações circunstanciais. Sobre a separação entre Estado e Igreja, a carta a enxergava como crise que resultaria na perda do progresso social baseado no catolicismo, pois a religião deveria permear todas as coisas para assegurar a salvação da pátria. A visão expressa na carta expôs o binômio fé–pátria, explicitado por Azzi (1994). Ao conclamar a população, a Igreja tentava harmonizar seus escritos sobre a fé religiosa inserindo, neles, a defesa do instinto patriótico para legitimar a fé.

A segunda carta pastoral coletiva data de 1900. Coube à “Pastoral Colletiva do Episcopado Brasileiro”, ou seja, “arcebispos metropolitanos e bispos brasileiros”, ao “clero e aos fieis das Províncias Eclesiásticas” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 1, apud ARAÚJO, 2010). O exame do documento permite entender que se lamentava a separação entre Estado e Igreja. A ausência da Igreja seria causa das crises sociais.

Compreendeu-se embasando-se em Araújo (2010) que o pensamento da Igreja se mostra afim ao repúdio ao comportamento laico do Estado e da sociedade, ou seja, à rejeição a Jesus Cristo (à Igreja). Tal era a visão das autoridades eclesiais que redigiram este documento.

Em 1922, veio a lume a terceira carta pastoral coletiva: “[...] <<O Episcopado Brasileiro ao clero e aos fieis de suas dioceses [...] Arcebispos, Bispos e Ordinário do Brasil [...] Saudação, Paz, e benção no Senhor>> [...]” (EPISCOPADO BRAILEIRO, 1922, p. 1, apud ARAÚJO, 2010). Convém aqui o pensamento de Araújo (2010) de que essa carta revela as raízes da fé católica cultivada no Brasil desde o berço; reitera a cristandade e a identificação entre a fé e nacionalidade (ou seja, o binômio fé-pátria).

Além das cartas pastorais, somam-se as encíclicas do sumo pontífice, da autoridade máxima do poder eclesiástico. Nelas, a autoridade papal recomendava o cristianismo para conduzir a educação da humanidade e tentava-se combater os ideais modernos e revolucionários.

A encíclica *E Supremi Apostolatu*, do Papa Pio X, datada de 4 de outubro de 1903, discorre sobre a restauração de tudo em Cristo. O pontífice discorre sobre o que via como a situação calamitosa do mundo por ter se desviado dos desígnios de Deus. Por isso, seria preciso reorientá-lo rumo a Cristo. Assim, “[...] restaurar tudo em Cristo e reconduzir os homens à obediência divina são uma só e mesma coisa. E é por isto que o fito para o qual devem convergir todos os nossos esforços é reconduzir o gênero humano ao império de Cristo” (PIO X, 1903, apud FSSPX, 2009, p. 1). Evidentemente, a via desse processo de recondução seria a Igreja.

Em 8 de setembro de 1907, veio a lume a encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, também do Papa Pio X. Permeia o texto uma crítica aos modernistas e à filosofia religiosa deles: o agnosticismo, o desprezo pela religiosidade cristã, o intelectualismo, o ateísmo científico e histórico, dentre outros pontos. Acusa-os de contestar dogmas católicos e interpretá-los como mutáveis — algo inaceitável para a tradição apostólica. A crítica ao ateísmo em relação à ciência derivava do suposto desprezo pela ideia de intervenção de Deus na história humana, ou seja, da explicação histórica alheia a obra de Deus em detrimento da obra do homem: o conhecimento científico. Eis o tom da encíclica: “Há entretanto, para eles uma coisa fixa e determinada, que é o dever ser ateia a ciência a par da história [...] repellido de uma vez, Deus e tudo o que é divino” (PIO X,

1907, p. 4). O documento põe em questão os modernistas em seus papéis de filósofo, crente, teólogo, historiador, crítico, apologista e reformador defendendo o catolicismo.

Com efeito, a crítica da Igreja se estendeu à encíclica *Sacrorum Antistitum*, de 1º de dezembro de 1910. O mesmo Pio X retoma o combate ao modernismo: dirige-se aos bispos com uma advertência quanto aos danos provocado pelo modernismo: “[...] a maior parte dos bispos na fé católica e da defesa para o trabalho duro, com a máxima diligência, tome cuidado [...] Estamos especialmente interessados neste Cristo Salvador para realizar seus comandos” (PIO X, 1910, p. 1). Em resumo, esse documento estabeleceu orientações de combate aos modernistas: os bispos deveriam restaurar todos os princípios, em especial na seara da educação, envolvendo seminários, universidades e demais instituições de ensino católicas.

Até aqui nestas encíclicas mencionadas, Oliveira (2012) endossa essa compreensão de crítica, salientando nestes documentos a proibição da circulação da literatura modernista, em periódicos, nos colégios, nas universidades e nos seminários católicos. Era preciso não incentivar o encantamento pelas ideias modernas.

No fim dos anos 1910, o Papa Bento XV fez publicar outra encíclica: a *Maximum Illud*, data de 30 de novembro de 1919. O texto recomendou empenho na propagação do cristianismo mundo afora via missionários. Há uma novidade: a atenção dada às mulheres, consideradas úteis à obra missionária. À conclamação de homens se ajunta a conclamação de mulheres para cooperarem com obras de caridade realizadas em escolas, orfanatos, lares, e hospitais, com a certeza de que seriam eficazes para propagar a fé cristã (BENTO XV, 1919).

Nesse contexto de mensagens da Igreja à sociedade brasileira entre 1900 e 1919 se pode situar o começo de um movimento da Igreja para unificar o episcopado em prol da elaboração de estratégias de reação católica ao Estado laico. O processo de mobilização daí originado é chamado de *restauração católica* — por autores como Araújo (1986) e Azzi (1994; 1977; 1979) — e de *resistência ativa* — por autores como Saviani (2008). Em todo caso, tratou-se de um movimento de restabelecimento de uma condição perdida cujas ações e iniciativas foram pacíficas e envolveram manifestações individuais e coletivas (agrupamento de católicos em torno de dada causa). A autoridade católica central nesse contexto foi o cardeal Dom Sebastião Leme⁶, líder expoente no

⁶ Ressalta-se que a presença de Dom Sebastião Leme foi decisiva na Primeira República para a unificação do episcopado e o despertar da militância dos intelectuais católicos brasileiros na imprensa católica. Nas

Brasil e na pretensão de despertar a catolicidade da pátria. Não por acaso, sua carta pastoral de 1916 inspirou o acionamento dos católicos em escala nacional. Na expressão de Nagle (1974, p. 58), “Agora aparece a grande contribuição para sacudir o ‘catolicismo dorminhoco’; começa, então, a arrancada para a arregimentação dos católicos brasileiros”. No dizer de Araújo (1986), Nagle (1974) e Azzi (1977; 1994), Dom Leme era um líder católico tal, que inspirou e mobilizou intelectuais a se engajarem no movimento de restauração (ou de resistência, se se preferir). Suas intervenções se iniciaram em 1916, quando era arcebispo de Olinda e Recife (PE), e se ampliaram a partir de 1921, quando se tornou arcebispo no Rio de Janeiro, onde exerceu liderança ativa nos propósitos da Igreja de restabelecer (elevar) sua posição na hierarquia de poder.

Destas considerações (à luz de autores como Araújo, Azzi, Saviani, Nagle, e Matos, dentre outros) deriva a compreensão sintética de que a Igreja, a fim de se rearticular institucional e socialmente, reuniu e mobilizou forças em nome de uma unidade com respaldo do papado. Assim, durante a primeira República, a Igreja pôs em prática estratégias para unificar o episcopado brasileiro. Uma delas foi a produção de documentos de doutrinação; outra foi acionar certa intelectualidade católica para difundir a Igreja país adentro. A essas estratégias se agrupam o emprego intenso da imprensa para difundir o ideário católico. Como diz Saviani (2008), a difusão do catolicismo se valeu, sobretudo de uma imprensa voltada aos católicos, mas ainda à imprensa oficial (revistas de conteúdo educacional, pedagógico, didático), além da publicação de livros.

1.2.2 *A publicização da fé: usos da imprensa pela Igreja*

A Igreja agiu com força total no uso da imprensa a favor de seu projeto de restabelecer sua hegemonia. Uma medida da ação se reflete na criação de periódicos para difundir conteúdos afins, exclusivamente, aos interesses da religião católica. Além disso, achou brecha na imprensa oficial de estados variados para disseminar o ideário católico em conteúdos de teor religioso. Como diz Matos (1990), a imprensa exclusiva da Igreja Católica foi instrumento exímio para os propósitos dos católicos tendo em vista a sociedade. A partir da década de 1920, essa imprensa foi central para a defesa da

suas articulações políticas com Getúlio Vargas, sua presença foi decisiva para a garantia dos interesses da Igreja nos rumos que tomaram a política-educacional.

tradição católica, a ponto de ser vista por eles como “arma” poderosíssima contra os “inimigos” da religião.

Com efeito, para Matos (1990), o fundamento da imprensa produzida pelos — e para — católicos estava na proteção e no fortalecimento da Igreja — contra os efeitos do laicismo, da apostasia e de valores anticristãos — e na promoção da recristianização no Brasil. O intuito da Igreja era neutralizar “a má imprensa” — a que católicos viam como favorável à escola laica e contrária ao ensino religioso (em última análise, à supremacia da religião) — e defender a “boa imprensa” — a católica na visão deles (MATOS, 1990). Com efeito, conforme salienta Matos (1990), a Igreja não temia muito o que via como “maus livros”; mas os católicos tinham pavor generalizado do que viam como “nefastos jornais”. Esse temor aparecia em orientações pastorais. Exemplo dessa aparição está na carta pastoral de Dom Santino Maria da Silva Coutinho — arcebispo de Belém do Pará de 1907 a 1923 — publicada no jornal *O Horizonte*. Eis o teor do texto: “Mais perigoso é o jornal. O livro não está ao alcance de todos. O livro se sai muitas vezes a procurar nas livrarias, o jornal vai ao encontro de todos, percorre becos e ruas estradas e vilas e nem licença pede para entrar em muitas casas” (SILVA COUTINHO, 1934, p. 1).

A imprensa produzida pela Igreja Católica foi expressiva. Havia impressos com ênfase na propagação da doutrina religioso e impressos destinados a assuntos educacionais catequéticos. Incluíam revistas⁷, semanários⁸, boletins e jornais⁹, dentre

⁷ A revista *Lourdes*, de Belo Horizonte, existente em 1925 (não se sabe seu ano de surgimento nem de encerramento); *Revista da Associação Beneficente Typographica*, de Belo Horizonte, existente em 1925 (surgimento e encerramento ignorados), de produção anual — ambas mencionadas por Silveira (1926); *Revista Brasileira de Pedagogia* criada pelo órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação em São Paulo, (1934-?) — mencionada por Saviani (2008) e por Carvalho (1989); *Revista Mariana*, produzida pelo Centro Apostólico ICM, em Mariana, MG, (1941-?) — mencionada por Biccass (2008).

⁸ Semanários Católicos mineiros: *União de Moços*, produzido pela União de Moços Catholicos; *A Tribuna* e *O Horizonte* (este bissemanário) produzidos pelo órgão do conselho de imprensa do arcebispado — todos mencionados por Silveira (1926).

⁹ Boletins e jornais católicos: *Boletim da Associação de Professores Católicos* (1932–1933), divulgado pela Associação de Professores Católicos, no Distrito Federal — mencionado por Carvalho (1989); além dos boletins e jornais essencialmente católicos mencionados por Silveira (1926) existentes em 1925: *Boletim Ecclesiastico* de Mariana; *Boletim Ecclesiastico, Estrela Pollar e Pão de Santo Antonio*, de Diamantina; *O amiguinho do Lar*, de Arassuaí; *O Missionário*, de Caratinga; a *Semana Religiosa*, de Pouso Alegre; *Jornal Diocesano*, de Guaxupé; *União Polar e Mensageiro do Rosário*, de Uberaba; *O Sino de S. José*, órgão da Freguesia de S. José em Belo Horizonte; *Operário*, órgão da Confederação Católica do Trabalho, e o *Adoremus*, de Belo Horizonte; *O Lar Catholico*, de Juiz de Fora; *Associação Social*, de São João d’El-Rey; *O Movimento*, de Ubá; *A família*, de Theophilo Ottoni; *Estrela Matutina*, de Abadia de Água Suja; *O Santuário de São Geraldo*, de Curvelo; *A Luz do Aterrado*, Órgão do Bispado de Aterrado; jornal *O Horizonte* (1923–1934), produzido pelo Conselho de Imprensa de Belo Horizonte. Silveira (1926) expõe que estes boletins e jornais católicos existiam em 1925, mas não se sabe o ano de surgimento nem de encerramento da maioria deles. Por último, pode-se citar o jornal *O Diário* (1923–1934).

outros gêneros. Dos impressos voltados à ação educacional da Igreja, uns o eram mais do outros, que só esporadicamente traziam conteúdos pedagógico-catequéticos voltado para educadores.

Em especial a revista *A Ordem* foi criada em 1921 na cidade do Rio de Janeiro, era divulgada pelo Centro Dom Vital, com periodicidade mensal. Foi extinta em 1990 (cf. OLIVEIRA, 2012; AZZI, 1994; 1977; SAVIANI, 2008). *A Ordem* foi fundada pelo intelectual e militante Jackson Figueiredo¹⁰. Após a sua morte, a direção foi passada a Alceu Amoroso Lima¹¹ outro intelectual católico e militante. No âmbito da imprensa produzida sob os auspícios da Igreja Católica, tal revista se destacou como inserção no meio educacional, a ponto de se consolidar como veículos dos mais expressivos da comunicação escrita da Igreja com a sociedade brasileira. Uma medida de seu sucesso se reflete na longevidade da circulação: 1921–1990.

Da revista *A Ordem* derivou o Centro Dom Vital, inaugurado em 1922, como outra estratégia de mobilização e reação da Igreja, conforme Matos (1990) e Oliveira (2012). O centro era visto como a maior afirmação da inteligência cristã do Brasil por dom Leme, líder de projeção no movimento, cabe frisar. A fundação do centro foi ideia dele, guiado por orientações de Pio X e Pio XI. De acordo com Matos (1990), o centro foi criado para atuar na tentativa de recristianizar o Brasil e suas leis e, é claro, contou com o apoio constante de Dom Leme para organizar e desenvolver ações de militância católica na sociedade. Assim como a revista, após a morte de Jackson Figueiredo, o centro teve sua direção passada a Amoroso Lima.

O nome da revista, *A Ordem*, foi objeto da reflexão de Azzi (1997), que viu na palavra ordem uma evocação do lema da bandeira nacional (“Ordem e progresso”), ou seja, do ordenamento nacional, contrário a movimentos anárquicos. O nome, Dom Vital, a seu turno, homenageava um bispo de Pernambuco¹² que, do período imperial,

¹⁰ Jackson Figueiredo Martins nasceu em Aracaju (SE). Formado em Direito, envolveu-se com a política, o jornalismo e a militância católica. Foi importante para o engajamento da sociedade no catolicismo, coordenando a militância do movimento católico leigo. Como escritor e militante, difundiu o pensamento tradicional e conservador baseado nesta postura reacionária da doutrina católica (MATOS, 1990).

¹¹ Alceu Amoroso Lima nasceu e morreu em Petrópolis, RJ. Influenciado por Jackson de Figueiredo, converteu-se ao catolicismo em 1928. Foi professor, jornalista e crítico literário, dentre outros atributos. Publicou vários livros e textos avulsos com o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Durante as décadas de 1930 e 1940, atuou em prol da Igreja, a ponto de ser considerado o maior líder intelectual católico brasileiro do século XX e protagonista em ações culturais e religiosos da Igreja Católica. Tinha como assistente espiritual o padre jesuíta Leonel Franca, além de contar com apoio constante do dom Sebastião Leme (SAVIANI, 2008; MATOS, 1990).

¹² O bispo Dom Frei Vital foi bispo de Olinda, PE, ordenado a partir de 1872, pelo imperador Dom Pedro II. Foi protagonista na defesa da Igreja contra o avanço da maçonaria. Seu nome inspirou o nome do Centro Dom Vital (AZZI, 1977).

que defendeu os interesses eclesiásticos e lutou contra a influência da maçonaria. Em que pesem essas referências onomásticas, a revista *A Ordem* e o *Centro Dom Vital* foram duas iniciativas afins que marcaram a mobilização da elite intelectual católica no movimento em prol do restabelecimento da posição da Igreja na hierarquia de poder e de controle social. A intenção era (re)catolicizar a intelectualidade e reuni-la para lutar pela ampliação da influência católica nos rumos da sociedade brasileira (AZZI, 1994).

Saviani (2008) endossa esta compreensão das relações entre Igreja e imprensa, isto é, salienta que os católicos acionaram a redação e publicação de textos em revistas e jornais. A preocupação católica era fazer o ideário presente em tais veículos de comunicação chegar a setores variados da sociedade, sobretudo ao universo da educação escolar. Essa presença se traduzia nas publicações mantidas pela Igreja e em impressos mantidos por governos estaduais — como se discute neste estudo. Em jornais e revistas, a Igreja fez que se imprimissem textos com fins didático-pedagógico-religiosos que circulariam nas escolas do país. Pensados e produzidos como estratégia para divulgar o ideário católico — ampliar seu alcance e sua disseminação —, esses conteúdos contribuíram para tal propósito mesmo que uma maioria dos impressos tenha tido existência efêmera: nalguns casos, a publicação não durou sequer um semestre, noutros nem se pôde precisar quando surgiram e desapareceram.

Como dito, a presença no campo da imprensa e da publicação supunha ter a educação como campo de propagação e reforço do ideário católico. Como explica Oliveira (2012), a Igreja considerava a educação uma área estratégica; ou seja, a educação escolar era percebida como fundamental para garantir o sucesso dos planos da Igreja para a sociedade. Essa consideração se lê na expressão do padre Álvaro Negromonte (1932, p. 1): “O futuro pertencerá a quem formar a criança. Por isso, a luta contra a Igreja está sendo hoje, mais do que nunca travada no campo pedagógico... Se não tivermos escolas cristãs, não teremos povo cristão”.

A convicção do padre Álvaro Negromonte deixa entrever a pressão para que o ensino religioso fosse reincluído nos programas de ensino das escolas públicas. Convém reiterar Saviani (2008): a exclusão de tal conteúdo do ensino escolar público foi algo que a Igreja jamais admitiu; logo, aí estaria um motivo central para que os católicos se mobilizassem com vigor nos decênios de 1920 e 1930 a fim de reaverem sua hegemonia no campo educacional.

E em suas ações de mobilização, a Igreja almejou uma das bases para a formação de novas gerações de católicos: a docência, a pedagogia. Ou seja, à professora, sobretudo, destinavam-se (textos em) revistas e livros para serem usados como material didático nas escolas públicas de formação docente, assim nas escolas normais mantidas pela Igreja.

Com efeito, as escolas de formação para o magistério podem ser vistas como um elo entre Igreja e Estado que não foi quebrado pela instituição da laicidade. A formação de professoras continuou a ser uma área da educação em que Igreja se manteve ativa e com poder de interferência, assim como um argumento de reaproximação gradual do poder estatal. A oferta de formação para o magistério nas escolas normais pode ser vista como um vínculo obrigatório mínimo como Estado laico, pois se coadunava, sobremaneira, com as intenções dos governos de instituir uma instrução escolar republicana, isto é, a escola primária pública e laica. Alfabetizar em massa supunha não só mais escolas, mas também ampliar o corpo docente, pois este é parte *sine qua non* do funcionamento de uma escola como locus da educação.

A necessidade mútua de relações amistosas entre Igreja e Estado nessa seara tinha respaldo não só histórico, mas também legal. Afinal, a República herdou a Lei de 15 de outubro de 1827. Noutras palavras, a Igreja Católica havia construído laços com a educação escolar (normalista) que eram sólidos demais para se dissiparem só pela força do discurso subjacente à declaração de que o Estado seria laico após 1889.

Inversamente, foi a força (do discurso) da lei que manteve a Igreja presente na educação escolar. A lei de 1827 criou “[...] escolas de primeiras letras [em] todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império”; ou seja, onde fossem “necessárias”. A atividade escolar supunha, então, que os professores ensinassem: “a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, *os principios de moral christã e de doutrina da religião catholica e apostolica romana*” (BRASIL, 1827, p. 71–72, grifos nossos). Assim, ter contato com as primeiras letras na escola republicana era, então, ter contato com lições formais (de incutição) de valores do catolicismo, ao menos pela lei.

Além disso, a força da Igreja como instituição educadora havia estabelecido um campo de ação um tanto hermético à ação educacional republicana: a formação dada pelas Escolas Normais. De acordo com Vidal e Faria Filho (2002), a tarefa educacional

dos governos republicanos era enorme, pois a população analfabeta somava mais de 80% do todo. Disso se infere que a estruturação da escola primária e sua difusão consumiriam muito dos recursos destinados à instrução pública; logo, seria preciso contar com formas alternativas para suprir a demanda por professoras e professores habilitados ao trabalho de escolarização primária.

1.2.3 *Educação pela fé: a permanência do catolicismo na formação de formadoras*

A pesquisa histórica recente tem chegado a certos consensos sobre as relações entre República e educação. Inácio Filho (2002) e Araújo (2013), por exemplo, deixam entrever entendimentos como o de que o Estado brasileiro entrou no período republicano sem condições materiais de ofertar instrução elementar aos cidadãos. Não existia nem um esboço de sistema de ensino. As escolas confessionais preponderavam em número, em especial no nível primário. Tal preponderância se ampliou à medida que, nas primeiras décadas do século XX, os estados favoreceram a instalação de congregações estrangeiras que atuaram em prol do restabelecimento da catolicidade brasileira, de uma “reinstitutionalização” da Igreja. Por consequência, os republicanos incluíram em suas pautas centrais problemas como o analfabetismo e a carência de escolas primárias.

As preocupações com a escola pública para formação elementar levaram ao surgimento da escola graduada e seriada, cuja expressão máxima foi o grupo escolar (ao lado das escolas-modelo). Tal modalidade, que presumia um mínimo de padronização, por exemplo, no tempo escolar e nos programas de ensino — foi concebida como estratégia para elevar a alfabetização em meio a extratos mais amplos da população. Acreditava-se que ampliar a oferta de instrução escolar elementar era diminuir índices de analfabetismo e que reduzir tais taxas era civilizar o povo. Tais condições eram o caminho rumo ao progresso da pátria (ARAÚJO, 2013). Estas escolas surgiram no estado de São Paulo, ainda na década de 1890; depois, chegaram a Minas Gerais, por volta do ano de 1906.

A preocupação com a educação das massas tinha efeitos extraeducacionais, pois abria possibilidades de trabalho remunerado para homens e, sobretudo, mulheres. Por um lado, o processo de urbanização e industrialização instaurado na República ampliou oportunidades de trabalho masculino: “[...] profissões voltadas para as elites e para o sistema produtivo e tecnológico sempre se mostram plenamente qualificadas,

prestigiadas e bem remuneradas”; mais que isso, em tais relações de “lógica capitalista”, ocorre um “[...] processo de desqualificação que não é diferente daquele que ocorre com as outras ocupações profissionais, principalmente se estas estiverem voltadas para o setor social” (ALMEIDA, 2014, p. 129–130).

No caso das mulheres, os planos do governo republicano as situavam em uma opção secundária: a do espaço doméstico, privado. Contudo, o magistério primário se abria a elas como possibilidade de trabalho remunerado fora do lar. Eram socialmente aceitas como professoras, pois a docência escolar era vista como causa afim à atividade doméstica da maternidade. Dessa condição emanam ressalvas, sobretudo a de que trabalho externo não estorvaria as atribuições do lar, tidas como sagradas. Desse modo, em muitas escolas de ensino primário, o expediente da professora era parcial, de um turno só. A profissão apresentava uma possibilidade à mulher de trabalhar fora em conciliação com o serviço doméstico. Era o alinhamento da docência em profissões mais comuns e aceitas socialmente para as mulheres na República: amas de leite e babás, parteiras e enfermeiras, empregadas em residências, etc. (LOURO, 2001).

Neste contexto republicano Almeida (2014, p. 174) explica que,

As ideologias veiculadas pelo positivismo e pelo higienismo encarregaram-se de manter a mulher no espaço doméstico e de impor regras de conduta que regulavam seu comportamento em limites estreitos. A educação positiva, assim como o catolicismo, fez dela um anjo de bondade, redentora da família e da pátria, que, somente através de sua obra meritória, se firmaria entre as grandes nações do mundo. A educação higiênica revelou uma mulher contida e cerimoniosa, que agia segundo os padrões europeus, cabendo aos homens as funções cerebrais e às mulheres as atividades domésticas orientadas pelo uso da inteligência e atendendo aos preceitos higiênicos.

A compreensão das condições sociais de controle da conduta da mulher na sociedade republicana, de acordo com Almeida (2004), supõe reconhecer uma reiteração delas no discurso católico de que elas, por carregarem a mancha do pecado original, deveriam ser vigiadas; e que a salvação delas seriam o casamento e a maternidade. Embora a figura feminina estivesse ligada à pureza da virgem Maria, essa visão encontrou embasamento no catolicismo. Igualmente, o pensamento republicano desse contexto era o de que uma moça pura devesse se tornar esposa e mãe de família, ou então professora, para evitar uma vida errática, pecaminosa (ALMEIDA, 2004).

A possibilidade do magistério no Primário instou as mulheres a ajudarem no ideal republicano de alfabetizar maciçamente a população como medida de estímulo e reforço do patriotismo e da moral; ou seja, da *ordem* para situar a pátria em estágios mais elevados de *progresso*. Essa perspectiva convergia para o que diz Araújo (2013) sobre o esforço da Igreja no Brasil empregado no movimento da restauração católica. Dos esforços pró-institucionalização da Igreja Católica, esse autor depreende a visão de escola como instrumento essencial à evangelização, sobretudo as escolas normais confessionais.

Em que pese a importância do envolvimento da Igreja com a escola primária, ao debate inscrito neste trabalho interessa mais o segundo elemento de força para a Igreja se manter ativa no campo da educação: o Curso Normal. Se for acertado o pensamento de que o ideário católico era abstrato demais para ser assimilado pelo público da escola primária — à qual se destinavam as normalistas —, então o Curso Normal era uma instância essencial para aplacar tal efeito. As normalistas constituíam um público leitor especial para conteúdos afins não só ao desenvolvimento de uma consciência católico-religioso-familiar de docência, ensino e aprendizagem; mas afins também a uma didática que pudesse traduzir, na concretude da sala de aula, a abstração dos postulados católicos a serem explorados como conteúdos de uso escolar.

A Escola Normal surgiu no Brasil em meados século XIX, numa tentativa de suprir a demanda por docentes com formação em magistério (LOURO, 2001; BASTOS, 2006). Para Araújo (2013, p. 1), “A criação de escolas normais no Brasil é tributária do movimento europeu, basicamente coincidente com ele, e que clamava e impelia à estruturação da formação do professor”. Nesse sentido, a ideia de entregar, às mulheres, a *sagrada missão* de educar já existia no imaginário social pré-República, como disse Almeida (2004). Aos governantes republicanos restava enxergar a necessidade e delinear formas de supri-la como ação *sine qua non* da oferta de escola elementar a camadas mais amplas da população (ALMEIDA, 2004). Uma solução mais primordial foi destinar profissionalmente tal missão a moças de poucos recursos materiais; ou seja, criar cursos preparatórios de formação em escola pública, que se pretendia laica e de coeducação.

Como se lê em Almeida (2004), os republicanos depositaram nas mãos da mulher a responsabilidade por orientar a infância e moralizar costumes. Ao almejarem o progresso nacional, quiseram regenerar a sociedade abraçando um discurso de otimismo

quanto à educação. Assim, a introdução das mulheres no magistério, segundo a autora, respondia às demandas do projeto liberal — que pretendia tornar a escola universal — e se embasou em concepções do catolicismo — fundamento para a intenção de modelar e moralizar corpos e almas, corações e mentes. Conforme Almeida (2014, p. 179):

A educação feminina, de marcada influência católica, processava-se principalmente nos colégios e internatos religiosos reservados às filhas das camadas privilegiadas e nas escolas públicas para as meninas das camadas populares. O pensamento conservador da Igreja Católica conseguia opor obstáculos à educação e profissionalização das mulheres como argumento da necessidade de se preservá-las moralmente e mantê-las ao abrigo dos desvios de conduta que o excesso de instrução poderia possibilitar.

Como se lê, o excesso de instrução deveria ser negado às mulheres para que fossem “mais educadas” que “instruídas” (LOURO, 2001, p. 447). No período republicano, acreditava-se que não caberia à mulher alcançar um nível de formação intelectual superior ao dos homens porque ela deveria ficar hierarquicamente abaixo deles. Subjacente a esse entendimento — ou seja, de que não havia razões para encher a cabeça das mulheres com informações e conhecimentos —, estava o atributo colado na posição social delas: o matrimônio e a maternidade. Bastariam às mulheres doses pequenas de instrução para habilitarem a trabalhar com o magistério primário. O Ensino Normal em escolas confessionais e públicas formava suas alunas com base na lógica classificatória de papéis masculinos e femininos na sociedade; igualmente, a lógica era a de conteúdos básicos: caso as moças quisessem aprofundar conhecimentos, seria em curso superior. Como diz Louro (2001), a intencionalidade era priorizar a moral em detrimento do intelecto, ou seja, a subjetividade em vez da razão, no caso da maioria das mulheres. Afinal — cabe frisar —, deveriam estar primariamente abnegadas e restritas ao lar e à família.

As normalistas eram, então, moças que obtinham o diploma de nível secundário. Na Escola Normal, elas recebiam formação técnica e pedagógica para dar aulas nas escolas primárias. As escolas primárias seriadas que se chamavam hegemonicamente de grupo escolar. Outra modalidade era a chamada Escola Modelo, nessas escolas existiam uma escola primária anexa à Escola Normal. As Escolas Modelos representavam o vínculo da Escola Normal com o grupo escolar. No entanto, tais escolas eram poucas, e ocorriam mais nas capitais, oferecendo uma formação também direcionada para as

normalistas, só que ainda mais aprofundada e com possibilidade de interação com o grupo escolar em anexo.

Como professoras recém-formadas atuando nas primeiras décadas do século XX, diz Louro (2001), eram chamadas de *professorinhas normalistas*. À medida que o discurso científico passou a disseminar novas teorias psicológicas e sociológicas da pedagogia moderna, entra em cena a nomenclatura *educadora*. Em Azevedo e Ferreira (2006), reparou-se que na Primeira República o discurso escolanovista ao exaltar a ciência, a técnica, requeria a preparação de um novo tipo de professora, formada segundo os princípios da pedagogia moderna. E no contexto das repercussões do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que consideravam o magistério como profissão, e por conseguinte estavam a favor da profissionalização docente, embora não tenha existido claramente no ideário dos reformadores nenhuma convocação explícita de gênero, no ambiente ideológico deste período, indiretamente este quesito estava sendo reivindicado. Embasando-se em Azevedo e Ferreira (2006, p. 243) pode-se dizer que a profissionalização do magistério se aprofundou, quando foi criado “um currículo de caráter científico-experimental nos cursos de formação de professores, que incluía no plano de estudos: “disciplinas como a anatomia e fisiologia humanas, higiene, pedagogia, história da educação, sociologia e, especialmente, psicologia”. Dado que estas disciplinas ampliavam o escopo de conhecimento dos professores e conferiam mais *status* profissional à docência, por conseguinte poderiam desdobrar-se na profissionalização docente do público feminino, à medida que entrassem no magistério.

Em contrapartida reconheceu-se quão dialético era esse convite à mulher para o trabalho no magistério. Porque se por um lado a República conclamou as mulheres a se profissionalizarem por meio do magistério, e fora do ambiente doméstico, por outro lado, os principais papéis relegados à figura feminina eram as funções de esposa, mãe e dona de casa, associadas ao matrimônio e vinculados ao lar. E apesar destas contradições, o magistério era a opção de trabalho que conciliava as duas propostas de formação, ou seja, que conseguiu sintetizar ambas as exigências relacionadas à formação do público feminino.

Segundo Louro (2001), na maioria dos estados, o Curso Normal era o ápice dos estudos que uma mulher poderia alcançar. Não por acaso, era bastante valorizado, pois formava para o magistério e para o lar: seja com professora ou mãe de família,

desempenharia as tarefas com habilidade. Como diz Louro (2001), para muitas mulheres, o curso ainda era de “espera-marido”.

E em especial, as escolas de formação chamadas de Escola Normal de cunho confessional ensejavam imprimir o molde da doutrina católica na formação de normalistas, ou professoras primárias. Julgavam que, para produzirem o que consideravam como “boas mestras”, era preciso cultivar valores cristãos (LOPES, 2017). Como diz Inácio Filho (2002), tais escolas foram uma estratégia acionada pela Igreja em suas iniciativas de atuação na sociedade. No país todo, a Igreja pôde infundir e difundir seu ideário na formação do professorado no início da República. Tais escolas gozavam de prestígio entre famílias de posição mais elevada hierarquia socioeconômica, diferentemente das escolas normais públicas, em geral marcadas pela instabilidade: eram recorrentes a abertura e o fechamento constantes porque o Estado não investia o suficiente para mantê-las. Como afirma Martins (2009, p. 109), as escolas do Estado eram “engolidas” pelas Escolas Normais das congregações religiosas, muito melhor equipadas e bem estruturadas para os padrões da época”.

Como disse Inácio Filho (2002, p. 62), “assumida pelas religiosas”, a formação normalista “revestia-se de caráter eminentemente político”; ou seja, era a formação de uma mentalidade nas professoras que elas direcionariam à educação da prole daquelas famílias que prestigiavam as Escolas Normais particulares. Preparar docentes supunha assegurar a manutenção da influência católica sobre a sociedade. Não por acaso, a encíclica *Divini Illius Magistri* de 31 dezembro de 1929, do Papa Pio XI se refere ao papel dos mestres na lógica da Igreja:

As boas escolas são fruto [...] principalmente dos bons mestres que, egregiamente preparados e instruídos, cada qual na disciplina que deve ensinar, e adornados das *qualidades intelectuais e morais* exigidas pelo seu importantíssimo ofício, se abrasam dum *amor puro e divino* para com os jovens que lhes foram confiados, precisamente porque *amam Jesus Cristo e a sua Igreja* de quem eles são filhos prediletos, e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito o bem das famílias e da sua Pátria (PIO XI, 1929, p. 22; grifos nossos).

É inegável o valor atribuído à formação normalista católica para haver uma formação escolar primária igualmente católica. Nota-se o equilíbrio entre formação intelectual e moral da docência, assim como se nota o estímulo — a brasa — que deve alimentar o exercício da profissão: o amor divino, o amor a Jesus Cristo, o amor à Igreja Católica. Afinal, as famílias e a pátria esperavam isso das professoras — embora o texto

papal se refira ao masculino. Esse tom se estenderia à encíclica *Maximum Illud*, do Papa Bento XV. Mas, diferentemente, a influência da Igreja sobre o professorado se projeta na valorização das mulheres:

Não podemos deixar também de mencionar as *mulheres* que, desde os *primórdios do cristianismo*, colaboraram eficazmente com os *pregadores na difusão do Evangelho*. Especialmente dignas de louvor são as virgens consagradas a Deus, que se encontram em grande número nas Missões, dedicadas à educação das crianças ou a outras obras de piedade e de beneficência: *queremos que elas encontrem neste louvor* um novo encorajamento para aumentarem sempre mais o *seu contributo a bem da Igreja*, certas de que a sua obra será tanto mais vantajosa quanto mais se empenharem na própria perfeição espiritual (BENTO XV, 1919, p. 7–8, grifos nossos).

Como se lê, a passagem do texto papal concebe as mulheres como úteis à difusão do ideário católico, pois a elas coube tal papel desde tempos imemoriais da propagação do evangelho. O texto sugere que à mulher havia sido consagrada divinamente a função — as “Missões” — de educar. A ideia do ideário católico como estímulo ao exercício da docência reaparece; mas dessa vez a contribuição da professora de orientação católica é para a Igreja Católica e para si: seu aperfeiçoamento espiritual. A esse reconhecimento das mulheres como fundamentais para educar crianças à luz de princípios cristãos, aliou-se o empenho em manter escolas confessionais que formavam para o lar e para o magistério.

A leitura das encíclicas papais à luz das reflexões de Araújo (2013), Oliveira (2012), Martins (2013) e Inácio Filho (2002) permite observar que a Igreja tinha primazia no Ensino Normal particular confessional; e isso lhe dava certa ascendência na sociedade republicana porque formava professores segundo um ideário católico que as acompanhariam como provável medida do trabalho em sala de aula. A Igreja Católica, indiretamente, chegava à escola pública pelo corpo docente formado em Escolas Normais confessionais. Além disso, essa primazia se reforçava com o apoio de muitas famílias da elite, que repudiavam a escola mista. Como se depreende no dizer Inácio Filho (2002), a Igreja procurou convergir-se aos anseios das oligarquias.

Era presumível o empenho em convergir educação confessional para as expectativas da elite financeira, ou seja, de quem podia pagar pela formação fornecida por colégios e escolas católicas, como se lê em Inácio Filho (2002) e Martins (2013). Um ponto de convergência era manter a liderança na formação de normalistas com o discurso de que a República ameaçava a educação das mulheres com valores liberais,

laicos, de ruptura com a tradição religiosa. Como muitos pais queriam manter suas filhas protegidas e prepará-las para o matrimônio, entregavam-nas à educação religiosa, que defendia valores morais e familiares baseados no cristianismo e, ainda, as formava para o magistério primário.

Havia razões suficientes para Igreja se organizar em prol de uma atuação mais incisiva no campo educacional. Assim, de 1928 em diante, os católicos fundaram as chamadas associações de professores católicos país afora. A reunião delas se fortaleceu a ponto de demandar uma organização maior: a Confederação Católica Brasileira de Educação. Foi sob os auspícios de tais instituições que os católicos produziram os textos — veiculados em publicações impressas, cursos e conferências, com o intuito de diminuir o fascínio exercido pela escola moderna sobre o professorado; que organizaram congressos católicos de educação, bibliotecas pedagógicas, de impressos e revistas de conteúdo pedagógico, dentre outras formas de propagar seu ideário. A intenção era atingir professores de escolas católicas e escolas públicas (CARVALHO, 1989; SAVIANI, 2008).

Esse “levante” católico criou condições para a vinda e o estabelecimento, no Brasil, de muitas ordens de congregações religiosas estrangeiras. Mais que isso, reúne fatos que levam ao que disse Cury (1984, p. 18): até 1930, a educação escolar atendia basicamente às necessidades de classes abastadas, ou seja, aos interesses oligárquicos. A esses grupos, a formação escolar era o “ornamento cultural” desejável ao “[...] preenchimento dos quadros da burocracia do Estado e das profissões liberais”; o que punha “amplas camadas da população” à margem da escolarização. “A educação atendia exclusivamente as ‘elites’”.

Tal perspectiva, porém, não ficou incólume nos desdobramentos do processo educacional do país. A reunião de forças e a organização institucional em prol da educação foram ações comuns a quem era o antidiscurso da Igreja na educação, assim como favorável à escola pública gratuita. Um grupo de intelectuais de origem diversa, mas sobretudo de São Paulo, conseguiu articular um movimento de renovação da escola e da pedagogia no país em que não havia lugar para ensino religioso. Trata-se do movimento da Escola Nova¹³, também escola moderna, escola ativa ou escola renovada (SOUZA, 2001).

¹³ Souza (2001) mostra que houve divergências e contradições quanto ao uso do termo *Escola Nova*. Para a autora, os reformadores não utilizavam muito tal nomenclatura; preferiam chamar o movimento de escola moderna, escola ativa ou escola renovada. Este trabalho emprega todas essas expressões, além dos

1.3 Ascensão da educação progressista: escolanovistas e a defesa da escola pública laica

Com efeito, o movimento Escola Nova — locução que aparece de modo mais recorrente — impôs-se e ganhou corpo da década de 1920 em diante. Os chamados escolanovistas procuraram traduzir para a sociedade brasileira uma concepção de educação surgida entre o fim do século XIX e o início do século XX, em países da Europa e nos Estados Unidos. O ponto de partida para repensar na educação foram investigações científicas que propuseram novas concepções de aluno, criança, ensino e aprendizagem — numa palavra, de escola.

Já no começo do século XX os republicanos brasileiros tiveram contato com estudos dessa linhagem, a ponto de derivarem inspiração para propor renovação pedagógica na educação do país (SOUZA, 2001). salienta o “embate entre escola tradicional e escola moderna”, alimentado — segundo a autora — por uma percepção maniqueísta: de um lado, a escola antiga seria responsável por todos os erros; de outro, a Escola Nova responderia pelos acertos, pelas melhorias. Os escolanovistas justificavam seus argumentos explicando que a escola tradicional havia surgido quando não se tinha um olhar voltado às necessidades da criança nem ao aperfeiçoamento dos métodos de ensino, tampouco havia uma ciência psicológica.

Em meio ao movimento da Escola Nova, foi fundada a Associação Brasileira de Educação, por Heitor Lyra, que “[...] pensou em uma entidade ampla, capaz de congrega todas as pessoas, de várias tendências, em torno da bandeira da educação” (SAVIANI, 2008, p. 177). Tal instituição vinha reunir vozes afins às discussões sobre educação e à demanda crescente por tais debates na década de 1920. Para Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002), a associação abrigou educadores que objetivavam defender seus campos de trabalho, daí ser ela instituição brasileira com tal intuito e que reuniu gente de vários estados, sobretudo a partir de 1927, via conferências nacionais de educação. Delas participaram Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Heitor Lyra e outros. Tais eventos tinham como finalidade a defesa de interesses da educação baseados nos pressupostos da Escola Nova.

Convém destacar que, a princípio, não só os defensores dos ideais escolanovistas — reformadores liberais —, mas ainda os católicos partilhavam da ideia de uma

termos pedagogia moderna, pedagogia nova, pedagogia renovada e movimento renovador, para alusões a ideias, valores, pressupostos etc. dos reformadores liberais da educação, contrários a postulados do catolicismo para a educação.

educação integral, de valores cívico-patrióticos na educação. Só que o entusiasmo dos católicos incidia na defesa do “[...] catolicismo como elemento constitutivo da ‘alma nacional’, como tradição a ser preservada e mesmo cultivada” (CARVALHO, 1989, p. 43-44). Conforme Carvalho (1989), os anos 1920 foram o tempo da convergência de interesses em prol da “grande causa educacional”, seja para católicos conservadores, seja para liberais reformadores. Não por acaso, tais grupos interagiam em reuniões da Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924.

O ponto da discórdia dos católicos em relação à Escola Nova era mais a escola laica, e menos a defesa de renovação pedagógica. À luz de Carvalho (1989), pode-se dizer que o fascínio suscitado pela pedagogia nova derivava, em parte, dos métodos centrados no aluno — vistos como mais eficientes que os tradicionais. Seriam úteis à realização do programa nacionalista elaborado em meio à campanha cívico-educacional desempenhada pela associação. Mas o ponto mais sedutor da pedagogia renovada, diria a referida autora, foi a proposta de uma educação integral: o aspecto moral da formação, o preterimento a objetivos escolares unicamente instrucionais e a valorização de processos da aprendizagem com ênfase nos procedimentos, além dos resultados ou dos conteúdos do ensino (CARVALHO, 1989).

Conforme Braile (2007), foi no contexto das conferências nacionais sobre educação realizadas na Associação Brasileira de Educação que surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Segundo Xavier (2002), esse documento, publicado em 1932, foi um divisor de águas na história da educação brasileira. Assinado por uma fração da elite intelectual funcionou como estratégia política para definir bases sociológicas, psicológicas e filosóficas do movimento reformador. Além disso, representava a bandeira política do grupo filiado à associação, que se impôs na luta pelo controle ideológico do espaço escolar.

A redação do Manifesto dos Pioneiros — feita por Fernando de Azevedo — atribuiu aos pioneiros o papel heroico de salvar o país por meio da organização da cultura, para a qual o documento seria via de salvação nacional (XAVIER, 2002). O Manifesto foi assinado por vinte e seis intelectuais¹⁴, inclusive militantes católicos

¹⁴ Vinte e seis intelectuais assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de acordo com Saviani (2008) e Xavier (2002). Ei-los: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Paschoal Lemme, Roquete Pinto, Cecília Meirelles, Hermes Lima, Nóbrega da Cunha, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Venâncio Filho, C. Delgado de Carvalho, Frota Pessoa, Raul Briquet, Sampaio Dória, Noemy Silveira, Atílio Vivacqua, Júlio de Mesquita Filho, Mario Casasanta, A Almeida Júnior, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Paulo Maranhão, Garcia de Rezende, Raul Gomes.

como Mario Casasanta¹⁵. De maneira sintética os signatários de maior projeção, segundo Saviani (2008) e Oliveira (2012), foram: Lourenço Filho — que fundamentou o pensamento psicológico do movimento; Fernando de Azevedo — que fundamentou discussões sociológicas sobre a educação; e Anísio Teixeira — que debatia as bases filosóficas e políticas acerca da renovação educacional. Ficaram conhecidos como a trindade do movimento da Escola Nova.

O Manifesto dos Pioneiros não ficou isento de críticas da intelectualidade católica, sobretudo de Amoroso Lima. Esse intelectual considerou o documento como anticristão e anti-humano, como representante do absolutismo pedagógico do Estado, pois reafirmava a escola pública, leiga e obrigatória (XAVIER, 2002).

Para Cury (1984), a versão ideológica dos pioneiros era mais progressista se comparada à posição conservadora dos católicos. A proposta deles ensejava oportunizar, às camadas médias e classes populares, mais chances de acesso à escola. A versão ideológica do grupo católico, segundo o respectivo autor, representava a continuação da política educacional afim aos grupos oligárquicos; e ao defenderem as escolas particulares, tornavam essas instituições uma espécie de núcleo da reprodução cultural das camadas sociais mais ricas.

A repercussão do Manifesto dos Pioneiros mostrou o quanto foi acolhido pela sociedade, sobretudo por governantes estaduais, que propuseram reformas educacionais com princípios da Escola Nova. Em muitos estados, o ideário reformador tornou-se a proposta oficial adotada na área educacional. Em geral, interpretou-se o Manifesto como triunfo da Escola Nova: foram postas no papel as bases educacionais defendidas pelo movimento; figuras políticas e intelectuais reiteraram a defesa e simpatia pelo ideário pedagógico renovador; o lema de luta era a escola laica, pública e gratuita (alvo da discordância dos católicos), não por acaso, uma bandeira que os defensores da Escola Nova reivindicavam dos governantes desde o começo da década de 1920. Carvalho, Gonçalves Neto e Carvalho (2016) e Oliveira (2011) endossam essa compreensão ao sustentarem que os pressupostos de renovação da escola se firmaram no Brasil com Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo após a Primeira Guerra Mundial.

¹⁵ Mario Casasanta nasceu em Camanducaia, MG. Foi professor, escritor, advogado, político e acadêmico; também ocupou cargos na administração pública. Seu destaque maior foi como braço direito de Francisco Campos quando era inspetor-geral da Instrução Pública em 1927, período da reforma (RODRIGUES; BICCAS, 2015). De acordo com Saviani (2008), Casasanta foi ainda diretor da Imprensa Oficial e reitor da Universidade de Minas Gerais.

Nesse contexto, a quarta Conferência Nacional de Educação marcou o embate entre católicos e reformadores culminou. A publicação do Manifesto pelos pioneiros criou uma fissura cuja consequência imediata foi a saída de educadores católicos da Associação Brasileira de Educação; secundariamente, a consequência foi a fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação, referida antes, cabe lembrar.

Segundo Peixoto (1993), a liderança católica não só atacava o movimento renovador no púlpito e em publicações produzidas Igreja; também instigava fiéis, em praça pública e em cidades do interior, a desacreditarem no movimento, a manifestarem repulsa às ideias de Anísio Teixeira, enfim, a queimarem suas obras em pública. A Igreja também não perdoou o educador mineiro Mário Casasanta, católico que assinou o Manifesto dos pioneiros. Conforme conta Peixoto (1993), o irmão dele, Manoel Casasanta, relatou a pressão dos religiosos para que ele se retratasse a fim de evitar risco de ser excomungado. Saviani (2008) amplia esta compreensão do conflito pedagógico entre liberais reformadores e católicos conservadores ao dizer que, em nível nacional, esse confronto ainda não era tão acirrado no começo da década de 1930, ou seja, até antes da publicação do Manifesto.

Assim, o antagonismo se impôs com mais vigor no período 1932–1935, em torno do tema da Escola Nova e em nível nacional, por conta da educação laica, gratuita e obrigatória, expressamente defendida pelos pioneiros em 1932. A seu turno, os pioneiros discordavam de privilégios que o catolicismo tinha na educação. Na visão de republicanos liberais apoiadores da pedagogia nova, a família deveria ser livre para escolher a orientação religiosa que desejasse, enquanto o ensino público não deveria impor credo religioso à comunidade escolar. A visão dos escolanovistas era de que as escolas do Estado não deveriam adotar nenhuma confissão religiosa, justamente, por serem públicas — ou seja, pertenciam a um Estado laico — e recebiam alunos e alunas oriundos de famílias com credos diferentes. Enfim, embora houvesse uma maioria católica que considerava os princípios da pedagogia nova como “má pedagogia”, havia professoras católicas que os defendiam como, por exemplo, um grupo delas que, na São Paulo de 1933, movimentou-se em prol da Escola Nova (CARVALHO, 1989).

Essas considerações indicam que compreender o movimento da Escola Nova no contexto de ação da Igreja Católica na Primeira República requer lidar com facetas contraditórias. Uma delas é que, nalguns estados, o embate intelectual entre católicos–renovadores foi efusivo; noutros, foi brando. Dito de outro modo, a discordância entre

católicos e escolanovistas se acirrou mais em São Paulo e no Rio de Janeiro do que em Minas Gerais, por exemplo. Neste último estado, um passado de tradição católica marcante desde os tempos coloniais criava um ambiente favorável à Igreja e seus propósitos. Outra faceta é que ambientes favoráveis podiam ser encontrados, também, no âmbito do governo federal. Noutras palavras, certos ideais e ditames da República se fragilizaram com a ascensão de Getúlio Vargas, cujo governo assumiu a feição do autoritarismo até sua queda, em 1945. Embora a política educacional de Vargas tenha sido intolerante a certos fenômenos afins à educação¹⁶ não se pode dizer que defendia as ideais progressistas na educação.

1.4 Ascensão política da Igreja: os católicos no governo de Getúlio Vargas

No embate entre reformadores e católicos, o governo de Vargas tentou agradar e se favorecer do que ambos os grupos dispunham. Essa compreensão se respalda no que diz Cury (1984):

Pelo apoio que dá à ordem democrática, ao espírito científico e às novas conquistas pedagógicas nos processos de ensino, na visão de mundo, na visão que tem de si como poder da União, o governo se identifica mais com as propostas dos reformadores. Entretanto, jamais negou apoio às propostas dos católicos, pois tratava-se de tê-los como amigos, já que portadores de “forças morais” indispensáveis na tarefa da Reconstrução nacional (CURY, 1984, p. 111).

Como se lê, o governo Vargas dialogou com católicos e escolanovistas; sobretudo, não dispensou o apoio da Igreja para conduzir suas políticas educacionais, em um horizonte que seria de quinze anos, e em três momentos.

Com efeito, Cury (2019) assegura que a Revolução de 1930 significou o momento da volta da Igreja Católica ao palco da política nacional com grande organização e consciente de sua força e da instabilidade do governo provisório. À luz desse autor, compreendeu-se que a Igreja associou-se a este líder, mobilizando-se para garantir a segurança de seu futuro, ou seja, agradando a Vargas. Este, a seu turno,

¹⁶ A política linguística no governo Vargas tem sido objeto de vários estudos. Cabe citar aqui, a título de exemplo, pesquisas como a de Luciana Vargas Ronsani, ou seja, a dissertação de Mestrado *Os efeitos de sentido da política linguística da era Vargas: os sujeitos e as línguas* (2015; da Universidade Federal de Santa Maria - RS). Uma leitura do sumário da dissertação mostra que a autora se refere a noções como silenciamento de línguas e campanha de nacionalização, ou seja, da premência da língua portuguesa a ser ensinada como língua materna. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9926/RONSANI%2C%20LUCIANA%20VARGAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

também precisava do apoio da Igreja para fortalecer sua autoridade na sociedade: usar o poder de influência social da Igreja para legitimar o regime político autoritário, para ajuda a manter a ordem na sociedade.

Cury (2019) observou que, nessa conjuntura política, Vargas, já desde o início do seu governo, atendeu às pressões da hierarquia católica. Por exemplo, expediu o decreto 19.941, de 30 de abril de 1931 (ensino religioso facultativo e fora de horário de aula em escola pública primária, secundária e normalista). Entretanto, conforme expõe Cury (2019), o caráter facultativo era relativizado: cabia aos pais pedir a dispensa desse ensino caso não quisessem que seus filhos recebessem aulas de ensino religioso. Do contrário, o facultativo virava regular, ainda que em horário outro que não o de aula.

A Igreja Católica entendeu que precisava lutar por mais espaço para o ensino religioso no ambiente das escolas oficiais. Com isso, trabalhou para conseguir alterar o texto constitucional. Cury (2019) e Saviani (2008) explicam que a Igreja montou a seguinte estratégia: organizou um documento reivindicatório produzido pela Liga Eleitoral Católica, enviado à Assembleia Constituinte, contendo os chamados pontos programáticos, que na opinião dos católicos deveriam ser inseridos no texto da nova Constituição Federal. O resultado final foi a vitória dos interesses católicos sobre a educação pública. Conforme explica Cury (2019), apesar da pressão exercida pelos deputados defensores da laicidade no ensino público, a redação final abriu oportunidade para a inserção do ensino religioso em todas as escolas públicas do país na Constituição de 1934:

Art. 153 – O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acôrdo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos paes ou responsaveis, e constituirá materia dos horários nas escolas publicas primarias, secundarias, profissionaes e normaes (BRASIL, 1934, p. 1).

Nessa conjuntura, diz Cury (2019), o texto das constituições estaduais — promulgadas após a Constituição Federal de 1934, com exceção de alguns estados — acabou repetindo os termos do artigo 153 da Lei Maior, como foi o caso de Minas Gerais. Este estado experimentou a regulamentação do ensino religioso com o decreto 151, de 20 de julho de 1935 (CURY, 2019).

Nos anos seguintes, “[...] breve o Brasil conheceria os tempos rudes da ditadura” (CURY, 2019, p. 125), ou seja, do golpe que inaugura o regime do Estado Novo (1937–1945). Com efeito, a presença de Vargas na presidência da República pode ser

compreendida segundo três períodos de governo: 1º) 1930–1934, governo provisório; 2º) 1934–1937, governo constitucional; 3º) 1937–1945, governo autoritário (Estado Novo). Nesse intervalo, foi dissolvido o Congresso Nacional, criado o cargo de interventor federal e feita a troca dos governantes. Não sem reações, como diz Braille (2007): o intervalo 1930–1937 foi marcado por uma situação de lutas e conflitos ideológicos, na qual pesavam ainda a decadência da cafeicultura e a adesão à industrialização — acelerada por Vargas.

A educação se projetou nas preocupações do governo de Vargas. Dentre suas primeiras medidas, estão a criação do então Ministério da Educação e Saúde Pública. Para ministro, foi indicado o nome de Francisco Campos¹⁷: mineiro, intelectual e católico. Ao assumir o Ministério da Educação, em 1930, Francisco Campos reiterou o princípio republicano do ensino público laico e obrigatório (INÁCIO FILHO, 2002). Foi o bastante para desencadear reações contrárias e conciliação de interesses; afinal, a conservação de ambos os grupos era do interesse de Vargas — convém frisar. Era preciso manter uma relação harmoniosa. Na circunstância, os católicos recorreram ao ministro, pedindo que considerasse as causas da Igreja, sobretudo a volta do ensino religioso à escola pública (CURY, 1984; INÁCIO FILHO 2002; MATOS, 1990, SAVIANI, 2008).

A resposta de Vargas à demanda dos católicos veio na Constituição de 1934, em forma de prescrição da volta do ensino religioso às escolas (primárias e outras) em nível nacional, expressa no artigo 153 da Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil,

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (BRASIL, 1934, p. 1).

A concessão constitucional ao ensino religioso nas escolas públicas arrefeceu o embate entre católicos e pioneiros da educação, ou seja, aplacou os anseios dos

¹⁷ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dolores do Indaiá, MG, em 1891. Era parente de famílias influentes econômica, política e socialmente em Minas Gerais. Em 1914, formou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte; em 1918, tornou-se seu professor. Iniciou-se na política como deputado estadual (1919–1922), depois como deputado federal (1921–1926), secretário do Interior (1926–1930) e ministro da Educação (1930–1932), com foco central no ensino superior e secundário. Também foi consultor-geral da República (1933–1937), ministro da Justiça (1937–1941) — neste último cargo, ele redigiu a Constituição de 1937, que instaurou o Estado Novo, e colaborou ativamente para elaborar leis autoritárias após a derrubada do governo João Goulart, com o golpe militar de 1964 (BICCAS, 2008; MALIN, 2020b).

católicos. Ao mesmo tempo, foi motivo para deixar a Igreja ainda próxima do Estado, para sustentar o apoio ao governo. Considerando os estudos de Saviani (2008) e de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), convém aqui referência breve à articulação política que culminou na Revolução de 1930. Em 1931, Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari (Secretário de Finanças de Minas Gerais) fundaram a chamada Legião de Outubro, organização de inspiração fascista italiana, pois foram apelidados de “camisas-cáqui”. Não por acaso, Gustavo Capanema — que tinha em Francisco Campos um mentor intelectual — assumiria o Ministério da Educação.

Evidentemente, católicos que eram, esses três líderes estavam ligados à Igreja, por sua vez defensora do ideário do fascismo: Estado mantenedor da ordem, da autoridade, da civilidade e do patriotismo, da moral católica para combater ideais revolucionários com veemência (comunismo, socialismo, bolchevismo, este inserido no regime socialista implantado na Rússia). Além disso, como diz Saviani (2008), no cenário nacional, Getúlio Vargas, Francisco Campos e Gustavo Capanema eram tidos como a “trindade governamental”. Uma vez empossados após a Revolução de 1930, alinharam-se na “trindade católica”: cardeal Leme no ápice e padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima nas extremidades. Com essa congruência, Leonel Franca e Amoroso Lima se tornaram conselheiros do governo Getúlio Vargas para assuntos da educação e cultura. Os princípios que mantinham a sintonia entre as duas “trindades” se baseavam em conceitos como:

[...] o primado da autoridade; a concepção verticalizada de sociedade em que cabia a urna elite moralizante conduzir o povo dócil; a rejeição da democracia liberal, diagnosticada como enferma; a aliança entre a conservação tradicionalista dos católicos e a modernização conservadora dos governantes; a tutela do povo; o centralismo e intervencionismo das autoridades eclesiásticas e estatais; o anticomunismo exacerbado; a defesa da ordem e da segurança; defesa do corporativismo como antídoto ao bolchevismo (SAVIANI, 2008, 265).

Em 1934, ante a tais conchavos político-religiosos no jogo político nacional-estadual, Getúlio Vargas nomeou Gustavo Capanema ministro da Educação como uma forma de compensação (ele sucedeu ao Washington Pires, que por sua vez sucedeu ao Francisco Campos, em setembro de 1932). Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) endossam essa ideia de compensação ao explicitarem que Gustavo Capanema ao assumir o ministério era ação parcial de um acordo geral firmado entre

Igreja e o regime de Vargas, ou seja, que vinha desde os tempos de Francisco Campos. Evidência aparente desse acordo — cabe frisar — foi a aprovação de “emendas religiosas” na assembleia constituinte de 1934; e a evidência não dita — mas de repercussão profunda — foi a nomeação de Gustavo Capanema para o ministério. Agora, ele era o homem de confiança da Igreja, responsável por levar adiante o projeto educacional e pedagógico católico que antes era pleiteado por Amoroso Lima, que era o representante mais autorizado. Capanema ocupou o cargo de ministro da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945 (FGV CPDOC, 2001).

Um último elemento reforça o argumento das vinculações e compensações. A cada troca de políticos nos cargos de poder de Minas Gerais, na presidência da República e no Ministério da Educação, eram empossados católicos que sucediam a outros católicos; ou seja, era uma sucessão de mandatos alinhados no ideário da Igreja. Em um ambiente de pacto institucional e troca de favores políticos, os interesses do clero ditaram certa medida dos rumos da educação em parte do país.

1.5 Escola Nova Cristã: o contradiscurso da Igreja à educação progressista

O triunfo parcial da Igreja Católica em seu projeto de se restabelecer como força institucional com poder de decisão política e de interferência na realidade educacional não foi o bastante para dissipar a força da Escola Nova como movimento. O ideário escolanovista permeou as chamadas reformas da instrução pública país afora após 1930, pois tiveram como modelo a reforma que Francisco Campos propôs para Minas Gerais, inspirada e embasada no ideário da Escola Nova. Diretrizes educacionais fundadas em tais reformas eram quesitos a ser cumpridos pelo corpo docente, mesmo que o professorado tivesse tido uma formação nas escolas normais permeada pelo credo católico aplicado à educação.

Com efeito, o desconforto da Igreja com a projeção do que queriam os renovadores da escola pública no Brasil se mostrou nas encíclicas, e algumas orientações papais foram bem específicas quanto à educação, sobretudo na encíclica *Divini Illius Magistri*, de 1929. Nela, Pio XI expõe a essência, importância e excelência da educação baseada no cristianismo para a formação humana; defende que a educação perfeita não pode ocorrer sem antes ser cristã. A visão do pontífice é de que obra educativa pertence à família, à sociedade civil e à Igreja. Família e sociedade civil seriam instituições da ordem natural (social), e a Igreja seria da

ordem sobrenatural. A Igreja teria uma maternidade sobrenatural, de modo que homens não podem ter a Deus como Pai sem, antes, aceitarem a Igreja como mãe. Acerca do ensino escolar, seria

[...] indispensável que todo o ensino e toda a organização da escola: mestres, programas, livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância maternal da Igreja católica, de modo que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior (PIO XI, 1929, p. 21).

Como se lê, a Igreja era instada por Pio XI a se fazer presente em todos os graus educacionais. Assim, toda instrução escolar deveria adotar o cristianismo como fundamento religioso da obra educacional. O Papa defende que a educação ministrada pela Igreja Católica era a melhor, em detrimento da educação dada pela família e pela sociedade civil. Afinal, era uma educação elevada, pois o título da Igreja — a noiva de Cristo — foi dado *por Deus*. Daí, supostamente, era justo reconhecê-la como instituição perfeita, suprema em sua ordem, portanto digna de ter a primazia para educar na terra.

Na esteira da publicação da encíclica *Divini Illius Magistri*, a partir da década de 1930 — como entendeu Carvalho (1989) —, a repercussão foi de que a encíclica intencionava deter a adesão ao escolanovismo, assim como impedir que a proposta inflamasse até os meios católicos, pois eram suscetíveis de ceder. Contrário à Escola Nova, o Pio XI declarou que

É falso portanto todo o naturalismo pedagógico que [...] exclui ou menospreza por todos os meios a formação sobrenatural cristã [...] Tais são na sua generalidade aqueles sistemas modernos, de vários nomes, que apelam para uma pretendida autonomia e ilimitada liberdade da criança, e que diminuem ou suprimem até, a autoridade e a acção do educador, atribuindo ao educando um primado exclusivo de iniciativa e uma actividade independente de toda a lei superior natural e divina, na obra da sua educação (PIO XI, 1929, p. 16).

Essa passagem da encíclica permite compreender que o pontífice defendia a educação cristã tradicional e criticava a pedagogia moderna: o “naturalismo pedagógico”, os “sistemas modernos”. O Papa acusava a pedagogia moderna de dar autonomia e liberdade demasiada à criança educanda, de suprimir a autoridade do educador em sala de aula. Para ele, a pedagogia tradicional cristã era recomendada como a mais adequada e assertiva para manter a ordem, a disciplina e a moral na sociedade.

Pio XI também criticou a escola laica na encíclica *Divini Illius Magistri*. Acusou-a de excluir o ensino religioso e os princípios do cristianismo das necessidades de mestres e alunos. Sustentou sua crítica com citação de epístolas papais prévias, dos Papas Pio IX e Leão XIII; também estes escreveram contra a escola laica desde o século XIX. Totalmente contrário à escola neutra, Pio XI chega a proibir que católicos de se matriculem em instituições leigas. Além disso, para ele, “[...] é injusto e ilícito todo o monopólio educativo ou escolástico, que física ou moralmente constrinja as famílias a frequentar as escolas do Estado, contra as obrigações da consciência cristã ou mesmo contra as suas legítimas preferências” (PIO XI, 1929, p. 12). Como se lê, a encíclica evidencia o tom da visão papal: contrária aos princípios liberais da República. O Estado não deveria obrigar as famílias a matriculem sua prole em escolas oficiais sem orientação cristã, ou seja, deveriam ter a liberdade de escolha por uma educação de orientação cristã. Afinal, a Igreja havia recebido de Deus o direito e a primazia de exercer a tarefa de educar no plano terreno, e mesmo no terreno da instrução pública. Nessa perspectiva, em relação à escola pública, Pio XI recomenda às famílias cristãs não concordarem com a formação educacional ofertada pelo Estado que fosse acatólica e a cargo de professores não cristãos.

Essas considerações delineiam, então, o incômodo que a educação fundada no ideário da Escola Nova provoca no clero. Discorda dos princípios da pedagogia moderna: da exclusão do ensino religioso das escolas oficiais, da proposição de que discentes e docentes de credo diverso convivessem na escola sem que dada religião fosse prestigiada. Assim, os católicos não admitiam a escola mista, ainda mais única e obrigatória; Igreja não admitia que seus fiéis e intelectuais compactuassem com ideias dos pioneiros da educação.

Contudo, a resiliência da Escola Nova parece ter levado a Igreja a mudar de estratégia. A rixa foi se abrandando, dando lugar a certa simpatia pela Escola Nova. Houve trégua no embate pedagógico-intelectual em nível nacional e estadual. No dizer de Carvalho (1989), mesmo que alguns líderes clericais defendessem o combate incessante à pedagogia renovada, surgia a tendência a incluí-la em seus pressupostos, refinando-a, depurando-a de tudo que fosse contrário aos preceitos cristãos, à encíclica *Divini Illius Magistri*.

É possível entender a visão dos católicos cheios de ressalvas quando incorporaram a escola ativa aos seus conteúdos; para eles,

A única concessão feita pela Igreja à nova proposta pedagógica diz respeito aos métodos ativos. Isso porque a consideração à atividade do aluno no processo de aprendizagem não fere nenhum princípio da pedagogia católica. O reconhecimento desse princípio nem mesmo constitui novidade para os católicos, que há muito incorporaram a seus projetos pedagógicos (PEIXOTO, 1993, p. 61).

A partir de 1932, os católicos tenderam a adotar princípios da pedagogia nova. Houve esforços para conciliar pressupostos da escola moderna com os da educação cristã. Das intenções dos católicos emergiu o que se poderia chamar de Escola Nova Católica — ou Escola Nova Cristã.

Orlando (2008) delinea os princípios da Escola Nova Cristã, cuja proposta pedagógica se nota basicamente o desejo da conciliação dos princípios da pedagogia moderna com os princípios pedagógicos cristãos. Inclusive a trajetória de vida de alguns dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, foram marcadas pelo catolicismo, revelando um diálogo entre pioneiros e católicos. Além desses expoentes, houve outros intelectuais escolanovistas que eram, por outro lado, lideranças do catolicismo como Fernando de Magalhães, Oliveira Barbosa, Mário Casasanta e Francisco Campos, que defendiam a conciliação dos pressupostos pedagógicos renovadores aos pressupostos educacionais cristãos, estes defendiam a modernização da educação sem perder de vista a tradição religiosa. Fernando de Magalhães e Oliveira Barbosa eram lideranças católicas que militaram na Associação Brasileira de Educação ao longo da década de 1920, assumindo posturas favoráveis à renovação das práticas pedagógicas, sem desassociá-las da formação moral católica. (ORLANDO, 2008).

Com efeito, em Minas Gerais especialmente a tradição secular da Igreja Católica se estendia à educação. Nesse estado, a incorporação da Escola Nova conciliou os valores cristãos para renovar a educação sem abrir mão da pedagogia tradicional. Emergia, então, a Escola Nova Cristã. Dito de outro modo, em Minas Gerais, os renovadores da educação eram apegados à pedagogia tradicional, religiosa, cristã. Essas convergências podem ser vistas como um sinal de êxito da Igreja em seu movimento para restabelecer a posição que perdeu com a República. Esse êxito incidiu, em especial, no campo da pedagogia, da instrução, da escola. Surgiram produções que incorporaram valores cristãos à versão católica da pedagogia moderna, fazendo nascer a Escola Nova Cristã, em que foram produzidos novos conteúdos pedagógicos.

Evidências da ascensão da Igreja Católica na educação mineira se encontram na *Revista do Ensino*. Essa publicação — oficial — passou a divulgar instruções e prescrições para a conduta do professorado à luz de preceitos da escola renovada recomendados pela reforma Francisco Campos e do sentido religioso. O ideário católico permeou a revista em muitos textos de conteúdo inspirado em encíclicas papais e cartas pastorais. Assim, convém compreender minimamente as relações entre governo de Minas Gerais e Igreja Católica de modo a fundamentar a apreensão de como o ideário católico se fez presente na educação mineira com a chancela do governo, como se lê no capítulo 2.

1.6 Síntese compreensiva

Antes de aprofundar, em âmbito estadual, temas tratados em âmbito nacional neste capítulo, convém fazer aqui uma síntese compreensiva. Como vimos, ignorando a constituição de 1891, a Igreja não só não se distanciou do Estado, mas também cooperou com os republicanos defensores do Estado laico. Como em um tipo de política de reaproximação, Estado e Igreja se aliaram, por exemplo, para conter a ordem social, controlar condutas, combater movimentos considerados revolucionários etc. O catolicismo ainda um fundamento da cultura brasileira; mas era preciso recristianizar o país elevando o espírito de nacionalidade, e de patriotismo via educação e imprensa.

A educação escolar foi percebida como fundamental para garantir o sucesso das intenções da Igreja. O contexto ajudava. Durante o período republicano, além de uma legislação ineficaz, a situação do ensino primário era precária. O cenário necessitava de um projeto pedagógico para instituições, e de uma política educacional desse conta das dificuldades educacionais do momento, de modo a conciliar interesses do projeto republicano, alcançar o progresso via urbanização, o desenvolvimento econômico e a alfabetização.

Ao mesmo tempo, a Igreja se aliou a famílias de poder aquisitivo: centrais para sustentar o projeto educacional católico e a liderança secular na educação de mulheres. Mais que à elite, a Igreja buscou aliança com o governo de Vargas, que dialogou com católicos e escolanovistas. Em um ambiente de aceitação da Igreja Católica no meio governamental, os católicos recorreram à imprensa para fazer veicular o ideário católico no meio educacional público. O público leitor vislumbrado foi o professorado: docentes de orientação católica e escolanovista, de escolas públicas e escolas privadas. Como os

governos republicanos consagraram o grupo escolar como modelo de escola primária país afora material, a Igreja pouco podia fazer no âmbito do ensino e da aprendizagem como administradora escolar; mas podia fazer muito no âmbito da formação e orientação dos professores, com a inculcação de elementos de recristianização da pátria. Na frente de ação no campo da docência, intelectuais, educadores e estudiosos católicos aguerridos exploraram a possibilidade de publicar.

Em Minas Gerais, a reforma da instrução — fundada na escola renovada — teve inspiração de ideias e teorias pedagógicas da Europa e dos Estados Unidos, além de sustentar a educação pública, laica, obrigatória, moderna, cívica — o que caberia ao Estado proporcionar. Com efeito, a difusão desse arcabouço exigiu criar formas de veiculá-lo, como a reativação da *Revista do Ensino*. Essa publicação recebeu investimentos para circular maciçamente, sobretudo de 1931 a 1935, de modo que desempenhou papel fundamental para configurar campos da pedagogia e modelar práticas escolares: fosse pelo viés da pedagogia renovada, fosse pelo viés da pedagogia renovada católica. Sobretudo, contribuiu para difundir o ideário católico.

2

COOPERAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO: A ORIENTAÇÃO
CATÓLICA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

Minas Gerais provou ser um caso bem-sucedido da reação da Igreja Católica ao Estado laico, ou seja, para restabelecer sua posição de força política no governo do país. As frentes de ação em campos como a educação e a imprensa produziram resultados substanciais no estado mineiro, sobretudo nos anos 1930, evidentemente. Caso se possa tomar a *Revista do Ensino* como medida da penetração chancelada do ideário católico na sociedade mineira, então é preciso dizer, igualmente, que esse fato derivou de antecedentes mais amplos e mais complexos. Desde os primórdios da República, a posição de Minas Gerais transpareceu elementos de ambiguidade quanto ao Estado laico. Uma medida mais expressiva dessa condição foi a recepção à Constituição de 1891 pela sociedade mineira, que viu a Lei Magna com reticência (MATOS, 1990). A expressividade dessa reação se projetaria ao longo da Primeira República, em meio a instâncias e agentes do governo de Minas Gerais, assim como à sociedade, ainda bastante arraigada ao catolicismo (MATOS, 1990; VIDAL; FARIA FILHO, 2005).

Nesse sentido, a *Revista do Ensino* foi uma medida mais explícita das relações entre Igreja Católica e estado mineiro no campo da educação; a abertura a mensagens de conteúdo catequizante e de intenções de formação moral cristã, por exemplo, privilegiou textos de membros do clero e de intelectuais alinhados nos planos da Igreja.

Ao lado desses conteúdos, estavam mensagens de autoridades mineiras, a exemplo de discursos proferidos em cerimônias de formatura; indiretamente, não só veiculavam, mas ainda reiteravam elementos do ideário católico para a educação. Portanto, convém entender minimamente o movimento da Igreja Católica em Minas Gerais desde a república para compreender com mais segurança e fundamento as condições em que os católicos se apropriaram da *Revista do Ensino* para difundir seu credo em instâncias e sobre quais bases sustentaram tal uso da publicação. Este capítulo esboça uma tentativa de construir tal entendimento expondo, em nível estadual, aqueles desdobramentos da República em âmbito nacional apresentados no capítulo 1. Desdobramentos que vão da proclamação da República (1889) à ascensão de Getúlio Vargas e à imposição do Estado Novo considerando principalmente o período (1930–1940). Um ponto-chave de tal desdobramento foi justamente certa recusa da Constituição republicana que declarava a laicidade no país, o que indicava um terreno promissor para a Igreja Católica.

2.1 Igreja e governo de Minas Gerais: o peso da tradição católica

Minas Gerais teve interferência da Igreja Católica Apostólica Romana desde os tempos imperiais, com clérigos mineiros, católicos leigos empossados na política, incursões do papado romano, dentre outros índices. Assim, a influência religiosa incidiu sobre os contornos da política educacional mineira. Como se depreende de Azzi (1994), Araújo (1986) e Inácio Filho (2002), foram sinais de uma verdadeira romanização no Brasil e em Minas Gerais. Em 1890, o estado tinha à frente de seu governo Afonso Augusto Moreira Penna, católico. Igualmente, a maioria dos políticos era católica. Assim, a Constituição Federal de 1891 não foi aceita. Mantiveram-se firmes valores religiosos cristãos e o rechaço à escola laica — que a Igreja lutaria com todas as forças para sobrepujar. Por meio do congresso constituinte, em 15 de junho de 1891 foi decretada e promulgada a chamada Constituição Mineira “em nome de Deus Todo Poderoso”, contra a laicidade e favorável à religião católica. Era a abertura para a Igreja procurar o apoio do estado, ignorando a Constituição federal. Mais que isso, eram as condições ideais. Como informa Silveira (1926), em geral Minas Gerais teve governantes católicos à frente do seu povo, caracterizando-se como um estado essencialmente cristão e conservador.

O governo de Silviano Brandão (1898–1902) decretou, via lei 281, de 16 de junho de 1899, que o ensino primário seria gratuito e obrigatório. Martins (2013) explica que, na prática, como o primário era precário, o governo permitiu às instituições privadas oferecer educação em tal nível. Vide decreto 1.348, de 08 de janeiro de 1900. Mourão (1962) explicita que esta lei não retirava privilégios do estado quanto em oferecer o ensino primário, mas o ajudava ao assegurar a liberdade de oferta por particulares e associações. Reconhecia-se a atuação expressiva das escolas católicas na educação da infância mineira e Escolas Normais, que já remontavam ao período imperial. Nessa conjuntura político-educacional, a “[...] institucionalização do Estado laico, influenciado pelo pensamento liberal e positivista dominante nas elites civis e militares, não significou o divórcio total com a Igreja, em especial no Estado de Minas” (BORGES, 2006, p. 19). O discurso liberal dos republicanos — favorável ao ensino público, gratuito e obrigatório —, na prática, estava aberto à iniciativa privada; ou seja, às escolas católicas, preponderantes em Minas Gerais, assim como nas demais regiões do país.

Como diz Peixoto (1993), o relacionamento entre Igreja e estado de Minas Gerais só foi abalado em 1906, pela administração do governo João Pinheiro (1906–1908) e sua reforma do Ensino Primário, Normal e Superior de Minas Gerais, via lei 439, de 28 de setembro de 1906. O governo institucionalizou os grupos escolares, a escola gratuita e o Primário obrigatório. Também criou a Escola Normal de Belo Horizonte, chamada ainda Escola Normal da Capital. Direcionada às mulheres, que oferecia educação intelectual, moral e prática (BRAILE, 2007). O ensino religioso foi suprimido dos programas de ensino das escolas oficiais. Esse governante expressou predileção pelas mulheres para exercerem o magistério na escola primária, como se lê na lei 439, 28 de setembro de 1906, que autorizou o governo a reformar o ensino Primário, Normal e Superior do Estado de Minas Gerais de 1906:

O [novo] regulamento [do ensino primário e normal] estabelece a preferência da professora para o ensino primário — é um meio de abrir à mulher uma carreira digna e proporcionar-lhe o ensejo de ser útil à Pátria [...] a mulher melhor compreende cultiva o caráter infantil [...] a professora com mais facilidade sujeita-se aos reduzidos vencimentos com que o estado pode remunerar (MINAS GERAIS, 1906a, p. 7).

Por outro lado, a exclusão do ensino religioso das escolas públicas, é claro, desagradou os católicos, segundo Martins (2013). Mas o governo declarou que não tinha condições estruturais de custear as Escolas Normais públicas. Logo, precisaria do apoio da iniciativa privada, sobretudo das instituições confessionais, mais equipadas. Assim, o governo contou com o aparato das congregações católicas para complementar a oferta de cursos preparatórios para o magistério primário. Em Minas Gerais, a maioria das escolas confessionais era de origem europeia, sobretudo francesa (MARTINS, 2013). Dito de outro modo, os mineiros de então tinham, como referência mundial, a cultura da França.

A concessão à formação dada por meio da Escola Normal católica se justificava. De fato, Minas Gerais foi o segundo estado no país a se preocupar com a escola primária graduada e seriada na República; mas o aparato escolar público oferecia poucas escolas de ensino primário e pouquíssimas para o Curso Normal. Em Belo Horizonte, de acordo com Faria Filho (2014), até 1906, a estrutura da instrução pública era formada basicamente pelas escolas isoladas.

O Decreto n. 1960, de 16 de dezembro de 1906, feito por João Pinheiro, organizou a carreira do magistério em três segmentos: professores efetivos, professores adjuntos, professores auxiliares, e professores técnicos (MINAS GERAIS, 1906b). Observou-se nos dados salariais¹⁸ deste decreto, que um professor efetivo recebia a metade do que ganhava um professor técnico, por sua vez, os professores auxiliares ganhavam menos da metade do efetivo. Todavia, essa disparidade salarial tinha um motivo: todos os professores técnicos eram homens, segundo explica Faria Filho (2014). Segundo esse autor, as escolas isoladas e os poucos grupos escolares existentes no início do século XX tinham praticamente apenas mulheres em seu corpo docente. Homens ocupavam-se como professores no ensino profissional ou técnico, como inspetores e em cargos da administração educacional no estado.

Em 1906, o governo João Pinheiro apresentou a primeira reforma republicana da instrução em Minas Gerais, à moda do que houve em São Paulo, com a criação de grupos escolares e escolas-modelo para aplacar o analfabetismo (ARAÚJO, 2013). No início da década de 1920, a situação da educação primária e normal pública — em dados informados por Araújo (2013) — era a seguinte: em 1920, havia 2 escolas

¹⁸ O salário de um professor efetivo de um grupo escolar por ano era de 1:800\$000 (mil e oitocentos contos de réis; o salário do professor técnico era de 3.600\$000, e dos auxiliares de escolas isoladas 600\$000 (MINAS GERAIS, 1906b). O conto de réis era a moeda do Brasil em 1906, os valores variavam entre 10 mil réis e 1 conto de réis, moeda que só foi descontinuado em 1942 com a chegada do cruzeiro.

normais oficiais e 36 escolas equiparadas; em 1922, os grupos escolares somavam 170. Instituições educacionais católicas para alunos e alunas ainda preponderavam, na formação elementar (Primário) e secundária (Normal). Tal monopólio se perpetuaria até a reforma Francisco Campos, em 1927. As escolas até davam liberdade às mulheres de trabalharem, desde que no espaço escolar. Aí, teriam algo como uma extensão do lar, local de recato, afim à *missão* feminina de educar a moral de seus alunos, futuros cidadãos republicanos, dentro dos princípios e valores cristãos, cívicos e patrióticos.

O ensino religioso voltou à escola pública no governo Bueno Brandão. Porém, a concessão pressupunha que fosse ensino facultativo. Ainda assim, como diz Matos (1990, p. 79), mesmo que o ensino do catecismo fosse facultativo, sua presença indicava o poder reconhecido à Igreja: “[...] ao falar em Deus e em religião, deve o professor abster-se de inculcar no aluno determinada crença religiosa, não se esquecendo, porém, de que a religião católica é a do povo brasileiro, na sua maioria e, especialmente, a do povo Mineiro”. A força da presença estendeu tal reconhecimento - licença concedida por Bueno Brandão em 1911 — ao governo de Mello Vianna¹⁹ (1924–1926) — vide decreto 6.758, de 1º de janeiro de 1925.

2.1.1 *O governo católico de Mello Vianna: afinidades entre Minas Gerais e Roma*

A relação de Mello Vianna com a Igreja foi comentada por Silveira (1926) na obra *Minas Geraes em 1925*²⁰. Segundo esse autor, como governante cristão, Mello Vianna era um católico praticante que defendia o catecismo democrático, ideário de conciliação da vida política com os princípios do cristianismo, basicamente, era o vínculo entre a moral política e a moral religiosa. Para Andrade (1926)²¹, Mello Vianna foi um político católico digno de honra por ter preservado sua fé em sua vida pública, a ponto de ter sido objeto de um texto cujo título ressalta essa faceta de sua personalidade: “Mello Vianna: um homem de fé”. Nele, lê-se:

¹⁹ Fernando Mello Vianna é natural de Sabará, MG. Foi promotor de justiça, em 1902, e deputado estadual, com mandato findo em 1905. Em seguida, foi nomeado juiz em Serro, MG, e então transferido para Sete Lagoas, MG. Foi advogado-geral do estado, em 1918. Tomou posse como secretário do Interior de Minas em agosto de 1922, governo de Raul Soares. Após a morte deste, Viana o sucedeu, em dezembro de 1924, para terminar seu mandato em março de 1926 (SILVEIRA, 1926).

²⁰ O livro *Minas Geraes em 1925* é uma obra publicada em 1926, pela Imprensa Oficial, que foi subvencionada com autorização do Congresso Mineiro. O livro apresenta dados oficiais do governo. Seu organizador e editor foi Victor Silveira, ex-deputado federal e editor fundador do *Correio da Manhã*, de *A Razão*, *Boa Noite*, *Correio da Noite* e *Gazeta da Tarde*, no Rio de Janeiro; também de *Commercio em S. Paulo* e *Tribuna Paulista*, de acordo com dados informados pelo próprio livro.

²¹ Andrade (1926) escreveu o capítulo “Religião: Minas e o catholicismo”, no livro *Minas Geraes em 1925*, de Victor Silveira em 1926. O autor deste capítulo era Moacyr Assis Andrade.

O presidente Mello Vianna [...] formou o seu caracter ao influxo dos ensinamentos catholicos e por isso crê e firmemente pratica a religião [...] Entretanto, o exemplo mais seguido tem sido sempre, infelizmente, pelos homens públicos nacoes que se elevam à dignidade de chefe de governo, o da indiferença religiosa — pensando os que assim procedem que o laicismo constitucional os atinge também... Para gloria nossa salientemos que em Minas jamais foi assim [...] E, no actual momento, Mello Vianna, na direção de Minas, engrandece a suprema magistratura do Estado com a sua consciência de catholico [...] si formos, num retrospecto estudar a vida de Mello Vianna veremos que, em religião, como em tudo mais, elle nunca mudou [...] realiza em Minas um governo que não exclui Deus, e todos os seus actos grandiosos derivam de sua formação religiosa (ANDRADE, 1926, p. 258).

Nesse sentido, o governo de Mello Vianna preservou traço da tradição política que endossava a participação eclesial nas ações do governo, inclusive na educação. Manteve viva a união Estado–Igreja, o que permitiu perpetuar as tradições religiosas. A força dos elos era tal, que as notícias chegavam ao papado. Este governante mineiro foi homenageado pelo Papa Pio XI, que lhe enviou uma medalha de ouro do Vaticano por intermédio de Dom Antônio do Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte. A medalha foi produzida por ocasião de uma exposição das obras das missões católicas, inauguradas em Roma, na abertura do Ano Santo. Silveira (1926) descreveu que a medalha tinha a esfinge (rosto) do sumo pontífice em uma face; na outra, a entrada da exposição em relevo. Com a medalha, veio uma carta, em italiano, autografada por Pio XI e endereçada ao então presidente de Minas Gerais. Eis as intenções da carta, na tradução transcrita por Silveira (1926):

Senhor presidente. Vivo e particular prazer trouxe o nosso coração precioso mimo que v. exc. com tão delicada intenção, oferecermos por ocasião da recente viagem a Roma do Senhor Arcebispo de Bello Horizonte. A captivante homenagem tão grata em si mesmo, tem para nós tanto maior valor quanto é testemunho eloquente do affecto de v. exc. ao Vigario de Jesus Christo, e é bem assim, consoladora mensagem da fé e da Piedade de um povo que trabalha e progride na luz do Evangelho no amor da Egreja Católica. Satisfeito, portanto, de um attestado que é para nós grato enumerar entre as mais preciosas lembranças deste Anno Santo, apresentamos a v. exc. sinceros agradecimentos e, enquanto levantamos a Deus fartos votos pela felicidade de v. exc. e de sua família, e pela crescente prosperidade do Estado de Minas Gerais, como penhor de nossa benevolencia e em sinal dos celestes favores, damos de coração a v. exc. Senhor Presidente, e aos que lhe são caros a bênção apostólica. Roma, do Vaticano, 2 de setembro de 1925. Pio XI. (SILVEIRA, 1926, p. 261).

Um gesto como esta carta do Papa era evidência explícita da aprovação moral e religiosa do pontificado da qual gozava Mello Vianna e seu trabalho político à frente do governo mineiro (da sociedade). A proximidade era considerável, como sugere a homenagem da autoridade eclesiástica máxima. Como se pode inferir, o Vaticano estava de olhos bem abertos ao que se passava em Minas Gerais. Afinal, as relações de Mello Vianna com o clero católico mineiro eram não só amistosas, mas também articuladas.

A união do governo mineiro com a Igreja se manifestava em convites feitos a clérigos para participarem de reuniões políticas. Convém aqui a seguinte passagem:

Organizando a comissão destinada a promover meios de defender o patrimônio artístico de Minas, o presidente incluiu nela d. Helvecio, d. Joaquim, d. Cabral, três bispos illustres, não prescindindo da colaboração da Igreja no interesse do Estado. [...] falando sobre religião e o Estado, as suas palavras são francas, sem dubiedades: “A religião é outro factor importantíssimo da unidade nacional, e, a despeito da separação entre Estado e a Igreja, não póde, nem deve ser desprezada pelos poderes públicos”. (SILVEIRA, 1926, p. 258).

Em tal comissão pública, estavam presentes os arcebispos Helvécio Gomes de Oliveira, de Mariana (MG), Joaquim Silvério de Souza, de Diamantina (MG) — arcebispo influente na sociedade mineira —, e Dom Cabral, arcebispo de Belo Horizonte. Não por acaso, Mello Vianna, em carta de 27 de janeiro de 1925, ofereceu o cargo de senador estadual, ao arcebispo Joaquim Silvério de Souza, o que evidenciava a simpatia do Congresso Mineiro pela religião católica, outra evidência clara da colaboração entre o governo e o clero. Silveira (1926) se referiu a tal fato com estes termos:

Desejando concorrer para que o preenchimento da referida vaga se faça sem quebra das brilhantes tradições daquela casa do Congresso Mineiro [...] lembrei-me de sugerir à Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro o nome prestigioso de v. exc. revdma., [...] os meritos de prelado eminente, e de escriptor insigne [...] além de um preito ao próprio Senado, uma homenagem ao culto clero [...] V. exc. é, no caso, o symbolo de uma doutrina, de um princípio que faz o empenho de homenagear [...] o factor religioso, mesmo nos paizes onde vigora o regimen da separação entre a Igreja e o Estado não pode ser desprezado pelos homens de governo. (SILVEIRA, 1926, p. 258).

Esta proposta deixa entrever a vontade de ter o arcebispo de Diamantina em tal posição, ou de assegurá-la ao clero. A resposta do arcebispo à proposta do governo

mineiro tem data de 30 de janeiro de 1925, que porém, recusou a proposta, por motivos de saúde:

Nobilissimus os motivos que influem no ânimo de v. exe., que com esse procedimento deseja prestar homenagem à Egreja e reconhecimento aos serviços com que os seus mais responsáveis representantes do Estado têm concorrido para ordem e progresso social [...] tanto se vem accentuando ultimamente a benevolencia dos poderes publicos para com a Religião Catholica, em cujos principios se formou nossa nacionalidade e cuja acção beneficia-se tem feito sentir sempre, do modo especial, em nosso Estado [...] Muito melhor poderei eu fora do Senado conciliar os interesses do Estado com os da Religião. Minha palavra aos fieis, em tudo o que for de utilidade á vida civil, será muito mais acatada [...] Meu estado de saúde, enfraquecido por causa da gripe, que três vezes me levou às portas da morte, não me permite a intensidade de trabalho como outros tempos [...] com sentimentos de muita estima e sincero agradecimento (SILVEIRA, 1926, p. 259).

De modo algum a recusa do arcebispo de Diamantina manchou as relações entre governo e Igreja, nem a benevolência com que os poderes públicos beneficiavam o clero. Permaneceu a convergência de discursos: a ordem e o progresso, mais a fé católica, para o bem maior: a República. Neste contexto, observou-se que era forte o entrosamento de Mello Vianna com o Papa Pio XI e com clero mineiro, a ponto de enfraquecer, em parte, um ideal-chave da República: a laicidade.

Quando Mello Vianna assumiu o governo em 1925, viu-se incumbido de elevar o estado a uma nova condição econômica e urbano-industrial. Assim, tentou reduzir o analfabetismo, intencionando colocar o Curso Primário como prioridade (SOUZA, 2001; FARIA 2009; SILVA 2018). Como diz Biccás (2008), seu governo tinha o desafio de fazer chegar escola primária a todas as localidades, ou seja, pôr em prática a lei da obrigatoriedade do ensino, criada pelo decreto 655, de 17 de setembro de 1893.

Assim, o presidente do estado de Minas Gerais Mello Vianna, juntamente com o seu secretário de Interior, Sandoval Soares Azevedo²², e o diretor da Instrução Pública,

²² Sandoval de Azevedo era natural de Minas Gerais. Foi secretário de Interior durante o governo de Mello Vianna (1924–1926). Em seguida, foi deputado federal, tendo seu mandato encerrado em 1930. Segundo Biccás (2008), ele foi uma figura importante para formar o professorado mineiro: participou da reforma do ensino nas escolas normais, promoveu conferências em Belo Horizonte, convidou especialistas para ensinar às professoras os novos métodos de *tests*, ajudou no envio de professores mineiros para instituições estrangeiras etc. Acredita-se que era católico, pois escreveu uma mensagem na *Revista do Ensino* (n. 23, p. 523), direcionada aos educadores em que os incentivava a encararem seu dever com devoção, renúncia e sacrifício, com bravura e idealismos sagrados. Ele menciona indiretamente Jesus Cristo quando sugere que, assim como o milagre da humildade — que nasceu vinte séculos atrás na Judeia —, os professores deveriam tocar seus alunos, entregando-se ao seu sacerdócio como sinal de sua nacionalidade.

Lúcio José dos Santos²³ realizaram uma reforma na instrução pública. As mudanças incluíram a regulamentação do Programa de Ensino do Curso Primário (decreto 6.758, de 1925, que havia sido aprovado antes o decreto 6.555, de 19 de agosto de 1924) e a expansão das escolas elementares através do estado (FARIA, 2009). Além disso, em 20 de março de 1925 foi aprovado o decreto 6.831, com o regulamento da instrução pública, que organizou o Ensino Normal. Os artigos a seguir dão uma medida da regulação:

Art 1º O ensino normal tem por objetivo a formação de professores primários do Estado, e será ministrado por uma Escola Normal Modelo, por escolas regionaes officiaes, sob forma de externato, por escolas particulares equiparadas e por uma Escola Normal Superior. §1º A Escola Normal Modelo e a Escola Normal Superior estão localizadas na Capital; as regionaes, nas zonas que forem designadas pelo Governo. §2º Esses estabelecimentos manterão classes primárias anexas, onde o curso normal se integralize com a prática profissional. Art. 2º As escolas Normais regionais e as equiparadas terão por modelo a da Capital. Art. 3 O ensino nas escolas normaes contará de dous cursos: o fundamental e o normal (MINAS GERAIS, 1926, p. 1).

Destaca-se aqui o artigo 1º. E embora o Ensino Normal já estivesse estruturado no estado — capital e demais cidades —, a formação de professores para o Primário oferecida pelo estado ainda não conseguia abranger o todo da população; as condições infraestruturais em que se desenvolvia continuavam precárias se comparadas às Escolas Normais católicas. Logo, a Igreja mantinha o monopólio educacional, sobretudo no campo da educação de mulheres.

Nessas circunstâncias, além da necessidade de revisão dos princípios educacionais vigentes, era necessário melhorar as condições estruturais das Escolas Normais públicas. Afinal, o contexto histórico republicano requeria mudanças, inflamadas pelos princípios liberais e positivistas, de ordem e progresso, da renovação educacional. Esse ideário incentivava a modernização escolar e de métodos pedagógicos, a autonomia e o foco na aprendizagem discente. A esses anseios de renovação escolar, parecem se convergido formulações teóricas afins à Escola Nova, pois foram acolhidas nas propostas reformadoras oficiais, convém salientar.

A tais circunstâncias históricas se acresce a condição de dilema em meio ao professorado do Primário: lecionar num contexto educacional nacional de laicidade —

²³ Lúcio José dos Santos foi orador, escritor, professor de ciências, jornalista e católico fervoroso, esteve à frente da Diretoria de Instrução Pública no governo Mello Vianna (1924–1926). Além disso, foi colaborador da *Revista do Ensino* nos seus primeiros quinze anos de existência (BICCAS, 2008, p. 38).

no grupo escolar, por exemplo — e ter de se submeter a uma conjuntura político-educacional de orientação católica. No espaço escolar, professoras e professores conviviam com um vocabulário e uma simbologia do credo católico, dentre imagens de santos, crucifixos e outros, além do próprio ensino religioso facultativo. O catolicismo permeava o ambiente das escolas oficiais; e com perspectiva de continuidade e ascensão à medida que continuasse marcante — convém frisar — a condição de ser católico em meio aos que se alçassem ao governo estadual. Neste âmbito, ressalta-se que Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, uma escola oficial, onde católicos realizaram a entronização da imagem do Cristo-Rei nas dependências desta escola no dia 01 de novembro de 1924 (MATOS, 1990). E, possivelmente nos anos seguintes, símbolos católicos como esses ainda continuavam a fazer parte do espaço escolar, mesmo em tempos republicanos que pregavam a laicidade. A mudança poderia advir do grau de envolvimento do governador eleito; mas a sustentação da posição privilegiada da Igreja ficaria incólume, como no caso do governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada²⁴.

2.1.2 *O governo católico de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: abertura e colaboração com a Igreja*

Com efeito, o governo de Antônio Carlos (1926–1930) não alterou o estado de coisas das relações entre Minas Gerais e Igreja. Católico fervoroso, ele atuava na política associada à religiosidade conservadora mineira. De acordo com Matos (1990), Antônio Carlos se destacou de seus pares por ser um estadista relacionado, a fundo, com o clero. Não por acaso, Dom Cabral, primeiro arcebispo de Belo Horizonte, reconheceu publicamente os méritos de Antônio Carlos: o modo como conciliou sua vida pública com a religiosidade. Disse o arcebispo: “Vossa Excelência, sem possível contestação, o primeiro, entre os estadistas e homens públicos que, após quarenta anos de esbulho, desde o início do regime republicano, ouve e acata os protestos e clamores da consciência católica” (CABRAL, 1926, p. 1). Também merece reprodução aqui a

²⁴ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena, MG, em 1870. De família renomada na política, foi jornalista, professor, advogado e um político mineiro importante. Na cidade de Ubá, foi promotor; também secretário estadual de Finanças, secretário Interino do Interior, da Agricultura e de Obras Públicas, além de ter sido ministro da Fazenda. Em sua vida pública, exerceu mandatos como vereador, prefeito, senador estadual, deputado federal e deputado estadual. Era defensor do liberalismo clássico. À frente do governo de Minas Gerais, preocupou-se com a situação precária da instrução pública (Primário e Normal), a ponto de cancelar a reforma educacional elaborada por Francisco Campos. Andrada firmou-se no governo mais claramente como líder da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Porém, seu governo teve mais expressividade graças ao amigo e secretário Francisco Campos (OLIVEIRA, 2011; MALIN, 2020a).

declaração do próprio Antônio Carlos dada ao jornal *O Horizonte* (publicada em 11 de setembro) em sua posse no governo de Minas Gerais, dia 8 de setembro de 1926:

O governo temporal em Minas, no passado e no presente, está preso, pelo maior reconhecimento, a ação benemerita daqueles a quem a sabedoria do Santíssimo Padre tem confiado a direção espiritual dos mineiros [...] os príncipes da Igreja, em nossa terra, tem concorrido decisivamente para a formação do caráter patriótico, que, transmitido de geração em geração permite ao povo mineiro orgulhar-se do patrimônio moral e cívica que pode até agora constituir [...] Errara gravemente o governo que não se utilizar da grande força que é a religião, para levar avante todas as construções que idealiza e se proponha a realizar (ANDRADA, 1926, p. 1).

Em outro discurso de mesmo calibre, Antônio Carlos não só reafirmou sua catolicidade e seu compromisso com o clero, mas ainda evidenciou sua simpatia pela união política entre Estado e Igreja. O discurso foi dito durante o Seminário do Coração Eucarístico de Belo Horizonte em 1931. O jornal *O Horizonte* publicou em 08 de abril deste ano a cobertura do evento, reproduzindo falas de Antônio Carlos como esta:

Minha fé católica, minhas convicções desassombradas sempre foram os guias, os roteiros de minha vida política, todo meu agir. [...] Sem religião, srs, teremos anarquia mental, a desordem moral. Sem religião ruirão os lares, ruíram as famílias e, por isso, ruir a pátria, porque pátria e lares, pátria é famílias (ANDRADA, 1931, p. 6).

Discursos assim dimensionam o quanto Antônio Carlos colaborou com a Igreja na política. Estabeleceu uma aliança que incidiu diretamente na educação ao autorizar, em 1928, a volta do ensino do catecismo facultativo às escolas primárias (no ano seguinte a lei de 12 de outubro de 1929 autorizou o ensino religioso nas escolas públicas). Ainda que tivesse permanecido com o status de facultativo, tal ensino foi permitido ser ministrado no horário escolar. A atitude do governo deu uma medida da articulação política entre poderes político e clerical, conforme Malin (2020a), e situou Antônio Carlos, de vez, nas graças da Igreja.

Conforme Andrade (1926) que elaborou uma lista de católicos mineiros considerando alguns políticos denominando-os de católicos ilustres em Minas Gerais em 1925, nesta lista o autor destacou a Antônio Carlos, que aparece como crente fervoroso, que auxiliou em todas as obras católicas da cidade de Juiz de Fora: “Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada o grande Mineiro que sucede na presidência do Estado a Mello Vianna, é, como este, um fervoroso crente. Dil-o Juiz de Fóra, em que

uma só obra religiosa não existe, que não tenha recebido o auxílio do Dr. Antônio Carlos” (ANDRADE, 1926, p. 257).

O governo de Antônio Carlos de Andrada contou com Francisco Luís da Silva Campos como seu secretário do Interior e Mario Casasanta, como o Inspetor da Instrução Pública, todos católicos.

Quanto ao Francisco Campos, Malin (2020a) diz que este político encontrava na Igreja uma fonte de inspiração moral e disciplinar para fundamentar seu plano político. Mas, como dizem Schwartzman, Bomeny e Costa (1984, p. 44), convém não relevar “a convicção religiosa pessoal” em detrimento do “[...] papel político e instrumental que ele percebia para a Igreja em seu projeto político”. Como evidenciam esses autores, Francisco Campos estabeleceu um pacto com a Igreja. Tratava-se da “[...] necessidade de ‘pedir a igreja, não somente inspiração, mas, também, modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual’”. Em carta,²⁵ ele afirmou:

[...] a constituição deveria reconhecer a religião católica como a maioria dos brasileiros [...] O meu ponto de vista transformou-se nas chamadas emendas religiosas, das quais foi o autor espiritual e que apoiei na Câmara dos Deputados. Mais tarde, sendo eu secretário do interior do governo Antônio Carlos, foi facultado o ensino religioso nas escolas primárias do Estado (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 44–45).

Além de Francisco Campos, o governo de Antônio Carlos contou com a atuação de Mário Casassanta, também católico. Juntos, formularam e puseram em prática nova reforma educacional em Minas Gerais; ou seja, preceitos da denominada reforma Francisco Campos. Em sintonia como o movimento de renovação da escola, uma gama de novidades educacionais importadas inspirou os reformadores a procurarem ideias e teorias pedagógicas que circulavam na Europa e nos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX (BORGES, 1993). Ou seja, para elaborarem a reforma, inspiraram-se nas reformas da educação de países como Alemanha, Áustria, Bélgica e Estados Unidos, por exemplo (BORGES, 1993). Eram pressupostos teóricos e metodológicos firmados no Brasil por gente como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial. Não por acaso a reforma contou com a assistência de um grupo de psicólogos e professores estrangeiros (CARVALHO; GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2016; OLIVEIRA (2011).

²⁵ A carta alusiva ao pacto com a Igreja, datada por Francisco Campos em 4 março de 1931, foi destinada a Amaro Lanari e está citada no livro *Tempos de Capanema*, de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984).

À luz de Vidal e Faria Filho (2002), a reforma proposta por Francisco Campos foi um caso à parte, se comparada com as outras reformas dos estados brasileiros, pois, ela a admitia tanto os pressupostos da pedagogia nova, quanto os pressupostos da pedagogia tradicional. Os reformadores pretendiam superar o passado e estabelecer um futuro inovador, mas sem romperem com o passado educacional. A proposta era inovar dentro da tradição. Isso fazia a Escola Nova em Minas Gerais se parecer mais com a escola antiga do que com a proposta escolanovista preconizada por Fernando de Azevedo: a renovação pedagógica que apoia totalmente a laicidade no espaço escolar. Assim, no caso da reforma educacional mineira:

Nascia também uma nova educação, mas ela vinha, por assim dizer, de braços dados com a tradição católica, a qual, desde há muito tempo, vinha buscando formas discursivas e mecanismos pedagógicos de modernizar-se e de dialogar com as ciências e com os novos sujeitos sociais, cuidando, no entanto, para não ser confundida, por exemplo, com o escolanovismo. Reformar, aproximando e distanciando das perspectivas escolanovistas, era um desafio que os mineiros buscavam enfrentar (VIDAL; FARIA FILHO, 2002, p. 33).

Desse modo, pode-se dizer que Minas Gerais experimentou o nascimento de uma educação nova mergulhada na tradição católica. Mas, convém lembrar, a princípio, os católicos não queriam ser confundidos com escolanovistas. Como se viu, propostas expressas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lhes pareceram ameaçadoras, por conta da laicidade e dos valores liberais, ou seja, do “desprezo” pelos dogmas católicos.

A ação inicial para proceder à reforma foi reconhecer a realidade da instrução pública primária. Como noutros estados, a maior parte da população mineira era analfabeta. As condições se projetavam na “falta de materiais”, “inconsistência dos métodos”, “inadequação das instalações” e “ineficiência do ensino” (vide os índices de analfabetismo “em torno de 80%”) (VIDAL; FARIA FILHO, 2002, p. 33). Condições estas que contrastavam com as das escolas confessionais em Minas Gerais, cujas matrizes pedagógicas e educacionais vieram da Europa, cabe lembrar. Curiosamente, como diz Martins (2013), os mineiros não tinham a liberdade educacional como tônica de seu apreço. As elites eram favoráveis à moral cristã como medida da educação de filhas, futuras mães de famílias ou professoras primárias. Falava-se em uma educação nova, mas baseada em princípios de uma educação tradicional, orientada pela moralidade católica.

Com efeito, o decreto 7970-A, de 15 de outubro de 1927, regulou a docência do ensino público primário: instituiu que as cadeiras (matérias, disciplinas) dos grupos escolares seriam ministradas por professores de escolas rurais ou distritais com, no mínimo, dois anos de experiência; ou por professores de escolas urbanas; ou ainda por estagiárias com, no mínimo, um ano de experiência. O decreto estabeleceu, ainda, uma tabela de vencimentos para funcionários escolares. Foram estabelecidos valores em ordem decrescente, de acordo com a hierarquização de cargos: os mais elevados na hierarquia funcional — em geral, ocupados por homens — tinham vencimentos mais elevados. É o caso de inspetores e assistentes²⁶ (pela legislação, tais assistentes poderiam ainda receber diárias extras em situações especiais)²⁷. Além disso, cargos desempenhados em Belo Horizonte, por exemplo, eram mais bem remunerados, o que motivava o êxodo de profissionais: do meio rural de Belo Horizonte para o meio urbano, de cidades vizinhas para a capital. Afinal, os proventos do professorado não se comparavam nem com os salários dos assistentes, tal era disparidade salarial entre homens e mulheres.

No caso dos grupos escolares, a análise da faixa salarial de diretores, professores e estagiários²⁸ mostra que o menor salário docente se encontrava no meio rural, e que os docentes efetivos ganhavam menos que professor de Trabalhos Manuais e estagiários. Nessa hierarquização, algumas mulheres conseguiam se tornarem diretoras de grupo escolar, posição mais remunerada. Mas a maioria era de professoras efetivas ou professoras estagiárias.

A reforma Francisco Campos desejou qualificar a formação de mestres em exercício na sala de aula e de quem já estudava nas Escolas Normais. Em relação ao Primário, o governo procurou formar professores e aperfeiçoá-los, mesmo os que não tivessem a habilitação exigida. No ensino público, foram criados cursos preparatórios

²⁶ Inspetores-gerais da Instrução Pública ganhavam por ano dezoito mil réis; Assistentes Técnicos da capital recebiam nove mil réis; e assistentes técnicos regionais recebiam 8:400\$000 (MINAS GERAIS, 1927).

²⁷ Assistentes Técnicos e presidentes de federações de escolas teriam seus vencimentos e diária de quinze mil réis (MINAS GERAIS, 1927)

²⁸ Diretores de grupo ou de escolas da capital ganhavam seis mil e seiscentos réis; diretores de grupo escolar ou escolas de cidade e vila, seis mil; diretores de grupo ou escolas de distrito, quatro mil e duzentos. Professor de Trabalhos Manuais (antigo professor técnico) na capital recebia seis mil réis por ano; se fosse da cidade ou vila, cinco mil e quatrocentos. Professor de grupo escolar ou escola da capital ganhava quatro mil e duzentos réis anuais; se fosse da cidade ou de vila, três mil e oitocentos e dez; se fosse em distrito, três mil réis; enfim; se fosse no meio rural, dois e mil e cem. Estagiário de grupo escolar ou escola na capital recebia quatro mil e duzentos réis anuais; se fosse da cidade ou vila, cinco mil e quatrocentos; se fosse na cidade ou vila, dois mil e seiscentos e dez réis; se fosse em distrito, mil e oitocentos réis por ano (MINAS GERAIS, 1927).

para quem tinha escolaridade incompleta, mas almejava ser, ou já era docente do Primário. A preocupação era justificada pela triplicação do número de escolas primárias de 1926 a 1929, ou seja, pelos quinhentos mil estudantes, de uma população então de quase seis milhões de habitantes (MALIN, 2020a).

Segundo Biccás (2002), para os mestres em formação, foram modificados os currículos do Curso Normal, inserindo-se as ideias consideradas inovadoras para o ensino primário, e criando-se Escolas Normais de nível superior. Para docentes em exercício, a autora explica que as estratégias foram mais complexas e que primeira ação de Francisco Campos para prepará-los foi criar “um curso de aperfeiçoamento”, ou “escola de ensino superior”, para treiná-los com os novos métodos e técnicas pedagógicas. Com efeito, um fruto importante da reforma foi a Escola de Aperfeiçoamento (Escola Normal com *status* de superior), então uma inovação educacional, criada para suprir a demanda por formação entre mestres iniciantes e educadores em exercício segundo princípios da escola ativa. A instituição foi aprovada pelo decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927, sendo instalada em 13 de março de 1929. Os critérios de admissão foram sendo alterados ao longo do tempo. De acordo com a *Revista do Ensino* de número 37, do ano 1927, quando escreveu sobre a organização da Escola de Aperfeiçoamento, esta edição explicou que, no início, as turmas eram organizadas por indicação e convite do governo às professoras que já trabalhavam havia mais tempo nas escolas primárias; posteriormente, o ingresso na carreira passou a ser por meio de concurso. Com curso de formação de dois anos, oferecia o

1º período: pedagogia, methodologia, desenho e modelagem e educação physica; 2º período: psychologia experimental, methodologia, desenho modelagem, legislação escolar de Minas Gerais e noções de Direito Constitucional, educação physica. (REVISTA DO..., 1927, p. 62).

Todavia, Francisco Campos percebeu que não seria possível processar tal intento com rapidez naquele momento. Então procurou utilizar todos os recursos disponíveis para renovar a prática pedagógica e convocou o professorado a participar do I Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais. Tal medida revela o escopo do campo de ação da reforma, que, em síntese, incluiu novo regulamento do ensino primário (vide decreto 7910-A, de 15 de outubro de 1927), ou seja, reforma do ensino Primário, além do técnico-profissional Normal (vide decreto 7970, de 5 de outubro de

1927); também reformulou programas do ensino primário (vide decreto 8.094, de 22 de dezembro de 1927); elaborou o regulamento do Ensino Normal (vide decreto 5.162, de 20 de janeiro de 1928); e criou o Curso Fundamental (vide decreto 8.987, de 22 de fevereiro de 1929).

Nesses movimentos da reforma, não coube lugar à Igreja. De fato, Francisco Campos era católico, mas a orientação intelectual subjacente à reforma que propôs continha os princípios do movimento renovador, e não expressava claramente os princípios da pedagogia tradicional católica. Deste modo, a proposta do governo em 1927 pôs o Estado como responsável por gerir a oferta de escola, o que sujeitava as escolas confessionais ao controle estatal. Antônio Carlos investiu na expansão das escolas normais públicas, e com isso, a Igreja, até então detentora do monopólio na formação para o magistério, viu-se ao lado de um concorrente. As Escolas Normais públicas poderiam acomodar os estudantes pretendentes ao magistério — a maioria expressiva era formada por mulheres — que, de outro modo, se não houvesse a opção das escolas públicas, estas moças iriam recorrer às escolas católicas.

Como se lê em Peixoto (1993), as medidas desta reforma educacional geraram descontentamentos no clero, os quais evoluíram para rejeição às novidades da reforma Francisco Campos. Sobretudo, a abertura de Escolas Normais públicas — a desoficialização imposta ao ensino confessional católico — seria um ponto crítico, pois significava o provável fechamento de escolas católicas por falta de público-alvo.

Mas, em que pese tal rejeição, é relevante evidenciar que as relações políticas que Antônio Carlos, Francisco Campos e Mario Casasanta — três líderes à frente do governo mineiro — firmaram com a Igreja estabelecendo favorecimentos. Daí se poder dizer que o projeto de restabelecimento da força católica político-educacional foi bem-sucedido em Minas Gerais. O poder de decisão de tais dirigentes políticos facilitou a aprovação e circulação de conteúdos pedagógicos de cunho religioso como material didático publicado na *Revista do Ensino*.

Assim neste contexto, medidas como o decreto-lei 1.902/1928 (que permitiu o retorno do ensino religioso às escolas públicas oficiais no horário escolar, cabe lembrar) coroaram o trabalho — gradual e cuidadoso — do clero mineiro na sociedade civil. O que também traduziram o reconhecimento no governo do prestígio, da influência e da importância da Igreja para dirimir os conflitos sociais.

Desta maneira, conforme disse Peixoto (1993, p. 58), em Minas Gerais, formalizaram-se laços sólidos entre Estado e Igreja. E estes laços foram evidenciados nas páginas da *Revista do Ensino*, que testificam a relação de mútua colaboração entre o governo mineiro com o clero católico. A carta publicada na *Revista do Ensino* de número 30, de 1929, escrita por Mario Casasanta em 29 de dezembro de 1928 ao episcopado mineiro, possui um apelo do Inspetor da Instrução Pública ao Bispo de Pouso Alegre, o Sr. D. Octavio Chagas de Miranda para que o ajudasse na tarefa de aumentar a frequência das crianças do ensino primário:

Sinceramente empenhados em que o maior número de crianças em idade escolar se matricule, nas escolas e grupos escolares, de maneira que se realize, do melhor modo possível, a lei que tornou obrigatório o ensino em nosso Estado, vimos solicitar a valiosa intervenção de V. Exc. e de seu benemérito clero no sentido de se promover intensa e carinhosa campanha. [...] Transmitindo ao clero esse justo e patriótico apelo do nosso caro Inspetor Geral da Instrução Pública, pedimos para o mesmo a melhor atenção de V. R., pois temos sobejas razões para prestar ao Governo do Estado o serviço que elle nos pede (CASASANTA, 1929, p. 87-88).

Em resposta ao apelo de Mario Casasanta, o Bispo Octavio Miranda demonstrou-se interessado em contribuir com a instrução pública, apoiando-a. E em sequência a este texto há a externalização da gratidão do clero católico pela volta do ensino religioso às escolas públicas em horário escolar, explicitada pelo Bispo, que ratificou o compromisso da Igreja com o governo Antônio Carlos, tecendo-lhe altos elogios, por ter conseguido conciliar a sua crença católica com a sua posição política:

Dever de gratidão: A todas essas razões de collaborarmos com o governo do Estado na grande obra da instrucção publica, accresce o motivo de reconhecimento ao sr. Presidente do Estado, pelo nobre gesto de sua ex., permitindo o ensino religioso nas escolas, dentro do horário escolar. Essa resolução justa e patriótica do sr. dr. Antonio Carlos, que, tão bem sabe conciliar as suas crenças com as suas altas funções de Chefe de Estado, creou para nós o dever de uma colaboração mais decidida e intensa com o seu governo, em tudo o que diz respeito ao bem publico, maxime na difusão do ensino, que é ponto culminante do seu programma (MIRANDA, 1929, p. 89).

Continuando este mesmo trecho publicado na *Revista do Ensino* de número 30 percebeu-se outro exemplo destas relações amistosas entre Igreja e Estado, manifesto pelo Bispo quando houve um concurso de frequência escolar para os grupos escolares mineiros, onde os três prêmios oferecidos pela Igreja aos grupos escolares, e aos alunos

com maior frequência escolar levavam o nome dos três mais importantes reformadores mineiros destacados abaixo:

1º Prêmio - “Dr. Antonio Carlos” para o grupo, ou escola que atingir a maior percentagem de frequência durante o ano. O prêmio será de 250\$000, destinados à caixa escolar do grupo ou escola que o conquistar. *2º Prêmio - “Dr. Francisco Campos”*, para o aluno que tiver frequentado a escola ou grupo o maior número de dias durante o ano. O prêmio será de 150\$000. *3º Prêmio – Dr. Mário Casasanta”*, para o aluno classificado em 2º lugar na frequência escolar. O prêmio será de 100\$000. Em caso de empate os prêmios serão sorteados entre os que tiverem maior frequência (MIRANDA, 1929, p. 89-90, grifos nossos).

Os reformadores mineiros Antônio Carlos, Francisco Campos e Mario Casasanta, enquanto católicos estabeleceram boas relações com a Igreja, sem contudo, abrirem mão dos princípios da Escola Nova para a educação, que fundamentaram a reforma educacional mineira, ao mesmo tempo em que conciliaram os interesses católicos no âmbito da educação.

2.1.3 O governo católico de Olegário Dias Maciel: continuidade do ensino religioso na escola pública

O início da década de 1930 foi turbulento. Havia os efeitos da crise mundial em 1929 — a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, Estados Unidos — e os eventos que desencadearam a Revolução de 1930. Essa situação de instabilidade econômica e política afetaria a economia do Brasil, com a queda no preço internacional do café, carro-chefe das exportações. Chegava ao fim a política café com leite, de modo que — segundo Braile (2007) — o partidarismo mineiro foi dividido: discordantes do Partido Republicano Mineiro se uniram à oligarquia gaúcha e fundaram a Aliança Liberal. Após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, os estados passaram a ser governados por interventores escolhidos por ele. Em Minas Gerais, no entanto, permaneceu o governante Antônio Carlos, que em seguida foi substituído por Olegário Dias Maciel²⁹, porque ele mantinha boas relações com Getúlio Vargas.

²⁹ Olegário Dias Maciel nasceu em Bom Despacho-MG, e nunca se casou, atuou como Consultor técnico do Ministério de Viação, como inspetor dos Serviços de Vias Férreas, e também como engenheiro. Na vida política teve sucessivos mandatos como: deputado provincial indo de 1880 a 1883, deputado estadual de 1891 a 1893, deputado federal de 1894 a 1911, vice-presidente de província - 1922 a 1926, senador estadual de 1923 a 1930, e finalmente atuou como governador do Estado de 1930 a 1933. Em 7 de setembro de 1930, aos 75 anos, tomou posse do Governo de Minas. Na educação, cuidou da reorganização do ensino público, segundo a reforma Francisco Campos, e também criou e instalou

Em setembro de 1930, Antônio Carlos passou o governo de Minas Gerais a Olegário Maciel, que permaneceu no cargo até 1933, quando morreu. O novo governo manteve as alianças pregressas com a Igreja e até se predispôs a honrar compromissos político-educacionais do seu antecessor (por exemplo, continuar a reforma educacional). Entretanto, por conta do cenário internacional da crise de 1929, da Revolução de 1930 e da crise do café, a política educacional de expansão do ensino público foi freada, e a educação enfrentou cortes orçamentários de 1930 em diante. Segundo Peixoto (1993), o governo fechou não só escolas primárias rurais e urbanas, mas ainda escolas normais (apenas a Escola de Aperfeiçoamento foi mantida). Professores tiveram salários reduzidos. À restrição orçamentária subjaziam justificativas como frequência e demanda com números baixos, além da inexistência de prédios para abrigar as escolas. A imprensa noticiou essa política de redução de gastos focalizando nas condições precárias das escolas e no descontentamento dos professores com a remuneração (BICCAS, 2008).

Ainda assim, Olegário Maciel adotou uma atitude conciliadora nas relações com a Igreja, o que garantiu lugar para o ensino religioso nas escolas oficiais. A oferta se tornava obrigatória e facultativa. Além dessas conquistas, as pressões da Igreja fizeram com que a política de formação de professores da reforma Francisco Campos recuasse em relação ao monopólio do estado, porque o Estado concedeu a extensão desse direito à esfera privada, sobretudo ao ensino confessional católico. Essa concessão se desdobrou na política educacional desenvolvida por este governante, implicando na equiparação e elevação das Escolas Normais de primeiro grau (majoritariamente católicas) à categoria de segundo grau (PEIXOTO 1993). Desta maneira, a Igreja retomava sua influência sobre o Ensino Normal, trazendo de volta o *status quo* de quando monopolizava este campo educacional.

Nesse sentido, pode-se dizer — à luz de Peixoto (1993) — que, a partir de 1933, o governo cedeu ao setor privado, uma parte expressiva de seus encargos na área da formação docente. O Estado se desresponsabilizou. Após fechar Escolas Normais oficiais em cidades como Campanha, Diamantina, Itabira, Montes Claros, Uberaba e Viçosa, prevaleceram instituições católicas, o que consolidava ainda mais a influência da Igreja na educação de professoras para o curso Primário. Essa estratégia política ajudou o governo de Olegário Maciel a evitar conflitos com interesses católicos após a

escolas normais, procurando assegurar condições de treinamento para os professores. O seu governo foi muito perturbado e difícil, e aos 78 anos faleceu em 5 de setembro de 1933 (MINAS GERAIS, 2020a).

Revolução de 1930, quando o governo já passava por dificuldades econômicas e políticas. E novos desgastes não seriam bem-vindos. Deste modo, segundo Peixoto (1993), Olegário Maciel governou de braços dados com a Igreja. Garantiu-lhe espaço na educação de mulheres, o que o desonerava, além de manter a paz com o clero e, ainda, ampliou as ações do Estado sem desagradar às oligarquias.

Nesse sentido, durante o governo de Olegário Maciel o inspetor de Instrução Pública Guerino Casasanta também privilegiou os interesses da Igreja na política. Um de seus feitos mais famosos foi criar, em 1933, o primeiro curso voltado a religiosas das congregações católicas principais de Minas Gerais. O curso durava seis meses. Em 1933, foi realizada a primeira edição do I Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas (PEIXOTO, 1993), voltado à preparação para regência das cadeiras (disciplinas) de Metodologia e de Psicologia em Escolas Normais equiparadas. Mesmo como inspetor, Guerino Casasanta também se tornou diretor do curso (na Escola de Aperfeiçoamento). A respeito do curso ele defendeu-o enfatizando que a Igreja também tinha o interesse de aperfeiçoar suas professoras, por meio das novas correntes pedagógicas, alegando que este curso, era uma prova da vitalidade da reforma do ensino, seu discurso consta na *Revista do Ensino* número 90-91, de 1933:

Falando A TRIBUNA o professor Guerino Casasanta Inspetor Geral da Instrução Pública, diz que o curso para religiosas é um sinal da vitalidade da reforma do ensino [...] A Igreja não cesse de acompanhar, dia a dia, nestes assuntos vital para as sociedades modernas. A sua função própria e predominante é ensinar, e para isso o seu sacerdote trabalha em todas as partes do mundo com o mesmo ardoroso ideal e com o mesmo invencível espírito de sacrifício (CASASANTA, 1933, p. 29-30).

A criação deste curso voltado para religiosas na Escola de Aperfeiçoamento — uma escola oficial — projeta-se como reafirmação do relacionamento harmonioso entre clero e governo — já selado e celebrado. O curso testemunhou a conciliação dos interesses de ambas as instituições, sobretudo da Igreja, que continuava atuante na sociedade e com apoio político para perpetuar sua influência na área educacional.

Esse estado de coisas foi sustentado também por Noraldino de Lima³⁰, enquanto secretário de educação de 1931 a 1935. No ano de 1934, ele argumentou

³⁰ Noraldino de Lima nasceu em São Sebastião do Paraíso, MG. Foi advogado, professor, escritor e farmacêutico. Segundo Biccás (2008), foi um católico fervoroso; segundo Silveira (1926), foi um político

dois motivos para que o estado mineiro continuasse a patrocinar um curso voltado a religiosas. Conforme se lê em Bicas (2008), o primeiro motivo era a desresponsabilização dos encargos: ao não investir na formação de professores e diretores, o estado passaria a receber para oferecer a formação em magistério e a lucrar, o que era bem-vindo naqueles tempos de crise e dificuldades econômicas; e segundo outro motivo era a lógica matemática para o governo conceder seu patrocínio: o número de escolas religiosas católicas era o dobro do número de escolas públicas; portanto, seria louvável o estado investir nessas instituições para aperfeiçoar os mestres.

As articulações políticas feitas por representantes do governo em Minas Gerais como Guerino Casasanta e Noraldino de Lima, privilegiaram os interesses católicos, por meio da concessão de verbas públicas à iniciativa particular, desdobrada nos anos seguintes. O ato de oferecer recursos públicos para auxiliar a educação particular traduzia a desresponsabilização do estado na educação. Com isso, perpetuou-se a relação de concessões que ligavam o público ao privado, e vice-versa, desde o início da República. Ao descentralizar a responsabilidade pelo ensino primário, a Constituição de 1891 repassou-a aos estados, que tiveram liberdade para conclamar forças da sociedade civil e religiosa a fim de conseguirem levar adiante a escolarização elementar. Além disso — cabe lembrar —, os conchavos político-religiosos ganharam corpo no governo de Getúlio Vargas.

2.1.4 *O governo católico de Benedito Valadares Ribeiro: o elogio à Constituição “em nome de Deus”*

Benedito Valadares Ribeiro³¹ assumiu o governo de Minas Gerais em dezembro de 1933, (após a morte de Olegário Maciel em setembro deste ano), e permaneceu no cargo até 1945. Pode-se afirmar que ele era católico e que mantinha relações políticas harmoniosas com a Igreja Católica, segundo Matos (1990). Esta afirmativa se sustenta

importante. De 1914 a 1918, foi Secretário de Finanças do governo; em 1922, tornou-se deputado estadual. Durante o governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926–30), foi diretor da Imprensa Oficial (SILVEIRA, 1926). Além disso, no período de 1931 até 1935, tornou-se o secretário da Educação e Saúde Pública.

³¹ Benedito Valadares Ribeiro nasceu em Pará de Minas, MG. Foi advogado, escritor, prefeito da cidade natal, em 1930, e governo interventor de Minas Gerais, a partir de 15/12/1933, ou seja, após o governo provisório de Vargas. A tônica do seu governo foi a lealdade quase absoluta a Vargas, a ponto de só deixar o governo de Minas Gerais com a queda de Vargas, ou seja, com o fim da Segunda Guerra Mundial, de Estados autoritários, com o Estado Novo (MINAS GERAIS, 2020b).

ainda por meio da publicação do jornal *Semana Religiosa* (órgão oficial da diocese de Pouso Alegre, MG), cuja edição de 3 de agosto de 1935 consta a fala do governador Benedito Valadares Ribeiro, que defendeu “A nova Constituição mineira”, publicada em 30 de julho de 1935. Neste impresso católico este governante disse que:

Foi promulgada solemnemente no dia 30 de Julho a nova Constituição Mineira. É motivo de justo regozijo para todos os filhos deste grande estado vel-o ingressar de novo no regimen constitucional, depois de 4 annos de governo discricionario, embora conduzido com tolerância e critério. Decretada em Nome de Deus e promulgada com solemne missa em acção de graças, a nova constituição traduz o espirito conservador religioso do povo mineiro e há de merecer certamente as bençãos divinas para trazer a paz e a prosperidade ao nosso Estado. — O Exmo. snr. Bispo Diocesano telegraphou ao snr. Governador Benedicto Valladares e ao Presidente da Assembleia, congratulando-se com as suas excias. pelo notável acontecimento. — Do sr. Governador do Estado recebeu Exmo. Sr. Bispo o seguinte radiogramma “[...] congratulo-me com V. Revma, por este grato acontecimento envio altas Sds. Benedcito Valladares, Governador do Estado” (RIBEIRO, 1935, p. 1).

Observou-se que Benedito Valadares se congratula com o bispo diocesano por conta desta nova Constituição mineira, proclamada em nome de Deus e celebrada com missa. A mensagem revela o espírito conservador religioso que a população mineira preservava; e evidencia também que a Igreja se mantinha influente, na sociedade e junto ao poder público. Em entrevista publicada no jornal *O Diário* de 7 de junho de 1933, Benedito Valadares transpareceu a sua opinião em relação à colaboração Igreja–Estado:

[...] a perfeita harmonia de vistas hoje existentes entre chefes do partido político que apoia o governo, e o clero de Minas, a compreensão de suas altas responsabilidades, tanto da parte dos poderes políticos como os da parte dos chefes da igreja, a identidade de seus sentimentos e de sua ação em face de um perigo comum, não permite em Minas a frutificação de doutrinas contrárias ao regime político e a fé cristã do povo [...] o clero, exercendo a sua missão com sabedoria cimentos alicerces da estabilidade da pátria e das nossas instituições (RIBEIRO, 1936, p. 8).

Essa passagem revela como o governo de Benedito Valadares desenvolveu os mesmos conchavos políticos observados nas administrações anteriores em Minas Gerais, além de praticar uma política de redução e cortes na expansão escolar — ainda que, contraditoriamente, enfatizasse a qualidade. Nesse período, diz Saviani (2008), que a educação foi influenciada por concepções tayloristas, tais como o

aproveitamento máximo do trabalho executado e a produtividade máxima no tempo mínimo. Era o reflexo da industrialização, que começava a se fortalecer de vez no país.

A educação mineira no Estado Novo (1937–1945), segundo Braile (2007), seguiu uma política de cortes na educação, mediante decretos que diminuíram a quantidade de escolas públicas primárias, delegaram aos municípios a manutenção de escolas rurais e fecharam escolas normais; mais: reduziram ainda mais os salários de professor.

Cabe aqui o pensamento de Almeida (2014, p. 187): a compreensão do papel das mulheres na educação primária no Estado Novo supõe entender que houve “política de ambiguidades” em relação ao professorado: ao mesmo tempo em que se mantinha a categoria num esquema de contenção salarial, procurava-se dignificar a imagem profissional. Maioria no magistério, as mulheres eram vistas socialmente com a lente da dessexualização, da maternidade, da guarda da “moral, da família e da pátria”.

Em geral, Minas Gerais aparece como estado cuja população cultivava a tradição religiosa. Essa condição de conservação da religião católica se estendeu também à política, conforme Silveira (1926). O autor se referiu aos governantes católicos, e ao estado essencialmente cristão e conservador, explicando que:

[...] o exemplo mais seguido tem sido sempre, infelizmente, pelos homens públicos nacionaes que se elevam à dignidade de chefe de governo, o da indiferença religiosa — pensando os que assim procedem que o laicismo constitucional os atinge também... Para gloria nossa salientemos que em Minas jamais foi assim [...]. (SILVEIRA, 1926, p. 258).

Com efeito, esse contexto de tradição católica ofereceu um terreno promissor à ação da Igreja após a proclamação da República, sobretudo na educação escolar. Entre a colaboração mútua e as discordâncias nas relações entre governo e clero, o clima sempre foi de amistosidade e brandura, comunicação e diálogo, e troca de elogios, seja durante a República (1889-1930), seja na era Vargas (1930–1945). Em ambos os períodos, os liberais reformadores que ocuparam cargos importantes no governo eram em sua maioria, católicos.

A conciliação do conservadorismo da religiosidade cristã com propostas educacionais modernas foi uma via de harmonização, e de alianças entre Estado e

Igreja. Demandas do clero foram supridas pelo governo; conveniências foram configuradas e articuladas em nome das reformas educacionais (SOUZA, 2001). Reformadores da educação mineira ouviam protestos da ala religiosa e os relevavam, distanciando-se das propostas dos Pioneiros da educação, que defendiam a laicidade absoluta na educação. A força da tradição católica perpetuava as condições para o trabalho da Igreja. A configuração e articulação de interesses se traduziam, por exemplo, em troca de favores institucionais mutuamente benéficos. Os católicos se sentiam à vontade para mostrar descontentamento com postulados do governo mineiro para a educação, assim como os mineiros se sentiram à vontade para rechaçar prescrições da Constituição de 1891, como a de que o Estado seria laico. A moral cristã era argumento para o clero tentar apitar em definições educacionais afins às propostas da escola ativa; havia ressalvas como a ideia de distanciamento de Cristo.

Mais que manter a hegemonia católica na educação primária e normal em Minas Gerais, a Igreja pôde contar com um canal de comunicação para propagar seu ideário: a *Revista do Ensino*. Como publicação sustentada pelo governo, tal revista compôs o plano de ação reformista de Francisco Campos: ligava a administração da instrução e os agentes escolares (professoras, professores, diretores, inspetores). A publicação foi projetada como veículo para publicizar feitos do governo na educação mineira e reforçar a formação e as atitudes a serem tomadas na prática de sala de aula, por exemplo. Igualmente, a revista veiculou a voz do professorado publicando escritos de docentes do estado, em especial experiências bem-sucedidas no fazer didático que mereciam ser replicadas — nem que fosse só pela verbalização na revista. Não por acaso, a *Revista do Ensino* foi veículo de comunicação que publicou diversos conteúdos, que envolviam os pressupostos do catecismo pedagógico, sobretudo quando foi reativada e continuada por governantes estaduais católicos; é claro, também com apoio de autoridades eclesiásticas.

2.2 *Revista do Ensino* de Minas Gerais: o discurso católico como publicação oficial

A *Revista do Ensino* de Minas Gerais foi criada em 1892, no primeiro ano do governo de Afonso Penna, cabe lembrar, sob os auspícios do secretário de Interior,

Francisco Silvano de Almeida Brandão. Por força da lei 41, de 3 de agosto³² ele prescreveu a criação da revista como publicação oficial da instrução pública. Mourão (1962) explicita que quando ela foi criada,

[...] além de reproduzir todos os atos oficiais referentes à instrução e de “vulgarizar o conhecimento dos processos pedagógicos mais modernos e aperfeiçoados”, serviria para a publicação da defesa de funcionários e professores condenados disciplinarmente e ainda para se justificarem os candidatos “reprovados ou prejudicados na classificação das provas em concurso”! (MOURÃO, 1962, p. 35).

De acordo com Mourão (1962), a Lei n. 41, de 03/08/1892 que criou este impresso educacional, previa no parágrafo 18 do artigo 27, que a *Revista do Ensino* deveria ser uma publicação técnica sobre a instrução pública. Borges (2006) observa que esta revista foi criada para ser um instrumento jurídico-administrativo, que servia para informação, manifestação e defesa pública dos profissionais da educação; possuía assinatura obrigatória para todos os professores e funcionários remunerados que atuavam na instrução pública, e era gratuita para as autoridades inspetoras do ensino em Minas Gerais. No artigo 190, da Lei 41, Borges (2006) fala sobre a destinação inicial da *Revista do Ensino*, aspectos da sua edição inicial, e os seus colaboradores, afirmando que ela era seria:

[...] destinada a promover o desenvolvimento da instrução e educação no Estado, a reproduzir todos os actos officiaes a ellas concernentes e a vulgarizar o conhecimento dos processos pedagogicos mais modernos e aperfeiçoados (art.190º). Ficaria a cargo da imprensa do Estado a impressão e a administração econômica da revista, devendo a mesma ser editada mensal ou quinzenalmente, com formato e número de páginas determinados pelo governo, com assinatura obrigatória para todos os professores e demais funcionários remunerados da instrução pública [...] Os colaboradores deveriam ser os professores públicos do Estado, com redação e revisão definitivas sob a responsabilidade de um professor do *Gymnasio*, da Escola Normal ou da de *Pharmacia* da Capital [...] eleito para esse fim, anualmente, pelos professores desses estabelecimentos (BORGES, 2006, p. 20).

Contudo, salienta-se que a criação inicial da *Revista do Ensino* não obteve êxito. No ano de 1892, ela foi somente criada por intermédio da lei 41, mas ela foi extinta neste mesmo ano. Os três números publicados no seu ano de criação estão

³² A lei 41, de 3 de agosto de 1892, representava a primeira reforma do ensino no período republicano, uma lei direcionada aos professores que implantava mudanças nas escolas normais, como a ampliação do número de cadeiras, ou disciplinas, que seriam cursadas (FARIA, 2009).

desaparecidos e não foram localizados no *website*³³ do Arquivo Público Mineiro, (o arquivo informa apenas a disponibilidade dos 175 números impressos de 1925 a 1971). Portanto pode-se dizer que o ano de 1892, foi simplesmente o ano de criação da *Revista do Ensino*, porque a partir de então, ela se tornou inativa, condição que se estendeu por mais de duas décadas; mesmo que em 1920 o governo de Arthur Bernardes tenha tentado reativá-la, sua tentativa não foi bem-sucedida — como diz Biccás (2008).

Conforme explicitou-se antes, neste estado desenvolvia-se a mobilização dos católicos para restabelecer seu poder na hierarquia político-governamental e manter sua influência na educação, com a oferta de ensino primário e, sobretudo na Escola Normal. Neste sentido, observou-se que a criação da *Revista do Ensino* ocorreu em meio a uma conjuntura histórica onde estava se desenvolvendo a mobilização da Igreja Católica para restaurar a sua presença e influência no território da educação, da política e da sociedade brasileira como um todo, incluindo-se o estado de Minas Gerais também.

E foi neste contexto histórico que a *Revista do Ensino* foi, de fato, retomada, no ano de 1925, por Mello Vianna, convém lembrar. A republicação e efetiva circulação começou na edição 1 em março deste ano. Ou seja, pelo fato da edição do número 1, ter iniciados só em 1925, isto indica que os números anteriores foram desconsiderados pelos novos editores, que a partir daí remodelaram este impresso pedagógico oficial de acordo com os seus interesses e perspectivas educacionais do momento.

A *Revista do Ensino* ressurgiu, justamente, no contexto de relações amistosas e compromissos políticos entre governo mineiro e a Igreja Católica. Não só a republicação desse impresso, mas também os demais fatos aqui considerados exemplificam, então, o reposicionamento da Igreja na sociedade: as ações e as iniciativas, a aproximação de governantes distintos e a articulação de interesses do clero com elementos da política mineira. Sobretudo, a revista espelha a atuação católica incisiva no campo da imprensa. Com efeito, o contexto era de articulações religioso-políticas da Igreja (guiadas por cartas pastorais e encíclicas papais) em prol da

³³ Estes três números publicados em 1892 estão desaparecidos, não estão disponíveis no *website* do Arquivo Público Mineiro Cf. <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>, e nem a pesquisadora Maurilaine Biccás conseguiu localizá-los.

reconciliação com o Estado e do engajamento da sociedade nos propósitos do clero; e a imprensa foi ferramenta central.

Assim, em Minas Gerais, a *Revista do Ensino* a partir de 1925 foi outra via para a incursão do ideário católico na educação e no governo; ou seja, foi uma via para o estreitamento das relações da Igreja Católica com o estadual. Um ponto de inflexão seria o governo de Mello Vianna, que coincidiu com um contexto favorável para reativação da revista, que voltou a circular em março de 1925, com a tiragem do seu primeiro número (FIG. 1).

Estampando no seu primeiro numero, os retratos dos Drs. Mello Vianna e Sandoval de Azevedo, presta a *Revista do Ensino* a esses dous dignos mineiros, uma justa e merecida homenagem, pelos inestimáveis serviços que aos mesmos deve a causa da instrução no nosso estado (REVISTA DO..., 1925, p. 1).

Ao analisar a capa do número 1, acredita-se que a *Revista do Ensino*, trouxe a imagem destes políticos, já na primeira edição, para transparecer que o atual governo era atencioso com a educação, fazendo-lhe propaganda, ao elogiar publicamente os seus representantes, tentaria externar gratidão pelos serviços prestados à causa da educação. Logo abaixo da ilustração destes políticos, consta o Regulamento da Instrução Pública, que tinham a *Revista do Ensino* produzida e dirigida pela Diretoria da Instrução Pública. Se erigindo com tais objetivos, forma de organização e direção em 1925, e de 1926 em diante, esta revista educacional deixou de ser um anexo do jornal *Minas Gerais*, tornando-se um suplemento dele, a partir do número 11.

A *Revista do Ensino* era produzida e dirigida pela Diretoria da Instrução Pública. Como tal, começou a circular na condição de anexo do jornal *Minas Gerais* para se tornar suplemento; isso entre 1925 e 1926. A publicação saía, então, sob a supervisão de Noraldino de Lima, o então diretor da Imprensa Oficial (SILVIERA, 1926).

Neste contexto, as relações entre religião católica e política se refletiam na revista desde a gênese: na criação realizada por Afonso Penna, e na sua reativação e início de suas efetivas publicações realizada por Mello Vianna, passando por Lúcio José dos Santos — diretor de Instrução Pública³⁴ que produzia o impresso —, por Sandoval de Azevedo — o Secretário de Interior — e Noraldino de Lima — diretor da Imprensa Oficial — todos católicos. Essa percepção abre margem para reconhecer a influência do catolicismo na política, na imprensa e na educação de Minas Gerais; sobretudo, reconhecê-la nos conteúdos da revista.

A presença do catolicismo na *Revista do Ensino* se harmonizava com o movimento de ações e iniciativas da Igreja em prol de propósitos como a (re)conquista da primazia sobre a formação normalista. Professoras e professores eram, então, um público leitor central para a revista, assim como outros funcionários remunerados atuantes na

³⁴ A Diretoria de Instrução Pública era o órgão de Minas Gerais responsável por: dirigir a *Revista do Ensino*, organizar as reformas educacionais no estado, auditar a educação dos estabelecimentos educacionais e enviar inspetores para fiscalização escolar; ainda respondia pelo trabalho da equipe pedagógica das instituições, além de promover congressos sobre educação e instrução pública (BICCAS, 2008). Em 1928, a diretoria foi extinta, para dar lugar à Inspeção Geral da Instrução, que assumiu a direção da revista (SOUZA, 2001).

instrução pública (autoridades inspetoras do ensino e professores nas escolas públicas recebiam os exemplares gratuitamente). A centralidade estava na condição de consumidores de material pedagógico que a revista veiculava e fazia lhes chegar às mãos. Como trazia lições de como ensinar, a publicação era utilizada como material didático em sala de aula. Por conseguinte, os católicos conseguiram usar uma publicação oficial do governo para difundir seu ideário: o catecismo. Com isso, ampliavam-se as possibilidades de adesão docente e alcance de professoras e professores.

De forma perspicaz, a Igreja garantia sua presença na educação estabelecendo relações de harmonia com políticos responsáveis pela produção da *Revista do Ensino*, que lhe davam chancela oficial para publicar conteúdos didático-pedagógicos de fundo religioso-cristão. Ao publicar princípios pedagógico-catequistas na revista, a Igreja conseguia veicular seu ideário em meio a um número expressivo de educadores — em formação e atuantes —, de escolas e de lugares. Assim, os católicos puderam aproveitar um impresso de circulação estadual — inclusive em regiões mais longínquas —, interestadual e internacional (BICCAS, 2008; 2005; 2002). Além disso, como afirma Biccás (2008), a *Revista do Ensino* foi o único periódico de conteúdo educacional produzido pela Imprensa Oficial para formar professores nos anos de 1920 a 1940.

Com efeito, nesse período, circularam outros periódicos³⁵, uns poucos saídos da Imprensa Oficial, a maioria feita pela Igreja, e também da iniciativa privada, mas que tiveram ciclos de vida breves. Mas, havia uma diferença importante, salientada por Biccás (2008): estes outros periódicos abordavam vários assuntos além da educação; logo, destoavam em parte do horizonte de expectativa de leitores interessados só em assuntos educacionais, inclusive instruções pedagógicas. Além desses impressos, circulavam em Minas Gerais revistas pedagógicas do Rio de Janeiro, São Paulo e até de outros países da América Latina, América do Norte e Europa. Mas foi a *Revista do*

³⁵ Alguns periódicos que circulavam a partir de 1920 foram mencionados por Silveira (1926) são eles: *Revista Forense* (1920–?), produzida por F. Mendes Pimentel, em Belo Horizonte; *Revista da Academia Mineira de Letras*, produzida pela Associação Literária, em Belo Horizonte; *Risos e Sorrisos* (1920–?), produzida por A. Dumanoir, outra revista de artes e letras de Belo Horizonte; *A Revista* e *a Voce Latina* (1920–?), de Belo Horizonte. Alguns periódicos da iniciativa privada ou da Imprensa Oficial mencionados por Biccás (2008) são: *A Escola* (1920–1921), produzida pela editora Professor de Uberlândia, Uberlândia; *Instrução* (1923–?), produzida pelo diretor do colégio de Belo Horizonte, em Belo Horizonte; *Phoenix* (1928–?), produzida pela Academia do Comércio de Belo Horizonte (oficial); *Boletim — Voz da Escola* (1929–?), produzido pela Escola de Aperfeiçoamento, em Belo Horizonte; *Magazine — Brazil-Central* (1930–1931), produzida pela Empresa Neval de Publicidade, em Belo Horizonte; *Asas* (1933–?), produzida pelo grêmio litero-pedagógico da Escola Normal (oficial) de Belo Horizonte; *Boletim Brasileiro* (1938–1939), produzido pelo Centro de Estudos Brasileiros, em Belo Horizonte; *Educando* (1940–1946), produzida pela Associação dos Professores Primários do Estado, em Belo Horizonte.

Ensino, impresso de conteúdos destinado a tratar da educação, que se destacou, em especial por causa dos elementos de formação docente que ofertava.

2.3. *Revista do Ensino e a presença do catolicismo na formação docente*

Por se tratar de um periódico produzido pela Imprensa Oficial, a *Revista do Ensino* circulou expressivamente e com subvenções que a barateavam para o público-alvo. A publicação se tornou um veículo da comunicação oficial central para tratar de novidades educacionais e (in)formar educadores. Mas “maior diferença” em relação a “outras revistas educacionais produzidas naquele momento” é seu *status* de “impresso oficial” (BICCAS, 2008, p. 90). Não por acaso, foi criada e modelada em meio às reformas educacionais, desde Afonso Penna.

Ao contrário dos outros periódicos que circulavam no mesmo período, a *Revista do Ensino* não corria tantos riscos em manutenção, pois era financiada pela Inspetoria de Instrução Pública. Nos anos 1920–1940, como pensa Biccás (2008), a *Revista do Ensino* teve papel imprescindível na construção do cenário educacional mineiro e no processo de formação e informação de públicos. Com edições mensais, estabeleceu meios de ligar experiências docentes até então isolados, dada a dispersão da população rural, em municípios, distritos e vilas. Desse modo, para muitos mestres, o periódico era a única fonte de informação sobre o panorama regional, nacional e internacional da educação. Na prática, essa condição fazia da revista, também, um veículo de propaganda das ações governamentais, e não só instrumento de formação e informação docente.

A Diretoria de Instrução Pública tinha expectativa elevada quanto ao público-leitor; qual seja: esperava que os professores, ao lerem a *Revista do Ensino*, pudessem assimilar recomendações, modelos e práticas, além de terem contato com o regulamento e programa de ensino (Primário e Normal). (BICCAS, 2002). Nesse sentido, a diretoria deu prioridade à revista como instrumento de formação docente. Ao mesmo tempo, “recomendava” e indicava uma ação fiscalizadora: os inspetores supervisionavam a disponibilização dela em escolas e grupos escolares; acompanhavam a leitura e a consulta em meio a diretores e professores. A publicação se tornou canal de comunicação direto entre diretoria e professorado, “[...] transformando-se em uma importante estratégia para ganhar a adesão destes à proposta escolanovista que estava sendo anunciada” (BICCAS, 2008, p. 44).

Com relação aos professores leitores,

A escolha de uma revista como um dos suportes materiais para divulgar as ideias da reforma deve ter se apoiado no perfil que se tinha dos professores mineiros, ou seja, na ideia que se tinha das competências desse leitor. A *Revista do Ensino* neste sentido deveria trazer textos com uma linguagem apropriada para quem é o alvo prioritário das informações e de formação, tendo em vista as mudanças educacionais oficiais em processo de implantação (BICCAS, 2002, p. 182).

Como se pode entender, a *Revista do Ensino* atingiria inclusive um público leitor pouco afeito à leitura, de “baixa escolaridade”. Daí ser necessário um impresso com linguagem direta, textos mais breves e ilustrados, para a “fácil compreensão” (BICCAS, 2002, p. 187). Pressupõe-se que esse público leitor incluísse professoras e professores do Primário que eram leigos. Assim, o periódico teria o desafio de se tornar atraente e interessante para leitores com níveis de escolaridade e compreensão diferentes. Os editores, ao apostarem nas práticas de leitura “[...] como estratégia de formação dos professores [...] acreditavam ser possível [...] modificar o pensamento, e os hábitos e as práticas desses profissionais” (BICCAS, 2002, p. 183).

Os reformadores apostaram na ideia de oferecer um veículo moderno, atualizado, com uma periodicidade definida e já legitimada pelos professores. A escolha dessa política, de veicular a Revista, deu-se tanto pela necessidade de estabelecer um diálogo com o professorado, como pela natureza das questões teórico-metodológicas a serem discutidas. Uma revista seria o instrumento ideal, por suas características, periodicidade e estrutura, para informar e formar rapidamente, de maneira eficaz e prazerosa, os professores que necessitavam ser atualizados e modelados pelos preceitos propostos pela reforma do ensino (BICCAS, 2008, p. 57).

Projetada para preencher a lacuna na formação cultural e pedagógica dos professores, a *Revista do Ensino* se tornou instrumento para obter adesão docente em assuntos como reformas educacionais, fundamentos da Escola Nova e veiculação de teorias de educadores estrangeiros; afinal, não existia em Minas Gerais nenhum tipo de impresso semelhante, que detivesse tal especificidade (BICCAS, 2008; 2002). Igualmente, o estado se diferenciou dos demais por incorporar postulados religiosos ao seu modo de conduzir a educação.

Com efeito, Francisco Campos percebeu que não seria possível concretizar a reforma com rapidez — renovar a prática escolar e convocar o professorado a se engajar

na concretização da reforma — sem se valer de todos os recursos possíveis e disponíveis. Por isso, viu na *Revista do Ensino* as condições plenas para o governo mineiro conjugar duas orientações pedagógicas adotadas que permeavam a reforma e pairavam sobre a educação. Nas páginas do periódico, os reformadores mineiros adaptaram aspectos da pedagogia moderna a valores morais e disciplinares da tradição religiosa católica nas reformas educacionais dos decênios de 1920 e 1930. (VIDAL; FARIA FILHO, 2002). Essa confluência pedagógica pôde ser especificamente reconhecida em enunciados publicados na *Revista do Ensino*. Agrupavam-se em torno da ideia de uma Escola Nova Cristã. A educação de orientação católica precisava se renovar para acompanhar a proposta oficial do governo para o ensino, ou seja, não se tornar obsoleta.

A partir de 1929, houve salto na quantidade de publicações de orientação católica na *Revista do Ensino*; e embora tenha havido queda em 1930 e 1931, a presença católica na publicação não chegou nem perto de desaparecer; ao contrário, avolumou-se nos anos seguintes. Tais conteúdos foram considerados como dados de análise da pesquisa, de modo a derivar uma compreensão de como o ideário católico permeou a revista, seja em discursos voltados à formação (da conduta profissional) da professora, seja em textos que caracterizaram a Escola Nova Cristã. O capítulo 3 desdobra tal análise.

3

A INCURSÃO DO IDEÁRIO CATÓLICO NA *REVISTA DO ENSINO*

O olhar para as relações entre o governo de Minas Gerais e a Igreja Católica mostrou que tais instituições se aliaram no campo da educação, a ponto de estabelecerem níveis de colaboração. A Igreja entendeu que precisava modernizar seu discurso e seus métodos de ensino sem deixar de defender a religião; e assim tentar ampliar a disseminação do ideário católico nas escolas públicas e privadas. Tal estratégia sugere que a Igreja continuava engajada no projeto restaurador da neocristandade para reaver sua influência sobre a sociedade (mineira) e educação (mineira). Mais que isso, tal estratégia católica frutificou na *Revista do Ensino* de Minas Gerais como adequação dos procedimentos metodológicos da Igreja para a educação. Os pressupostos teórico-pedagógicos que embasavam a Escola Nova e a Escola Cristã foram agregados às publicações da *Revista do Ensino* de Minas Gerais.

Com efeito, o movimento da Escola Nova inspirou e embasou reformas da educação em Minas Gerais, sobretudo a reforma Francisco Campos. Curiosamente, ideias defendidas pelos escolanovistas “inspiraram” os católicos mineiros a conjugá-las com valores cristãos para renovar a educação de orientação católica sem abrir mão da pedagogia tradicional. Dessa lida com duas orientações pedagógica, emergiu uma

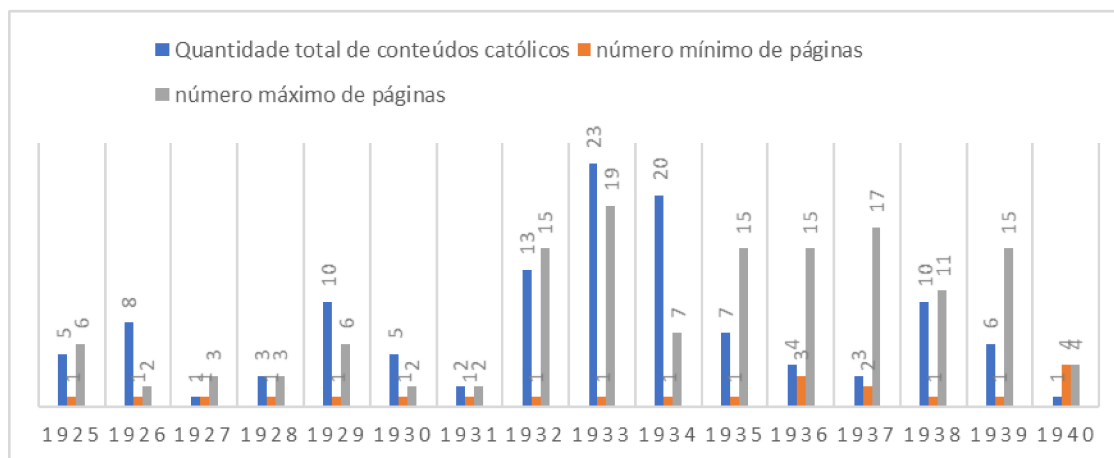
Pedagogia de Jesus Cristo. Era a experiência mineira de renovar a educação sem se desapegar da tradição — da religiosidade cristã. Tal conjugação de pedagogias pode ser lida como outro sinal do êxito do movimento da Igreja em prol do restabelecimento de sua posição em meio ao poder público. Por esse viés, compreendeu-se que a *Revista do Ensino* e a imprensa católica em geral passaram a funcionar como meios de divulgação de instruções e prescrições para a conduta social e moral docente, com preceitos da escola renovada, recomendados pela reforma Francisco Campos, da pedagogia tradicional, católica. Evidências se encontram nas páginas da revista: em imagens e textos variados, que revelam a incorporação do ideário católico cristão à pedagogia moderna, ou seja, revelam a versão católica da Escola Nova. Tais evidências são analisadas e articuladas neste capítulo. A análise enfoca da presença visual à presença escrita, da presença implícita à explícita, da presença aparente à subjacente, da presença sugerida à afirmada.

3.1 Medida do ideário católico na *Revista do Ensino*

A fim de averiguar a presença do catolicismo na *Revista do Ensino*, a pesquisa subjacente a este estudo incluiu a leitura de 175 números editados no período entre 1925 e 1940 a fim de levantar a ocorrência de textos que apresentassem elementos do ideário católico, implícitos e explícitos nos conteúdos veiculados. O levantamento mostrou que o catolicismo esteve presente na revista desde 1925 — edição 1 — até 1940 — edição 170–172, a antepenúltima a ser publicada.

A presença de postulados da Igreja Católica permeou toda a trajetória editorial da revista, considerando-se o recorte histórico examinado. Em quinze anos, os assuntos mais recorrentes se referem à Pedagogia de Jesus Cristo, ao ensino religioso/ensino do catecismo, à Escola Nova Cristã, à Igreja, ao magistério como missão, vocação, sacerdócio e lugar da mulher, e às vinculações entre religião, educação e pátria. Em apêndice, apresenta-se o levantamento geral dos textos, organizados em ordem cronológica. Desse panorama geral das ocorrências, foi possível derivar o gráfico a seguir, com a quantidade anual desses enunciados.

GRÁFICO. Total anual de conteúdos de orientação católica publicados na *Revista do Ensino*, com mínimo e máximo de páginas dos textos localizados (1925–1940)



FONTE: dados organizados pela pesquisa

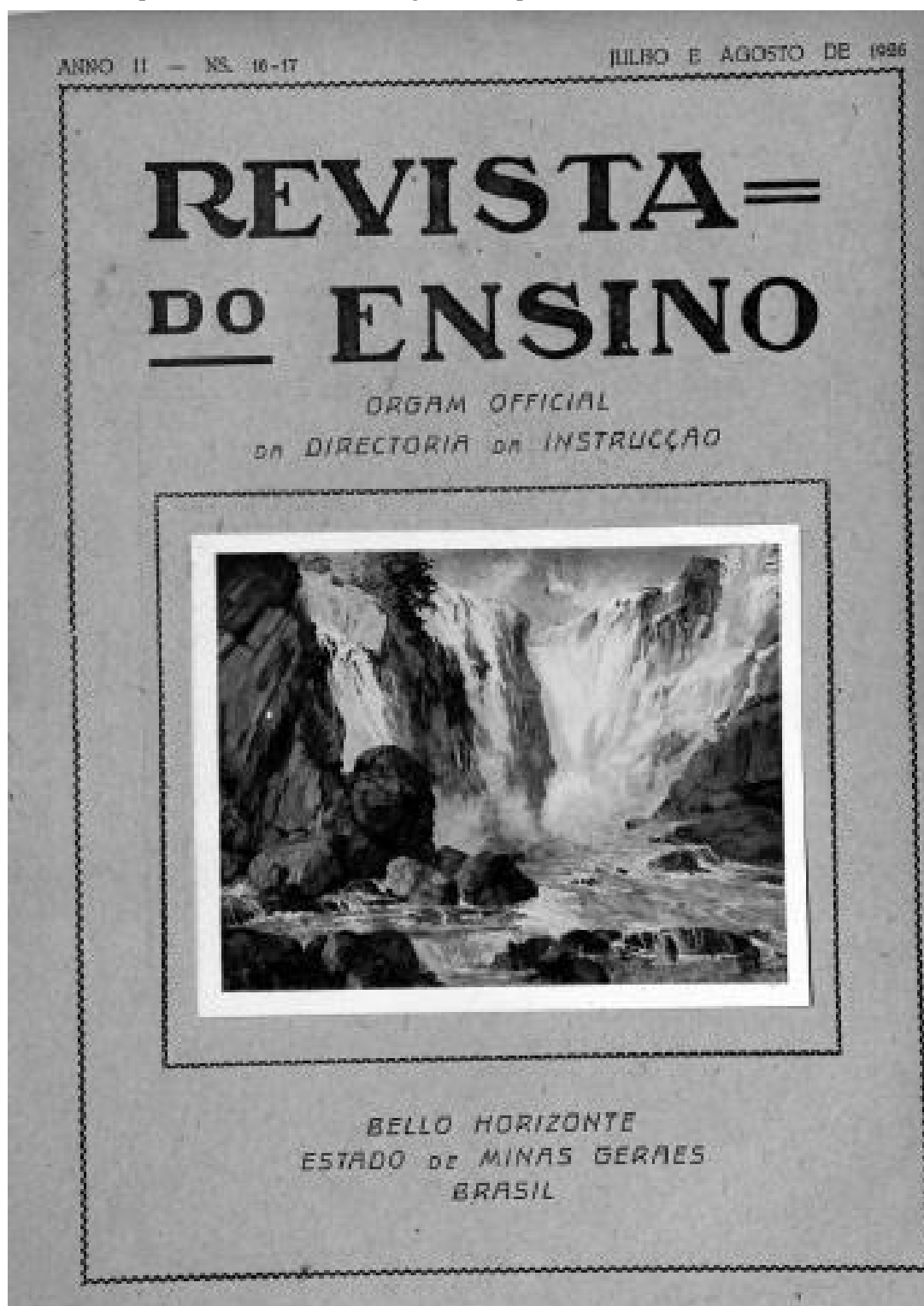
Nesse gráfico, pode-se perceber que, de 1925 a 1928, a quantidade total anual de publicações pedagógico-católicas (em azul) começou em 5, foi a 8, voltou a 1, enfim, manteve-se em 3. Assim, observa-se regularidade relativa em detrimento dos anos seguintes. Ressalta-se que, a partir de 1929, houve salto na quantidade total de tais publicações: o número foi a 10, um aumento expressivo. Embora tenha havido queda em 1930 e 1931, a presença de conteúdos de orientação católica não chegou nem perto de desaparecer do periódico; ao contrário, avolumou-se nos anos seguintes. Tais conteúdos foram considerados como dados de análise da pesquisa, de modo a derivar uma compreensão de como o ideário católico permeou a revista, seja em discursos voltados à formação (da conduta profissional) da professora, seja em textos que caracterizaram a Escola Nova cristã. Ao longo do capítulo 3 se desdobrará esta análise.

3.2 A imagem católica na *Revista do Ensino*

Embora o foco do levantamento de dados tenha sido textos publicados na *Revista do Ensino*, a lida com as várias edições da revista permitiu reconhecer a presença do catolicismo não só no nível discursivo, isto é, textual, mas ainda na linguagem visual, sobretudo nas capas. Cabe lembrar a capa da primeira edição, em 1925, que apresentou fotografia de autoridades do governo ligadas à educação. Assim, a fim de expor um panorama geral da intensificação da presença religiosa na *Revista do Ensino*, observou-se que o ideário católico marcou tanto as capas (a partir do número 75, anunciavam em seus sumários o título dos artigos com temática religiosa) quanto os

conteúdos internos didáticos, que se ampliaram. O primeiro exemplo de capa sintomática do que se discute aqui é do número 16–17 (FIG. 2).

FIGURA 2. Capa da *Revista do Ensino* sugestiva da presença do catolicismo, n. 16–7, 1926



FONTE: *Revista do Ensino* (1926, n. 16–17).

À primeira vista, parece a ilustração de uma cachoeira comum. Mas leitura atenta da revista sugere algo mais, subjacente à imagem. Na última página do número 16-17, o sentido da imagem ganha contornos: há um enunciado que explica a capa. A mensagem — de tom católico — é endereçada a todas as professoras de Minas Gérias:

A capa, em pequeno quadrilátero, mostra a primeira dessas produções em um belo pedaço de nossa natureza tropical e no texto se depara a reprodução de duas telas históricas: uma já celebre — *a primeira missa na Brasil* — e o julgamento de *Felippe dos Santos* de Antonio Parreiras, quadro executado por ordem de governo de Minas. Mas, a *Revista do Ensino* ao dar, nesta edição, em esplendidas trichotomias, quadros que relembram a nossa Historia, não visou, apenas, tornar-se mais interessante: a *Revista* endereça, especialmente, essas reproduções coloridas. Às professoras do Estado, para que estas, tirando-as de suas paginas e emoldurando-as discretamente, as colloquem à parede de suas salas de aulas [...] nas escolas de Minas (REVISTA DO..., 1926, p. 344).

Como se lê, a cachoeira estampada na capa não é uma imagem qualquer. A imagem nessa edição³⁶ deixa entrever alusão à primeira missa rezada no Brasil. Graças à tecnologia da tricotomia³⁷, a imagem podia ser guardada permanentemente como referência à chegada da Igreja ao Brasil: aos primórdios do movimento de introdução do catolicismo que situaria o clero em posição privilegiada: de poder político. Assim, a mensagem ao final da edição 16–17 convida, especificamente, todas as professoras mineiras a recortarem a figura da capa e emoldurarem num quadro para fixá-la em sua sala de aula: De tom católico explícito, a recomendação revela que a religião católica intencionava ser lembrada — e de forma permanente — por uma imagem pendurada em parede de salas de aula. É claro: se assim as professoras o quisessem.

A publicação revela o empenho da Igreja no movimento de restauração católica: em se fazer presente dentro do território escolar via imprensa. Note-se o grifo: o redator alinha a história de Minas Gerais, do Brasil — “nossa história” — na história da Igreja aqui, na história da missa. Também se note, em um lugar da sociabilidade escolar como a sala de aula, a referência católica a uma circunstância elementar da sociabilidade

³⁶ No acesso ao número 16–17 da *Revista do Ensino* de Minas Gerais, a capa foi visualizada em preto e branco, assim como a dos demais os exemplares digitalizados e disponibilizados *on-line* pelo Arquivo Público Mineiro. Embora nesse acervo todos os arquivos apareçam como tal, Biccás (2008) adverte que o número 16–17 era colorido, assim como alguns outros o eram.

³⁷ De acordo com Biccás (2008), a tricotomia era uma técnica de impressão que se servia de texturas com cores diferentes. Esse processo envolvia a superposição de três placas com tinta amarela, vermelha e azul para impressão de imagens coloridas, semelhantemente às cores originais de uma imagem muito utilizada em outras capas desse período.

religiosa: a missa, a frequência à Igreja. Frequentar a sala de aula era ter contato com simbologia da Igreja.

A presença do catolicismo na *Revista do Ensino* começa a ser mais recorrente a partir do número 29, de 1929. As referências literais aparecem já no sumário, indicando conteúdos com títulos como “A Pedagogia de Jesus Christo”, de Mario Casasanta. A partir de 1932, a presença do ideário católico se materializou em textos sobre o catecismo, que se expandia pela revista adentro como nunca antes. A cada edição, ampliava-se o espaço ocupado por tais conteúdos.

Segundo Orlando (2008), os manuais de catequese dos séculos XVI, XVII e XVIII e XIX estavam sendo bastante criticados; eram vistos como antiquados ante a proposta de renovação pedagógica propalada nas primeiras décadas do século XX — pedagogia progressista. Recomendava-se, então, que, também, as lições de catecismo se modernizassem para atrair a atenção de docentes e discentes para o ensino de religião. Nesse contexto — de reformas da instrução em vários estados (anos 1920–1930) —, incentiva-se a adoção da psicologia da educação e de teorias e métodos propalados pelos escolanovistas.

No âmbito católico, segundo Orlando (2008), um dos maiores expoentes — se não for o maior — do ensino de catecismo nas Escolas Normais foi padre Álvaro Negromonte. Seu projeto catequético associava tradição à modernidade. Manter a tradição significava preservar os princípios religiosos. Incorporar a modernidade implicava adequar esses princípios, por meio da proposta da chamada Escola Nova católica.

No caso do ensino do catecismo veiculado pela *Revista do Ensino*, pode-se dizer que estes conteúdos se intensificaram a partir de 1932. O projeto editorial definido e assumido nesse ano permaneceu pelos anos seguintes, em que se observou o aumento no número de páginas dedicadas ao catolicismo — como se leu no gráfico. Seguindo a perspectiva conciliadora da Escola Nova Cristã, as lições de catequese publicadas na revista começaram a aparecer no número 74 (FIG. 3).

FIGURA 3. Capa da *Revista do Ensino* alusiva ao catecismo, n. 74, 1932FONTE: *Revista do Ensino* (1932, n. 74, p. 1).

Na ilustração de duas crianças, lado a lado, concentradas na leitura de um livro ou revista, pode-se ler uma alusão à educação mista, à convivência de alunas e alunos em uma mesma atividade de aprendizagem (a leitura) e num mesmo lugar (poderia ser a sala de aula). Se tal possibilidade revela um aceno ao ideário da Escola Nova, cabe observar que, no interior da edição 74, a adoção do catecismo ilustrado apresentava-se como saída para tornar tal ensino mais interessante às crianças. Mas antes era preciso atrair a atenção do professorado via ilustração. Assim, pode-se dizer que essa nova proposta editorial do periódico incorporou o uso do catecismo ilustrado.

Mesmo ante o imperativo da escola laica instituído pela República, a religiosidade cristã em Minas Gerais era apresentada na *Revista do Ensino* como digna de destaque nos ambientes escolares. Contrariando o imperativo, a Igreja recusava-se a sair do espaço escolar. Pode-se inferir outra intencionalidade: a Igreja querer se manter bem próxima do professorado mineiro. A mensagem endereçada às professoras relativamente à imagem da cachoeira sugere que a Igreja usou a revista como veículo para uma mensagem específica as docentes, admoestando-as a manterem ou aderirem à religião em sala de aula. Ante essa especificidade, reconhecida a partir de 1932, faz sentido a indagação de Biccás (2008, p. 110): “REVISTA OU CATECISMO?”. Foi o efeito da percepção de que a revista de fins pedagógico-escolares assumiu as feições de um manual de catequese.

Como visto, o período 1932–1934 pode ser considerado o ápice do crescimento da quantidade de conteúdos pedagógicos católicos publicados na *Revista do Ensino*. As edições de 1932 apresentaram 13 publicações; as edições de 1933, 23 publicações; e em 1934, foram 20 publicações. Mesmo que nos anos de 1935, 1936 e 1937 tenha havido queda na quantidade de textos (decreceram para 7, 4, 3, respectivamente), em 1938 houve outro pico: subiu a 10 publicações; e mesmo que essa quantidade tenha decaído ainda mais em 1939 (6 textos) e 1940 (1 texto). Ressalta-se que as oscilações revelam algo mais importante: tais publicações foram constantes na revista durante todo o período de 1925 a 1940.

Dada essa frequência, destaca-se que o período 1932–1939, apesar das variações relativas à quantidade de textos católicos, foi o tempo em que houve um intenso crescimento do volume de páginas com textos pedagógicos religiosos na história da *Revista do Ensino*. Houve, ainda, um pico na extensão dos textos: tornaram-se mais longos, evidenciando que nesses anos o catolicismo se apoderou de mais páginas para

disseminar seu credo conteúdos afins à religião católica. Nesse gradiente, em síntese, no período 1932–1939 houve tanto um aumento progressivo na quantidade destes textos (vide cor azul do gráfico) quanto crescimento no volume de páginas³⁸ (vide cor cinza no gráfico). No interregno 1925–1931, saltou da quantidade máxima de 8 páginas — verificadas nesses anos anteriores — para o volume de 9, 11, 13, 15, 17, e até 19 páginas — verificadas entre 1932 e 1939. Portanto, trata-se de um aumento significativo da presença do ideário católico na *Revista do Ensino*, que merece ser salientada.

Para tentar compreender as causas da ampliação, foram retomadas reflexões que podem, em parte, justificar o crescimento. A mudança editorial teria atendido ao contexto histórico, político, educacional e religioso vivenciado no país a partir da década de 1930, em que Getúlio Vargas assumiu o poder presidencial e a Igreja Católica manteve-se ao lado dele, apoiando-o nessa ascensão e desenvolvendo relações amistosas.

Em Minas Gerais, a Igreja já mantinha boas relações com o governo de políticos alçados ao poder antes de 1930 (vide Mello Vianna e Antônio Carlos). Quando se iniciou o decênio de 1930, o clero apenas perpetuou laços de união com governantes que assumiram o poder. Houve uma colaboração mútua com o Estado na gestão de Olegário Maciel (1930–1933) e Benedito Valadares (1933–1945), convém reiterar. Além desses governantes, a Igreja contava com pleno apoio de autoridades públicas da área educacional como Francisco Campos, Mario Casasanta, Noraldino de Lima, Guerino Casasanta, Manoel Casasanta e outros. Assim, as alianças da Igreja Católica com membros da política mineira propiciaram-lhe uma abertura singular. Provam isso as publicações na *Revista do Ensino*, cujos números permitem dizer que o catolicismo não só conseguiu se introduzir na imprensa oficial de maneira eficaz, mas também usá-la em seu favor.

Na conjuntura editorial geral da *Revista do Ensino*, observou-se que o ideário católico foi disseminado por meio de autores católicos diversos: autoridades eclesiásticas (padres, cônegos, bispos e arcebispos); autoridades educacionais (ministro, secretário, inspetores e técnicos da educação); e docentes públicos da escola primária e secundária. A produção intelectual dos católicos foi tão aceita pela direção da revista,

³⁸ O apêndice contém o levantamento geral, em que consta a informação detalhada da quantidade de páginas que cada conteúdo de orientação católica tem individualmente no interior da *Revista do Ensino* (1925–1940). Entende-se que inserir a média do número páginas de cada ano não é necessário, pois a pretensão deste estudo é focalizar no número máximo de páginas que esses conteúdos conseguiram lograr, demonstrando que houve aumento significativo da quantidade de páginas alcançadas.

que não se ausentaram em nenhum ano editorial dela. Mesmo que existido entre os anos 1935–1940 depreciações sucessivas na quantidade desse tipo de publicação, o ideário católico não deixou de se fazer presente de 1925 a 1940. Assim, o catolicismo conseguiu alcançar publicações extensas e numerosas de maneira privilegiada na *Revista do Ensino*. Se comparado ao volume de textos sobre assuntos educacionais diversos — na maioria das edições não ocupam mais do que a média de uma página a três páginas —, o volume de páginas dedicado aos textos de católicos é significativo.

O ganho de mais espaço de publicação pode ter sido conquistado graças às articulações políticas estabelecidas pelas autoridades eclesiásticas com os responsáveis pela imprensa pedagógica mineira. Tais articulações entre Igreja e governo em Minas Geras foram evidenciadas ao longo neste estudo com a intencionalidade de demonstrar que o contexto histórico, político, educacional e religioso reverberou nas produções da *Revista do Ensino* (1925–1940). Essas nuances revelam a colaboração mútua entre ambas as instituições, a qual se fez clara no âmbito da imprensa oficial, explicitando que o movimento da restauração católica em Minas Gerais — conservador da tradição religiosa — obteve êxito na estratégia de se valer desse veículo de comunicação pública para disseminar o ideário pedagógico-cristão: comunicá-lo a professoras e professores que tinham oportunidade de ler a revista.

O exame de conteúdos pedagógicos de orientação católica veiculados na *Revista do Ensino* de 1925 a 1940 — a gama de textos localizados e citados no quadro geral em apêndice — revela possibilidades múltiplas de investigação. Dados os limites acadêmicos e de escopo da pesquisa aqui descrita, a opção foi analisar a chamada Pedagogia de Jesus Cristo e seus princípios e textos voltados especificamente a professoras, normalistas e professores, que tomavam o magistério como missão, vocação, destino, sacerdócio e lugar da mulher. Esses assuntos foram recorrentes na revista, por essa razão foram eleitos como categorias de análise nesta pesquisa.

3.3 A Pedagogia de Jesus Cristo na *Revista do Ensino*

Admite-se que examinar a concepção de Pedagogia de Jesus Cristo — fundada na religiosidade cristã — é uma tarefa desafiadora: ela pode aceitar interpretações múltiplas dos historiadores da educação. Contudo, interessa aqui analisar tal pedagogia considerando suas contribuições como objeto de estudo no campo da história da educação brasileira e que foram apresentadas ao público docente no período de

produção e circulação da revista no recorte temporal aqui enfocado (1925–1940). A intenção foi expor princípios centrais de tal pedagogia, derivados da leitura histórica dos 175 números da revista. Não foi objetivo assumir uma posição de defesa desse ideário; ao contrário, quando se se distancia do objeto de análise, entende-se que a pesquisa pode interpretá-lo de maneira crítica, compreendendo as suas especificidades e trazendo uma perspectiva histórica de seus desdobramentos e implicações para o campo educacional no contexto investigado.

Analisando-se os conteúdos pedagógicos que tratavam direta e indiretamente da Pedagogia de Jesus Cristo na *Revista do Ensino*, compreendeu-se que esse conceito de educação pressupunha a figura de Cristo como educador modelo, exemplo de pedagogo recomendado a todos: professores e professoras, atuantes e em formação (normalistas). Para discorrer sobre essa pedagogia, consideramos seis princípios delineados na leitura dos textos sobre esse assunto publicados na revista. Ou seja, apresenta-se a percepção de tal concepção pedagógica evidenciada por alguns autores.

O primeiro princípio da Pedagogia de Jesus Cristo é a máxima de *Cristo como Mestre dos mestres*. Essa ideia é bem recorrente nos textos examinados, ou seja, é unânime esse entendimento entre os autores lidos. Nove textos considerados na leitura confirmam esse princípio: sete foram produzidos por pessoas da educação pública, dois foram produzidos por autoridades eclesiásticas, como vemos a seguir.

No número 29 da *Revista do Ensino*, Mario Casasanta quando escreveu o texto intitulado “A Pedagogia de Jesus Christo” afirmou: “Apontando-vos Christo como *Mestre da pedagogia* [...] Jesus Christo tinha uma qualidade indispensável a um professor de moral: tinha autoridade [...] *o grande Mestre*” (CASASANTA, 1929, p. 81, 83; grifo nosso). Na edição 78, ele reafirmou: “[...] Jesus Christo, *o mestre dos mestres*, cuja pregação maravilhosa é uma incomparável lição de perfeição” (CASASANTA, 1932, p. 19; grifo nosso). Na edição 97, outro Casasanta, agora Manuel, discursou nestes termos: “Educar — o mais alto ideal da vida, encarnou-o *Jesus-Cristo, Mestre dos mestres* [...] foi a mais empolgante figura de educador [...] JESUS-CHRISTO IDEAL DA ESCOLA [...] único e verdadeiro ideal” (CASASANTA, 1933, p. 47–48; grifo nosso).

Na edição 102 da *Revista do Ensino*, Luzia de Oliveira Faria (1934, p. 64; grifo nosso), professora no Grupo Escolar de Araxá, expôs: “*Jesus, o Mestre dos Mestres* ensinava aos seus discípulos neste recinto [...] A vida do grande do Mestre transcorreu

em pleno contacto com a natureza”. No número 104, Honório Armond (1934, p. 48) — provavelmente um professor — disse: “[...] *Jesus o Mestre dos Mestres*, deu com toda a sua vida, a lição do exemplo, a mais sublime das lições na terra!”. Na edição 106, a professora Alice de Andrade Santiago (1934, p. 16; grifo nosso) escreveu: “O Divino Mestre viveu entre os homens para lhes ensinar o caminho da vida eterna”. A professora Olga — a “irmã Olga” —, que dava aulas de metodologia na Escola Normal de Araguari, expôs seu orgulho de ser católica no artigo “Escola Nova Cristã”, publicado na edição 128–133. Eis o tom de seu discurso:

E, para que apellar para auctoridade humana, se temos a do Divino Mestre, o *Pedagogo por excellência* visto ser o *pedagogo universal*? [...] O Mestre sabia perfeitamente gravar a sua doutrina na mente dos discípulos, falando-lhes aos olhos. Elle chama attenção sobre os pássaros do céos, sobre os lírios dos campos aponta os como objecto do desvelo da Providencia Divina (OLGA, 1936, p. 76, grifo nosso).

O cônego Raymundo de Almeida Curvelo (1934, p. 45; grifo nosso), na edição 98–99–100 da *Revista do Ensino*, afirmou que “O Filho de Deus veio à terra para ensinar [...] *Mestre Divino* [...] Verbo Divino, o *Mestre Modelo* que afirmou ser o único título a que era sensível e de que era divinamente ambicioso”. De modo semelhante, o padre Álvaro Negromonte no número 80, explicou esse mesmo princípio da educação cristã dizendo:

O Homem Deus, Jesus Cristo [...] o fim próprio, direto e imediato da educação cristã é fazer dos homens imitadores de Jesus Christo. É formar o christão perfeito pela semelhança com o seu Divino Mestre. É formar a Christo nos homens [...] E ele o *Mestre, o Educador, o Pedagogo*, que, criança, já ensinava a doutores, vos guie os passos (NEGROMONTE, 1933, p. 7, 10, grifo nosso).

A exposição desses trechos revela um elemento comum: o que se considera como o primeiro princípio da Pedagogia de Jesus Cristo. Atribuem à figura de Cristo a função de “Mestre divino”. Descrevem-no como “Mestre dos mestres”, “Pedagogo supremo/Mestre da pedagogia”, “Educador ideal”, “modelo” e “exemplo” recomendado ao professorado mineiro, sejam os leitores cristãos ou os não cristãos.

O *segundo princípio* da Pedagogia de Jesus Cristo é o do *amor às crianças*. Os textos localizados na *Revista do Ensino* constantemente recomendavam que os educadores precisavam amar verdadeiramente as crianças. Sobre isso, Mario Casasanta disse:

[...] Christo como Mestre da pedagogia [...] uma encantadora virtude de Jesus Christo e que deve ser a principal virtude que deveis cultivar: o *amor aos pequeninos* [...] “Deixae vir a mim os pequeninos e não os estorveis, porque deles é o Reino de Deus”. E chamando-os a si impôs-lhes as mãos, numa bênção, e abraçou-os com ternura” (CASASANTA, 1929, p. 80–85, grifo nosso).

No número 106, a professora Zina Magalhães (1934, p. 29, grifo nosso), de modo semelhante, afirmou: “O próprio Jesus nos deu o exemplo do *amor aos pequeninos* quando disse: ‘Deixae vir a mim as criancinhas’”.

O exame da expressão “Deixai vir a mim os pequeninos/criancinhas”, proferida por Jesus em textos bíblicos e referida pelo Papa Pio XI na encíclica *Divini Illius Magistri*, foi repetida na *Revista do Ensino* por onze vezes em textos diferentes, sem contar aqueles que só aludiam a essa expressão nas argumentações. O amor às crianças era uma recomendação a todos os professores mineiros. No número 101, Mario Rebêlo, provavelmente professor, escreveu os dez mandamentos para os professores. Não por acaso, o primeiro e o último mandamento da lista — intitulada de *Decálogo do professor* — ordenavam que: “I – *Amarei a criança* acima de tudo e mais do que a mim mesma [...] X – Jamais serei um mercenário, e pontificarei na escola como um altar [...] (REBÊLO, 1934, p. 1; grifo nosso).

Observou-se que, em geral, os autores favoráveis ao ensino religioso instruíam os professores a buscarem inspiração na figura de Jesus Cristo, que, segundo ensinamentos do cristianismo, convidava, com amor e ternura, os pequeninos para se aproximarem dele. Assim, recomendavam que os mestres deveriam desenvolver um sentimento materno ou paterno por seus alunos, acolhendo-os sob a intencionalidade de atrair-lhes a atenção e obediência, (não por acaso, eram constantemente chamados de seus discípulos).

Outro texto que alude ao princípio do amor às crianças é de Alberto de Oliveira, no número 23. Com o poema “Lição de pátria”, ele recomendava implicitamente que os professores amassem as crianças; instruía-os a ensinar o amor à natureza como criação de Deus, o amor à pátria e à Igreja. Ele iniciou o imperativo de chamamento das crianças para a tarefa da aprendizagem escolar: “CHAMAI, como Jesus outr’ora, os pequeninos. [...] Dai a grande lição! Ensinai-lhes a amar a Terra, em que nascemos [...] O rio, o campo, a igreja, os primeiros amores. E às vezes uma cruz [...] Ensinai-lhes o amor da Pátria [...] Levantemos o Brasil! (OLIVEIRA, 1927, p. 515). O texto poético

foi arranjado na página de modo a conter uma no centro que pode ser lido como tradução visual do princípio do amor às crianças (FIG. 4)

FIGURA 4. Alusão à ideia de amor às crianças em Jesus Cristo



FONTE: *Revista do Ensino* (1927, n. 23, p. 515)

Como se vê, o desenho exhibe uma figura alusiva a Jesus Cristo em meio a figuras de feição infantil. As mãos dele postas sobre os ombros de duas delas, a posição em círculo, tudo pode ser lido como indicativo de um diálogo de atenção e escuta. A cabeça cabisbaixa em algumas figuras sugere a submissão à voz e aos ensinamentos de Cristo.

Com efeito, a *submissão* (a obediência e a disciplina) indica um *terceiro princípio* da pedagogia cristã nas páginas da *Revista do Ensino*. Terceiro que deriva do segundo. Submissão, obediência e disciplina foram vocábulos reiterados pelos autores católicos. Aos professores era dito que, se demonstrassem amor por seus alunos, estes o corresponderiam da mesma forma, o que facilitaria a subordinação deles à autoridade docente, a submissão, a obediência e a disciplina. Essa concepção pedagógica foi

denominada, por Lúcio José dos Santos, no número 19 da revista, de Pedagogia da Obediência.

Nada há norma tão eficaz para fazer com que a criança compreenda bem as restrições, que lhe são impostas. A autoridade que sobre ella se exerce, e a obediência que se lhe exige, como o ensino de religião. Se uma criança não tem noção religiosa, difficilmente poderá admitir que se deva submeter a restrições que a venha incomodar, na satisfação de seus caprichos [...] A religião é, pois, a primeira mais eficaz, e mais simples norma pedagógica (SANTOS, 1926, p. 403–404).

A lógica dessa perspectiva presumia, primariamente, a obediência dos próprios professores à Pedagogia de Jesus Cristo. Só então, em segunda instância, por meio do ensino religioso, conseguiriam demonstrar sua autoridade em sala de aula e tornarem as crianças mais obedientes na escola. Dessa forma, a religião era considerada como norma-chave da pedagogia católica. Os autores diziam que os educadores deveriam se inspirar em Jesus Cristo — demonstrando autoridade sem ser autoritário — para exercerem a Pedagogia da Obediência em meio a seus alunos.

Em relação à disciplina recomendada pelo ideário pedagógico cristão, Guerino Casasanta escreveu, no número 97 da *Revista do Ensino*, onde se lê: “A disciplina que nos convém é sem dúvida a disciplina de Christo: disciplina interior, disciplina firme e consolidada pela prática das virtudes” (CASASANTA, 1933, p. 33-34). Também foi o caso de Leticia Chaves Gomes e J. Madureira (provavelmente professores), que publicaram artigos na revista (ed. 82 e 92, respectivamente) onde conceituam de modo semelhante a disciplina recomendada pelo ideário da Escola Nova Cristã e em meio às seguintes definições:

[...] disciplina dentro da ordem. Liberdade que Deus nos deu [...] Jhonatas Serrano, o grande escritor católico, no seu livro “A Escola Nova”, diz o seguinte quanto à disciplina: O mestre mais respeitado não é o que usa mais autoridade ferrea, de sobrececho carregado. É o que se faz querido e persuasivo pela bondade, sem fraquezas e sabe crear o ambiente de alegria e amor ao trabalho (GOMES, 1933, p. 4–7).

[...] sem disciplina não se educa, não se instrue, como sem ordem não há progresso [...] não é a disciplina tradicional do terror, do medo, da quietude, do silêncio, da imobilidade, do silêncio — é a disciplina que eleva, que dignifica, que forma cidadãos e não escravos [...] a disciplina do amor do carinho, da bondade [...] ambiente de paz, alegria e felicidade e vida real para os educandos — é a disciplina da Escola Nova (MADUREIRA, 1933, p. 6–7).

Compreendeu-se que tais articulistas queriam comunicar que os educadores (aqueles dispostos a seguirem os pressupostos da Escola Nova Católica), ao tentarem ensinar sobre disciplina aos seus alunos, deveriam ter em sala de aula uma atitude que não fosse autoritária (permitida na escola antiga), mas que fosse de autoridade: oferecer respeito e afeto aos alunos, não hostilizá-los, estimulá-los a falarem em sala de aula, dar-lhes tratamento cordial e com bom humor. Supostamente, corresponderiam da mesma forma, mas com obediência à disciplina proposta. Eis o pensamento pedagógico desses dois autores sobre disciplina, ou seja, de dois defensores do ideário da Escola Nova Cristã na *Revista do Ensino*.

Com efeito, o *quarto princípio* da Pedagogia de Jesus Cristo verificado na *Revista do Ensino* era o da educação pelo exemplo. Dentre todos os textos localizados, destaca-se um de Guerino Casasanta, cujo tom revela intenções de persuadir os professores a se sentirem como exemplo para os alunos: “O professor [...] pelo exemplo, pela palavra e pela ação – deve compenetrar-se na sua altíssima missão, e ser em qualquer momento, um modelo de virtudes comuns a final são a coroa da vida [...] O pequeno devia tomar o grande por modelo” (CASASANTA, 1933, p. 28–33). Além desse fragmento, Guerino Casasanta reiterou tal princípio no número 89 da revista, em que suplica pela ajuda divina e diz: “[...] nós os professores somos o exemplo vivo das crianças [...] modelos de virtudes [...]” (CASASANTA, 1933, p. 38). Nessa lógica, da moral emanada de professores e professoras perante o alunado adviria o exemplo para que alunas e alunos formassem seu senso moral.

Não por acaso, o *quinto princípio* que se reconheceu na pedagogia cristã se refere à educação moral atrelada à educação por meio da socialização, pelo ensino de virtudes morais. Essa recomendação se baseava no princípio anterior, relativo à condição do educador como exemplo ao alunado. Na *Revista do Ensino* número 81, está escrito que “A educação moral do individuo não se faz por palavras, se não por obras. Nem todos que os que dizem Senhor, Senhor! vão para o reino dos céus diz a Sagrada Escritura” (REVISTA DO..., 1933b, p. 40). Também no número 81 se lê a proposição de que a educação moral se desenvolva na socialização escolar: “A socialização bem orientada, será um fator decisivo para a formação moral do indivíduo. Não convém esquecer aquilo de Christo: “Como é bom viver os irmãos unidos em um!” (REVISTA DO..., 1933a, p. 42). Essa concepção pedagógica transportou o sentido da palavra comunhão entre os cristãos para o sentido do vocábulo socialização, tentando inscrever,

no campo semântico da expressão ensino escolar, o sentido de interação escolar discente que deveria ser permeado pelo ensino de religião.

Nesse contexto, reconheceu-se como o *sexto princípio* da Pedagogia de Jesus Cristo a ideia de ensino religioso dogmatizado pela Bíblia e pelos documentos produzidos pela Igreja. Identificou-se nas páginas da *Revista do Ensino* que a maneira como o ensino religioso era proposto por autores católicos supunha usar textos bíblicos e extrabíblicos para dar mais legitimidade a suas teorizações, dogmatizando a concepção pedagógica cristã. Os autores que publicaram na *Revista do Ensino* tentaram difundir o dogma cristão — paradigma instituído pela Igreja Católica como legítimo e inquestionável por terceiros — segundo o ponto de vista institucional da Igreja, ou seja, como uma espécie de verdade pretendida para ser aceita pelos seus fiéis. No âmbito educacional, serviram-se desse periódico oficial para disseminar o ideário pedagógico católico no seio da docência, intencionando que fosse reconhecido pelos educadores como válido e digno de aceitação.

Percebeu-se na argumentação dos autores defensores da Pedagogia de Jesus Cristo que o fundamento dogmático apresentado para atestar os enunciados publicados era o uso de textos bíblicos, encíclicas papais, cartas pastorais e catecismo. Esses tipos de documentos foram amplamente citados na *Revista do Ensino*, de modo a tentar credibilizar a argumentação construída em meio ao público leitor. Dada essa percepção, efetuou-se o levantamento dos textos que apresentavam essas características peculiares; pode-se observar, em ordem cronológica, que os traços editoriais da revista estavam sintonizados com as intenções da Igreja.

QUADRO 02. Conteúdos da *Revista do Ensino* (1925–1940) com recomendação de preceitos da Pedagogia de Jesus Cristo fundados na Bíblia, em encíclicas papais, cartas pastorais e catecismo católico

ANO	EDIÇÃO	AUTOR	TÍTULO	FUNDAMENTO	N. DE PÁGINAS
1925	n. 8	Amellia de Rezende Martins	<i>Crucifixo</i>	Catecismo católico	p. 219–24 (6 páginas de conteúdo católico)
1926	n. 19	Lúcio José dos Santos	<i>Pedagogia da Obediência</i>	Bíblia Sagrada	p. 403–4 (2 páginas de conteúdo católico)
1929	n. 29	Mario Casasanta	<i>A Pedagogia de Jesus Christo</i>	Bíblia Sagrada e Catecismo católico	p. 80–5 (5 páginas de conteúdo)
1929	n. 36	Revista do Ensino	<i>A aula da escola activa</i>	“Catecismo da Escola Activa” catecismo católico e Escola Nova	p. 83 (trecho católico)
1932	n. 74	D. Maria Luíza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo</i> (com aprovação)	Catecismo católico e Bíblia Sagrada	p. 13–20 (8 páginas com 7 lições de catecismo)

			eclesiástica).		
1932	n. 75	D. Maria Luiza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo: continuação (com aprovação eclesiástica).</i>	Catecismo católico e Bíblia Sagrada	p. 9–14 (7 páginas com 6 lições de catecismo)
1932	n. 76	D. Maria Luiza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo: conclusão (com aprovação eclesiástica).</i>	Catecismo católico e Bíblia Sagrada	p. 9–18 (10 páginas com 7 lições de catecismo)
1932	n. 77	Marie Fargues	<i>CATECISMO</i>	Catecismo católico	p. 68–82 (15 páginas)
1932	n. 78	Guerino Casasanta	<i>A Escola Ativa e a Escola Cristã</i>	Bíblia Sagrada	p. 19-25 (7 páginas de conteúdo)
1932	n. 78	Marie Fargues	<i>CATECISMO (conclusão)</i>	Catecismo católico e Bíblia Sagrada	p. 40–52 (12 páginas)
1933	n. 80	Padre Álvaro Negromonte	<i>O momento educacional em Minas.</i>	Encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> do Papa Pio XI	p. 3–10 (8 páginas de conteúdo)
1933	n. 81	Revista do Ensino	<i>Educação Moral na Escola</i>	Sagrada Escritura (Bíblia)	p. 40 (trecho católico)
1933	n. 81	Revista do Ensino	<i>A Parábola dos Dez Talentos</i>	Bíblia Sagrada	p. 41 (1 página católica)
1933	n. 90-91	Guerino Casasanta	<i>O Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas</i>	Encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> do Papa Pio XI	p. 29–38 (12 páginas de conteúdo)
1933	n. 94	Maria Luiza de Almeida da Cunha	<i>O conceito cristão da educação</i>	Encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> do Papa Pio XI	p. 41–6 (6 páginas de conteúdo)
1933	n. 94	Dom Joaquim Silverio de Souza	<i>NOTICIÁRIO: deve a Escola Nova renegar a escola tradicional?</i>	Encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> do Papa Pio XI	p. 49–67 (19 páginas de conteúdo)
1933	n. 97	Noraldino de Lima	<i>A colação de grau da turma de 1933 do Colégio Imaculada Conceição</i>	Carta pastoral de Dom Joaquim Silverio de Souza	p. 8–12 (5 páginas contendo trechos católicos)
1934	n. 109	Noraldino de Lima	<i>O ano de 1934 e a educação em Minas Geraes</i>	Catecismo católico e a Bíblia Sagrada	p. 1–40 (40 páginas que contêm trechos católicos)
1935	n. 119	Maria Luzia de Almeida Cunha	<i>A Influência da religião na educação da criança</i>	Escritura Sagrada (Bíblia) e a Encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> do Papa Pio XI	p. 5–19 (15 páginas de conteúdo)
1936	n. 128-133	Irmã Olga	<i>Escola Nova Christã</i>	Encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> do Papa Pio XI	p. 64–76 (13 páginas de conteúdo)
1939	n. 158-163	Teobaldo Miranda Santos	<i>A pedagogia moderna e a educação cristã</i>	Encíclica <i>Divini Illius Magistri</i> do Papa Pio XI	p. 94–108 (15 páginas de conteúdo católico)

FONTE: sistematização de dados da pesquisa

Como se pode ler no quadro, verificou-se que nove textos recorrem à Bíblia em sua argumentação. Mencionavam passagens bíblicas extraídas dos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João. Expunham a vida de Jesus, seus milagres, suas parábolas. Verificou-se, também, que sete textos citaram a encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI, como fundamento teórico; reparou-se que foi a única³⁹ encíclica citada — que tratou da Pedagogia de Jesus Cristo; e tal característica editorial desenvolveu-se — talvez — em virtude de tal encíclica conter prescrições e recomendações bem diretivas quanto à educação cristã. Por essa razão, é provável que esse documento tenha sido recorrente na revista. Ao todo, nove textos citaram o catecismo, enquanto um texto cita carta pastoral, a do arcebispo de Diamantina Dom Joaquim Silvério de Souza. Nesse sentido, ressalta-se que foi por conta do reconhecimento da aparição desses textos de forma recorrente na *Revista do Ensino* que se desenvolveu, no capítulo 1, a exposição de algumas cartas pastorais e encíclicas papais marcantes na organização do episcopado brasileiro para instaurar o movimento de restauração católica.

Nesse quesito, acredita-se que a estratégia de procurar embasamento em tais documentos extrabíblicos — provenientes da alta hierarquia eclesial — poderia ter a intenção de usar tais referências para atribuir certo tom católico-dogmático aos conteúdos pedagógicos veiculados na *Revista do Ensino*; diferentemente dos demais tipos de conteúdo veiculados. E possível que esse tipo de argumentação poderia influir leitores católicos mais aguerridos à doutrinação religiosa; poderia suscitar neles mais interesse e sensibilização quanto à aplicação de uma concepção religioso-cristã no fazer pedagógico cotidiano. Tal ação constituiria uma tentativa do movimento de restauração católica de se expandir para o interior das escolas mineiras; e, para tanto, a Imprensa Oficial do Estado seria uma via.

³⁹ Esta encíclica papal foi realmente a única que abordou explicitamente sobre a Pedagogia de Jesus Cristo, pois, a outra bula citada pela *Revista do Ensino*, se referia a este assunto de maneira indireta, ao prescrever sobre a educação moral na formação de professores do ensino normal de Minas Gerais. A encíclica *Rerum Novarum* escrita pelo Papa Leão XIII, foi citada pelo discurso de Bonifácio Olinda de Andrade proferido às formandas da Escola Normal de Juiz de Fora, publicado no número 120-121, este fragmento versava sobre a manutenção do pensamento patriarcal na sociedade vigente, recomendando que as escolas públicas deveriam ensinar sobre o princípio da moralidade: “A natureza impõe ao pae família o dever sagrado de alimentar e manter os filhos [...] entretanto, é visível a crise e renda nas sociedades domésticas. Devido as escolas que pregam, contra os mais salutareis princípios da moralidade, a dissolução da família e da vida social pelo divórcio e pelo amor livre [...]” (ANDRADE, 1935, p. 117).

Além desses aspectos, reparou-se que o catecismo na *Revista do Ensino* foi tão citado quanto a Bíblia como fundamento. Era mais um fator de estabelecimento de doutrinação pedagógica por meio do periódico. O uso da referência bíblica apareceu nove vezes; o catecismo, idem. Houve seis autores que resolveram citar ambos os fundamentos. O catecismo foi abordado pela primeira vez na *Revista do Ensino* na edição 8, por Amellia de Rezende Martins (1925)⁴⁰. Em resumo, o texto, intitulado “Crucifixo”, contém orientações pedagógicas direcionadas às professoras catequistas em sala de aula. A autora critica os manuais tradicionais de catecismo, afirmando que tinham ilustrações feias, que eram desinteressantes; por isso, sugere às professoras que utilizem o cinema para diversificar o ensino religioso em detrimento daqueles manuais.

A crítica aos manuais de catecismo localizada no texto da Martins (1925) foi realizada, ainda, pelo padre Álvaro Negromonte. De acordo com Orlando (2008), a razão residia na didática com que os manuais estavam sendo dados nas escolas. Na opinião do padre, eram ministrados de maneira isolada e conteudista, com isso provocavam desinteresse nas crianças. Para resolver o problema, o padre propunha a Pedagogia Ativa como a mais adequada para tal fim; ou seja, ele escreveu manuais e livros de catequese como a *Pedagogia do catecismo*, uma de suas obras mais famosas. Ele fez questão de reconfigurar as aulas de religião à luz de princípios da Escola Nova, enfatizando o uso da psicologia experimental. Com isso, deu início ao movimento de renovação catequética no interior da Igreja (ORLANDO, 2008).

No entanto, na *Revista do Ensino*, não foi localizada nenhuma lição de catecismo do padre Álvaro Negromonte. Ele publicou *um* artigo no número 80 tratando do ensino religioso, defendendo-o no campo da escola pública, expõe a doutrina do cristianismo e a história da Igreja Católica. Não por acaso, citou e comentou trechos da encíclica *Divini Illius Magistri* para embasar sua redação.

Igualmente a Amellia Martins e Álvaro Negromonte, Marie Fargues⁴¹ fez crítica aos manuais antigos de catequese em texto publicado no número 77 da *Revista*

⁴⁰ Amellia de Rezende Martins foi uma escritora e intelectual militante católica brasileira defensora do ideário católico em âmbito político e social, envolvida com a imprensa periódica do Rio de Janeiro. Sua militância política também se deu junto à associações nacionais como a Associação Brasileira de Educação e como a Associação Social Brasileira.

⁴¹ Marie Fargues foi uma escritora católica defensora dos princípios da Escola Nova atrelados catecismo para a educação, e assim como ela, pode-se listar tantos outros intelectuais católicos que assumiram essa mesma postura conciliatória da Escola Nova Católica, como por exemplo: Mario Casasanta, Everardo Beckheuser, Alcina Beckheuser, Jonatas Serrano, o padre Leonel Franca, e Waleska Paixão, dentre

do Ensino. Mas ela acrescentou que o problema do desinteresse discente no ensino religioso não estava propriamente no formato das lições; estava na didática e nas mudanças experimentadas pela sociedade republicana, cujas famílias haviam abandonado a educação moral e deixado de lado a religião. Para ela, era lamentável tal comportamento:

[...] quando a educação no lar se fundava sobre o Christianismo, quando o pai e a mãe, davam o exemplo de uma religião viva e vivida; a idéa cristã era então familiar as crianças; colocadas diante deste pequenino livro técnico não se chocavam de encontro a palavras ininteligíveis. Mudaram os tempos. Para fazer entrar nestes cerebrozinhos o ensino religioso não bastam mais estas formulas secas que esgotam os recursos dos catequistas. Daí a necessidade de aperfeiçoar os nossos metodos, de nos adaptarmos. [...] Este dever de adaptação não compete unicamente aos catequistas, mas a seus auxiliares leigos, encarregados frequentemente da tarefa mais delicada, que é a do início [...] (FARGUES, 1932, p. 68–69).

Como se lê, a autora recomenda uma saída para a retomada do ensino religioso nas escolas públicas: entusiasmo maior do professorado para, conseqüentemente, que tente entusiasmar os alunos. Aos professores católicos e leigos que davam aulas de catecismo, ela recomendou modificar e adaptar seus métodos de ensino aplicados, adequando-os aos pressupostos pedagógicos da Escola Nova. Ela propôs a “Escola Declory do Menino Jesus”, na página 82 desta edição 77, que Jesus Cristo havia se tornado o centro de interesses ou foco da lição proposta. Desse modo, foi mais uma publicação que divulgou os princípios da Escola Nova Cristã no interior da *Revista do Ensino* para os professores. Uma compreensão possível situa tais desdobramentos era o contexto histórico do movimento de restauração católica no âmbito da educação, que em Minas Gerais se valeu da Imprensa Oficial para propagar suas propostas didáticas.

Além disso, o texto de Fargues (1932) deixa entrever a representação da preocupação explícita da Igreja Católica por perder adesão religiosa de muitas famílias no contexto republicano; ou seja, ante o imperativo da escola laica e predominância de princípios liberais e positivistas. Nesse sentido, a Igreja reconheceu que precisava alcançar muitas crianças por meio de professores catequistas para tentar formar uma nova geração de cristãos. Nesse contexto, a Igreja Católica persistia irreduzível na luta

outros, sendo que a maioria destes autores foram mencionados pela professora Irma Olga no número 128-133, no seu artigo intitulado de Escola Nova Cristã.

pela autorização e permanência do ensino religioso nas escolas públicas, isto é, garantir a manutenção desse ensino para o êxito da restauração católica da sociedade brasileira.

Em relação aos conteúdos católicos que representaram a Pedagogia de Jesus Cristo com ilustrações (reitera-se que a primeira imagem católica veiculada pela *Revista do Ensino* saiu no número 23, de 1927 e já exposta). Contudo, destaca-se que a Maria Luiza de Almeida Cunha⁴² foi a autora que mais utilizou recurso imagético em suas publicações para tratar do ensino religioso entre 1925 e 1940. Além dela, apenas o Alberto de Oliveira, no número 23, fez uso desse recurso visual.

O contexto vivenciado em Minas Gerais quando Maria Luiza Cunha publicou seu texto com as lições de catecismo, a conjuntura era de comemoração dos católicos, que no governo de Antônio Carlos tinham alcançado a autorização da volta do ensino religioso às escolas públicas do estado em 1929. No número 74, o texto “A vida de Jesus e o ensino do Catecismo” (com aprovação eclesiástica), a autora inicia a sua redação, explicitando que:

O Governo Mineiro vindo ao encontro dos católicos com a permissão do ensino de catecismo em suas escolas, cria para os nossos catequistas responsabilidades novas e prementes [...] o executivo estadual cioso das regras da Pedagogia Ativa exige por todos os meios e modos a homogeneização do ensino em obediência à psicologia infantil vencendo os preconceitos de vários dos seus antecessores, o Presidente Antônio Carlos não poderia certamente estimar que nos furtássemos, nós católicos, às diretrizes com que em boa hora entendeu remodelar a Escola Mineira (CUNHA, 1932, p. 13).

Em um contexto histórico favorável ao retorno do ensino religioso às escolas públicas, garantir a permanência desse ensino exigiu que a Igreja se mobilizasse. Assim, fora, acionados professores de escolas católicas para assumirem as aulas de ensino religioso nas escolas públicas mineiras. Como diz Biccás (2008, p. 193), “[...] seria impossível contratar pessoas que cobrissem as inúmeras salas de aulas existentes em todo o Estado”. Na conjuntura de relações de harmonia entre Estado e Igreja, nos números 74, 75 e 76 a *Revista do Ensino* publicou vinte lições de catecismo. Assim, Minas Gerais, além de autorizar a volta do ensino religioso, concedeu sua imprensa oficial para veiculá-las. Como revista de conteúdo educacional, o periódico já

⁴² Maria Luiza de Almeida Cunha tornou-se Assistente Técnica da Educação na Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte, e antes desse cargo ela foi assistente da professora Helena Antipoff nesta Escola Normal da capital mineira, para a *Revista do Ensino* escreveu na condição de Assistente Técnica.

funcionava como manual didático e instrumento de formação de professores; mas passou a oferecer uma quantidade densa de material pedagógico religioso adicional. Este poderia servir para orientar as aulas de catequese, além de atrair os demais educadores que liam a revista para a temática da religião na escola. Portanto, Minas Gérias contornou a prescrição de escola pública laica vigente em nível nacional, ou seja, disseminou a religião no campo da educação, de modo que a Igreja se fortaleceu ainda mais por meio da imprensa.

Cunha (1932) publicou as lições didáticas de forma sequenciada e com uma feição de manual de catequese, a partir do número 74. As sete primeiras lições ocuparam o espaço total de oito páginas. Eram ilustradas com imagens de Jesus e seus familiares, mapas da Judeia, passagens da Bíblia e reflexões cristãs. Eis seus nomes e respectivas páginas:

- “1ª Lição: Belém de Judá — cidade de David — Situação: Espéto — ‘Eleita por Deus para ser o berço de Jesus’” (p. 14–15);
- “2ª Lição: O estabulo — os designos misteriosos de Deus — A Santíssima Trindade — Amor á pobreza” (p. 15–16);
- “3ª Lição: Os anjos — ‘Gloria a Deus nas alturas e paz na Terra aos homens boa vontade’ — Incarnação do Verbo — Ave Maria” (p. 16–17);
- “4ª Lição: Os pastores — ‘Cheguemos até Belém a fim de ver o Verbo que Deus nos enviou’ — A natureza humana — O desejo de conhecer Nosso Senhor” (p. 17–18);
- “5ª Lição: Maria Santíssima — ‘Conservava ela todas estas palavras e meditava-as em seu coração’ — A mais perfeita dentre as criaturas humanas” (p. 18);
- “6ª Lição O nome de Jesus — Misterio da Redenção” (p. 18–19);
- “7ª Lição Apresentação de Jesus no templo — Simeão — A Paixão e Morte de Jesus” (p. 19–20).

No número 75, foram expostas mais seis lições de catequese, que ocuparam o espaço total de sete páginas. Iniciam-se na oitava lição e terminam na décima terceira, todas ilustradas com imagens de Jesus e seus familiares, mapas, passagens bíblicas, reflexões cristãs. Eis seus nomes e respectivas páginas:

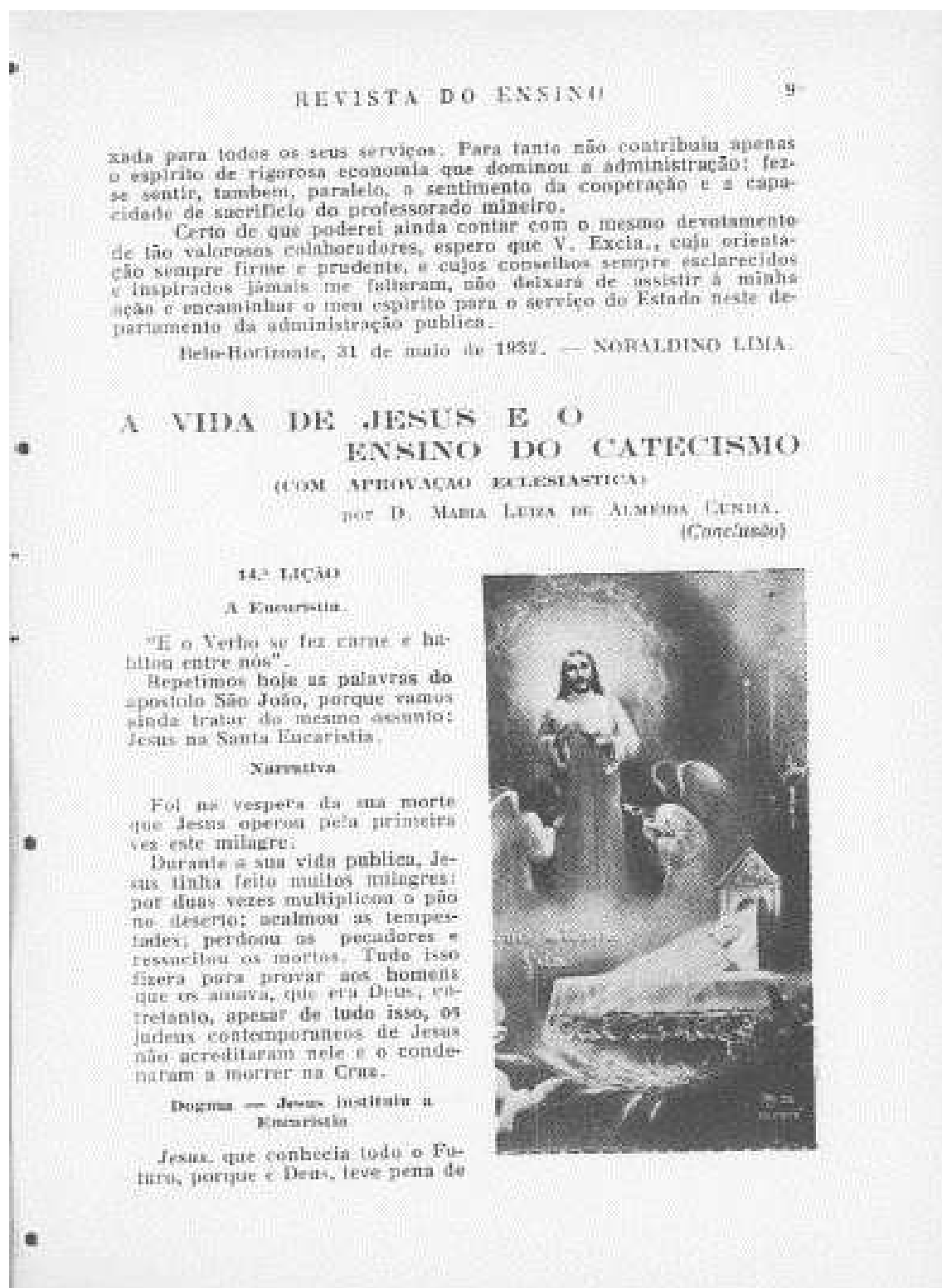
- “8ª Lição: Os magos. ‘E prostando-se, éles o adoraram’. Deveres para com Deus. — Os 3 primeiros mandamentos” (p. 9–10);
- “9ª Lição: Herodes — Deus castiga os máus. A vida eterna” (p. 10–11);
- “10ª Lição: Fuga para o Egito. São José. Modelo da confiança em Deus (Mostrar no mapa onde fica o Egito)” (p. 11);
- “11ª Lição: Os santos inocentes – O primeiro sangue que correu por Jesus” (p. 11–12);
- “12ª Lição: Traçar no quadro negro um ligeiro esquema da Palestina. Mostrar que a Galileia é a província que fica no norte do país. Comparar com a situação da Judeia. Localizar Nazaré. Indicar o Egito” (p. 12–13);
- “13ª O altar — Berço frio de Jesus” (p. 13–14).

O número 76 foi a edição da conclusão das lições didáticas de catecismo, com mais sete lições seguidas, que ocuparam dez páginas. Iniciam na décima quarta lição e terminam na vigésima, ilustradas com imagens de Jesus e sua mãe, seus apóstolos e discípulos, anjos, cerimônia da Santa Ceia e passagens da Bíblia com reflexões cristãs. Eis os respectivos nomes e páginas:

- “14ª Lição: A Eucaristia” (p. 9–10);
- “15ª Lição: A alma pura — Berço predilecto do Jesus” (p. 11–12);
- “16ª Lição: Necessidade de purificar a alma para Jesus” (p. 13–14);
- “17ª Lição: Necessidade de adornar alma para Jesus” (p. 14–15);
- “18ª Lição: A Fé” (p. 15–16);
- “19ª Lição: A Esperança” (p. 16–17);
- “20ª Lição: A Caridade” (p. 17–18).

Observa-se que uma característica marcante das lições de catequese era a natureza da sua extensão. Em média, cada lição ocupava de uma a duas páginas; na maioria dos casos, era no mínimo meia página. A figura a seguir exhibe imagem da página 9 do número 76, que abriga o começo da décima quarta lição, que ocupou sozinha as páginas 9–11. É ela a lição mais longa.

FIGURA 5. Lições de catecismo na *Revista do Ensino*, intituladas de A vida de Jesus e o ensino do catecismo, n. 76, 1932



Fonte: *Revista do Ensino* (1932, n. 76, p. 9)

Como se vê, a imagem exhibe a recomendação do dogma cristão. No segundo subtítulo está escrito “Dogma — Jesus instituiu a Eucaristia”. A eucaristia é um ritual religioso sagrado para os católicos: promove a comunhão entre os seus pares. Orlando (2008), analisando o pensamento do padre Álvaro Negromonte, observou que para ele os sacramentos têm uma função autorreguladora que auxilia no controle dos instintos da natureza humana. Sobre esta celebração religiosa a autora elucidou que:

A Eucaristia, por exemplo, segundo Negromonte, produz efeitos na alma e no corpo. Quanto à alma, ela produz um aumento da graça, por conter em si o próprio Cristo, e estabelece uma união profunda entre Este e a pessoa que comunga, excitando, com isso, o fervor dos fiéis. Vale ressaltar que o fervor é compreendido, por Negromonte, como a “disposição para serviço de Deus e a prática da virtude, e não propriamente uma excitação sensível, que não faz parte da santidade” [...] Quanto ao corpo, a Eucaristia modera as paixões, uma vez que produz um aumento da caridade diminuindo com isso, as paixões que se opõem à caridade; agindo diretamente sobre o corpo, “a carne de Cristo diminui os sentimentos desordenados: ‘a nossa carne transformando-se na carne de Cristo vai tomando aos poucos as suas virtudes’” (ORLANDO, 2008, p. 232).

Nesse sentido, a exposição do ensino religioso na *Revista do Ensino* almejava uma formação que modelasse corpos e mentes, que orientasse comportamentos pela instituição da norma pedagógica cristã na educação escolar pública. De maneira geral, considerou-se que as lições de catequese expunham um projeto editorial que se baseava nos pressupostos da Escola Nova cristã. Desvencilhar-se dos manuais antigos de catequese era, então, renovar a aparência das lições sem abrir mão das figuras ilustrativas de santos católicos e dos textos, que na nova versão adaptada foram apresentados aos leitores com menos rebuscamento. Considerou-se que todos esses conteúdos se erigiram como proposta didática para o ensino religioso em sala de aula nas escolas públicas; como incentivo constante aos professores a porem em prática princípios da Pedagogia de Jesus Cristo.

3.4 O ideário católico na docência: textos para a professora atuante e a normalista

O exame de enunciados da pedagogia católica que a *Revista do Ensino* estampou no período 1925–1940 parte para conteúdos direcionados às professoras primárias, normalistas recém-formadas e demais professores mineiros. Antes de adensar nas análises e verificações de conteúdos pedagógicos religiosos, convém expor como se apresentavam às professoras atuantes, as recém-formadas e aos professores no interior

da revista. Antes de discorrer sobre como tais conteúdos podem ter firmado a ideia de magistério como sinônimo de missão, vocação, destino, sacrifício e sacerdócio, como lugar da mulher, importa reiterar alguns esclarecimentos.

Com efeito, Louro (2001) e Almeida (2004; 2014) elucidam que no contexto republicano — os primeiros anos do século XX — e — no caso deste estudo — nos anos 1925–1940, havia um consenso na sociedade de tom patriarcal: a mulher devia ficar restrita ao espaço doméstico e ser educada para exercer os papéis sociais de mãe e esposa. Era enxergada como ideal para educar, visão esta explicitada no discurso de que o instinto maternal faria a mulher cumprir essa tarefa. Por isso, seria a mão de obra mais adequada e *mais barata* para a obra educacional escolar. Afinal, ao homem cabia ganhar mais, porque era o provedor do lar. Reforçava-se, socialmente, que a mulher poderia ganhar menos em qualquer trabalho fora de casa.

Às professoras, como disse Noraldino de Lima na *Revista do Ensino*, número 109, era missão o trabalho escolar, pois se vinculava à maternidade. Assim, tentava-se modelar a imagem social da mulher aos moldes da doutrina católica, correlacionando-a com princípios cristãos em sua formação. Eis o tom do texto:

[...] a melhor professora é aquela que possui mais acentuadamente o instinto maternal. Ser mãe é renuncia [...] “Bendita é a missão da professora [...] trocando o que de empolgante e sedutor oferece a vida, pelas consolações íntimas e pelas esperanças inextinguíveis no reino que, como o Cordeiro de Deus, não é deste mundo [...] “A mulher teve na Igreja a sua redenção [...] Assim Senhoras diplomandas [...] vosso esforço, inteligência e vocação tem perspectivas admiráveis [...] A imitação de Christo” Senhoras diplomandas [...] (LIMA, 1934, p. 1–9; 22, grifos nossos).

Nesses termos, fica evidente que o trabalho da mulher, incentivado pelo discurso católico, teria utilidade para o estado, evidenciada nesse fragmento, proferido por um representante da educação pública mineira. Assim, no contexto republicano das quatro primeiras décadas do século XX, o Estado desejava ampliar a escolarização popular, mas sem se preocupar em remunerar a classe trabalhadora docente. Desenvolvia-se cada vez mais uma política educacional que implicava a feminização do magistério, porque as mulheres se sujeitavam aos salariais oferecidos, pois era oportunidade de se libertarem um mínimo da restrição à vida doméstica.

É claro, de um modo ou de outro, mantinham-se presas socialmente à responsabilidade maior: ser mãe e esposa, pois essas condições eram projetadas no magistério. Responsabilidade esta que o discurso doutrinador da religião contribuía para reforçar, o que se acrescia aos ditames de conduta para a mulher, fundados em concepções patriarcais que a sociedade, por si só, já atribuía, como as expectativas de que fossem úteis a pátria. Se conseguisse autorização do pai ou do marido, a mulher que escolhesse lecionar no ensino primário seria vista como responsável por uma missão: ajudar o país a alcançar o progresso mediante sacrifícios laborais em nome da escolarização do país (ALMEIDA, 2014). Assim, faz muito sentido aqui o que pensam as autoras Louro (2001) e Lopes (2017), que a mulher submersa no contexto histórico aqui delineado, esta sociedade republicana considerava o magistério como a sua missão e vocação pessoal, sem precisar necessariamente, do ideário católico para difundir tal ideário junto às famílias.

Durante as primeiras décadas do século XX, o magistério representou praticamente a única carreira aberta às mulheres, apesar de algumas também procurarem pela enfermagem. *O fato de não terem amplo acesso às demais profissões fez do magistério a opção mais adequada para o sexo feminino*, o que foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade do trabalho do lar. (ALMEIDA, 2004, p. 77, grifos nossos).

Nesse sentido, observou-se que na *Revista do Ensino* foram veiculados discursos com ênfase na caracterização do magistério como missão e vocação, mas não dão margem para derivar um sentido estrito/ e explicitamente religioso-católico. A ressalva adverbial se justifica porque o catolicismo estava entranhado na sociedade mineira. Indiretamente, o discurso pró-educação progressista era recebido por um leitorado de orientação religiosa católica, ainda que distinto no grau de adesão a tal credo.

Cabe pensar, então, que as inovações pedagógicas apresentadas nos textos pudessem ser questionadas na leitura feita por um público leitor de formação social e escolar conservadoras (famílias de tradição; escolas confessionais), conservador nos costumes (restrição das mulheres à vida privada, ao lar, separação de homens e mulheres em âmbitos de sociabilidade como a escola), imerso na tradição (as origens católicas do povo mineiro). Esse leitorado poderia relativizar os discursos da revista, interpelá-los e acrescentar-lhes um sentido religioso, pois missão e vocação eram atributos para o magistério validados pela pedagogia de orientação católica. Lecionar

era missão pedagógica que exigia o chamado vocacional da religião, pois para os católicos a escola era *o lugar* para a mulher trabalhar.

Embora os governantes tivessem tentado alcançar todo o professorado, conforme explica Almeida (2004), de fato com o tempo, o magistério paulatinamente foi se constituindo como um lugar de trabalho *feminino*. Em meio a uma série de fatores, destaca-se o interesse do estado em mão de obra barata, o que punha os homens em situação privilégio: poder escolher ocupar cargos mais elevados na hierarquia funcional da educação, melhor remunerados, de maior reputação social. Prova disso é que as mulheres se tornaram maioria na escola primária em Minas Gerais. Essa realidade foi exposta na *Revista do Ensino* número 158-163, por Eliseu Laborne e Vale, chefe do departamento de Educação. Disse ele: “Quasi a totalidade das classes primárias, em Minas é regida por elementos femininos [...] professoras de minha terra [...] sois mestras [...] lecionais com a inteligência e com o coração” (VALE, 1939, p. 6).

A feminização da docência na escolarização primária tinha, nos interesses do Estado, uma de suas justificativas máximas e que se coadunava com as razões da Igreja. À missão e vocação, acresciam-se o sacerdócio, e o dever sagrado da mulher-mãe-professora. Com efeito, o magistério se tornou a opção cancelada de trabalho para a mulher. Almeida (2004) endossa essa compreensão:

O grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelos dirigentes do sistema escolar [...] *o imbricamento dos atributos de missão, vocação ou sacerdócio com o desempenho da docência não se referia apenas às mulheres, mas ao professorado de um modo geral*. Professores e professoras estavam imbuídos do *dever sagrado* de conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, as quais, por sua vez, levariam ao progresso da nação. *O magistério alicerçou-se como trabalho feminino em definitivo e manteve as prerrogativas conquistadas* (ALMEIDA, 2004, p. 81, grifos nossos).

Lopes (2017) também reitera este argumento da convergência do magistério para a mão de obra feminina: teria havido um consenso social de que a mulher, sobretudo a professora primária deveria ter um conjunto de virtudes convencionadas pelo cristianismo: devoção, humildade, doçura, paciência, silêncio, prudência, discrição, zelo, generosidade, vigilância e firmeza. Estes eram os pré-requisitos para serem consideradas boas mestras pela sociedade (LOPES, 2017).

Não por acaso, tais virtudes foram divulgadas por Guerino Casasanta, no número 89 da *Revista do Ensino*. Disse ele no texto, “A nossa missão”: “[...] nós os professores

somos o exemplo vivo das crianças [...] modelos de virtudes, de equilíbrio, e de honestidade [...] é necessário sempre volver os olhos para Deus pedindo-lhe a paciência, a bondade, a brandura, a simplicidade]” (CASASANTA, 1933, p. 38). Essa perspectiva educacional católica dirigida, sobretudo, a professoras primárias e normalistas recém-formadas e difundida via *Revista do Ensino* se abre à análise de como eram as prescrições pedagógicas para esse público leitor em especial; ou seja, como eram as instruções para seu fazer pedagógico, sua vida moral e social.

Com efeito, a Igreja Católica tinha interesse em que o magistério se feminizasse porque as suas Escolas Normais demonstravam essa tendência. Nas escolas normais públicas, a Igreja precisava reconquistar o público feminino para incentivar o ensino religioso dentro do espaço escolar público e, assim, assegurar a disseminação dos princípios pedagógicos cristãos: combater a escola laica, focar na restauração católica (PEIXOTO, 1993; AZZI, 1994). Como as mulheres eram maioria no magistério, era preciso comunicar diretamente com elas; e para esse fim a *Revista do Ensino* foi amplamente utilizada; conforme observou-se, nela se encontram discursos persuasivos sob a égide do cristianismo. Nesse sentido, além de ser um manual didático para professoras, com o passar dos anos a revista se tornou um tipo de manual de catequese (vide o gráfico). Dirigia-se, diretamente, a elas porque foi modelada para se comunicar com as professoras como público leitor por mãos e mentes de editores que tinham vínculos sólidos, institucionais até, com a Igreja.

Dito isso, o primeiro aspecto a ressaltar acerca dessa gama de conteúdos endereçados majoritariamente às professoras e às normalistas recém-formadas é que eles embasavam-se na Pedagogia de Jesus Cristo, como se lê nesta passagem de Mario Casasanta na *Revista do Ensino*, número 78:

Sois alunas de Jesus Christo, o Mestre dos mestres, cuja prégação maravilhosa é uma incomparável lição de perfeição. Batei-vos para realiza-lo e daí a êle todas as energias de vosso corpo, e de vosso espírito, certas de que, assim agindo haveis de iluminar a consciência dos homens e de consolar as agruras dos homens, sobre a casca dolorida e dolorosa de terra” (CASASANTA, 1932, p. 19, grifo nosso).

Então paraninfo em cerimônia de normalistas formandas no 2º Grau do Collegio Sagrado de Jesus, Mario Casasanta proferiu outra fala de tom similar, como se lê na *Revista do Ensino* número 29. Disse ele:

Minhas boas amiguinhas [...] Apontando-vos Christo como mestre da pedagogia [...] Dae pois, não só ás outras materias, mas também e principalmente ao catecismo a forma originaria e perfeita que lhe imprimiu o grande Mestre [...] a principal virtude que deveis cultivar: o amor aos pequeninos (CASASANTA, 1929, p. 80–85).

Observa-se que a ordenança do *amor às crianças* recebia era um princípio a ser cultivado como se fosse o amor materno. Esse aspecto era constantemente reiterado pelos autores de orientação católica; e até por não religiosos. O consenso social dos que publicavam na *Revista do Ensino*, era o de validar a carreira do magistério como missão paternal e maternal. Por isso, afirmaram no número 30 que: “[...] os professores aquelles que receberam de Deus a divina e gloriosa missão de melhorar as almas, esses julgam-se guias e paes, paes cheios de affecto, guias cheios de responsabilidades” (REVISTA DO..., 1929, p. 95). Além de textos com tal veemência, destacam-se outras referências como as do arcebispo de Diamantina Joaquim Silvério de Souza no número 79, acerca do magistério como missão e recomendação do amor maternal à professora para com os seus alunos, assegurando-lhe que o magistério tem origem na maternidade da Igreja:

[...] professoras [...] Para os alunos que vos confiam sois mãis, participais da maternidade da Igreja e dela recebeis fecundidade virginal” [...] “Mas de Deus, digo-vos eu, recebestes as prendas de espirito e de coração para a excelsa missão de educadoras. [...] Abençõe nosso bom Deus vossos passos! (SOUZA, 1933, p. 29-30).

Outra nuance desse mesmo discurso católico do então arcebispo de Diamantina é a conformação do magistério como missão divina, e sacerdócio pessoal da professora. Para suscitar nas docentes o senso de atribuição de importância ao trabalho, o arcebispo Dom Joaquim Silvério de Souza até o alinha o exercício docente no nível do trabalho Papa Pio XI. Assim, em discurso dirigido às formandas do Grupo Escolar de Diamantina e publicado no número 79, ele afirma:

A vós também, incançaveis professoras, heroicas operarias do futuro da sociedade, cumpre esta alta missão. Vosso ministério é muito semelhante ao nosso sacerdote, dir-vos-ei como Pio XI: “Sois participantes do nosso divino magistério. Ide ensinai, disse Jesus aos seus apóstolos”. Que é que fazeis vós? Ensinais. Esta vossa ocupação, esta vossa Cruz, nem sempre leve, mas sempre gloriosa, porque a família, a sociedade civil e a religiosa estão em vossas mãos (SOUZA, 1933, p. 29).

Reparou-se que, na lógica dos autores católicos em geral, o magistério encontra sua essência na Pedagogia de Jesus Cristo, é como se fosse um ministério. Semelhantemente a esse fragmento, a maioria de tais autores incentivava as professoras a tomarem a sua cruz — o magistério —, como se fossem sacerdotisas, para ensinarem não só conteúdos escolares, mas ainda princípios da educação cristã. Nessa concepção pedagógica, os autores pressionam a professora dizendo que a família e a sociedade civil puseram nas mãos dela a responsabilidade de ensinar a religião a seus alunos; era-lhe imperativo disseminar a doutrinação religiosa em meio ao alunado. Assim, os autores apelam para que as docentes dessem aulas com alegria — mesmo que sua tarefa exigisse sacrifícios e renúncias pessoais. Se tal atitude soa algo paradoxal, era atestado pela religião como privilégio.

Outro texto publicado na *Revista do Ensino*, edição 26, alude a essa função educativa da professora como sacerdócio. O discurso de Mario Casasanta:

Senhoras professoras [...] Encarae a vossa escola com aquele espirito superior com que se deve encarar as coisas sagradas [...] esforçai-vos por conservar dentro de vós como um fogo sagrado, de que *sois sacerdotisas*, as santas esperanças [...] Não leveis a vossa tarefa como uma cruz a carregar. A tarefa de ensinar está longe de ser Calvário, quando ensinava Jesus, escolhia o caminho de flores, as águas mais bonançosas e mais risonhas [...] Não leveis a vossa tarefa como uma cruz pesada. (CASASANTA, 1928, p. 80–83, grifos nossos).

Observa-se nesse fragmento a exposição da figura da professora, a quem é sugerido sentir-se como sacerdotisa inspirada em Cristo, que na lógica do cristianismo é interpretado como sumo sacerdote: aquele que se sacrificou na cruz do calvário, que sofreu. Como tal, a religião católica crê que Cristo desenvolveu seu ministério terreno com alegria e sorrindo, realizando a tarefa de ensinar as pessoas em geral, e às crianças em particular, à buscarem a Deus. É justamente essa parte do contentamento na tarefa de ensinar que os autores de orientação católica, na *Revista do Ensino*, faziam questão de ressaltar como incentivo à professora. Chamavam-na de “Mestra”, para intimá-la a se sentir partícipe do mundo religioso católico com convicção. Diziam que a chama deveria arder em seu suposto ministério — o fogo sagrado — e que esse fogo a “purificaria” para exercer a tarefa sagrada de educar; tal era o raciocínio dos autores mencionados antes que publicavam na *Revista do Ensino*.

Outros discursos que tomavam a professora como sacerdotisa salientavam essa mesma recomendação para elas; ou seja, era necessário se “prepararem” e se

“purificarem” buscando forças em Jesus Cristo antes de adentrarem todos os dias na classe de aula, e se doarem ao ideal pedagógico cristão. Na edição 104 da *Revista do Ensino*, reitera-se que essa concepção recomendava um princípio central da pedagogia cristã:

O sacerdote purifica-se para receber o Deus da perfeição. *A professora, qual sacerdotisa, deverá purificar-se cada dia*, mas para se dar às almas inocentes insuflando-lhes a sua própria alma [...] Jesus o Mestre dos Mestres, deu com toda a sua vida, a lição do exemplo, a mais sublime das lições na terra! (ARMOND, 1934, p. 42, 48, grifo nosso).

Outro texto como esse recomenda inclusive que a professora não se descuide deste sentimento sacerdotal, nem quando ela parasse de lecionar. Tal era a intensidade do apelo católico na *Revista do Ensino* de número 78. Pretendia-se doutrinar as concepções pedagógicas, morais e sociais das professoras primárias e das normalistas.

Assim como ao sacerdote não é lícito desvirtuar-se do seu caráter sagrado, ao transpor os umbrais do templo, após haver celebrado o ofício divino, também ao professor não é dado despojar-se dos seus atributos, apenas tange a sineta assinalando o encerramento das aulas [...] Sras. Professoras, há na vossa missão um quid de divino que muito custa a afeiçoar á argila de que somos todos plasmados. A vida do professor deve ser uma consagração de todos os instantes á causa do aperfeiçoamento moral, da elevação mental dos pequenos seres humanos que os lares confiam à escola para que esta lhes guie os passos incertos no terreno das primeiras realizações [...] Trabalhe o professor com o cérebro, com a inteligência, porem, acima de tudo, com o coração (VAZ, 1938, p. 58–62).

Assim como o autor dessa passagem, Pedro Vaz (é possível que fosse professor), o arcebispo Dom Joaquim Silvério de Souza, também autenticava o magistério como sinônimo de missão divina e sacerdócio pessoal da professora. Reiterava a exigência de muitos sacrifícios e renúncias pessoais, e o amor à missão pedagógica.

Em sentido cronológico, o primeiro conteúdo católico encontrado na *Revista do Ensino*, em que se identificou a comunicação direta para as professoras e normalistas recém-formadas e aos demais professores, encontra-se na capa da edição 11 da *Revista do Ensino*, ou seja, no texto “Oração da Mestra”. Apesar de a autora, Gabriela Mistral⁴³ — segundo Büschel (2016) —, não ser católica propriamente, ela

⁴³ Gabriela Mistral, segundo da *Revista do Ensino* (1926) número 11, era poeta e educadora chilena. Ocupou a chefia da secção de letras no Instituto de Cooperação Intelectual da Liga das Nações. De acordo

foi influenciada pelo cristianismo em sua família; e isso pode justificar a escrita de um texto como esse, onde se divulga que orar e crer no cristianismo ajuda a obter forças para desempenhar a tarefa do magistério. Sete anos depois, esta mesma oração foi republicada na edição 95, em 1933. A primeira página traz o mesmo enunciado, atribuído à mesma autora; muda-se o título: de “Oração da Mestra” para “Oração do Mestre”, mas o conteúdo do texto é exatamente o mesmo. (FIG. 6).

Lendo-se o texto da oração, repara-se que ele é direcionado a todas as professoras mineiras, em que se pode destacar as do ensino primário. O texto dá a entender que é uma oração realizada por uma professora desse nível escolar. A oração apresenta um clamor a Jesus Cristo, mesmo que seu nome não tenha sido explicitado. As súplicas da professora são dirigidas a quem chama de *Mestre*. Dado o que já foi dito sobre Pedagogia de Jesus Cristo e o uso do vocábulo “Mestre” na *Revista do Ensino* — interpretado pelos autores como o Mestre dos mestres, inspiração para os professores —, então se intui que o eu lírico feminino da oração aluda ao mestre Cristo.

Essa visão de professora como mestra, que acredita nos ensinamentos de Jesus, é reiterada ao longo dos demais discursos católicos endereçados às professoras primárias e às normalistas recém-formadas, assim como às demais professoras mineiras. Esse conteúdo se alinha nos demais discursos que admoestam as professoras a se sentirem como mestras; a se inspirarem em Jesus para conseguirem amar as crianças em sua sala de aula; a serem abnegadas e dedicadas; a encararem seu trabalho pedagógico como missão terrena cheia de renúncias pessoais.

Na “Oração da Mestra”, observam-se princípios da Pedagogia de Jesus Cristo explicitados antes. O texto insta a professora a evocar forças para se dedicar ao magistério, para ser mais mãe que todas as mães: fazer o sacrifício de amar e defender seus alunos tal qual o faria se fossem os filhos dela (carne de sua carne).

com Büschel (2016), ela não era católica, mas tinha uma avó muito católica que lhe solicitava que lesse a Bíblia Sagrada diariamente em seu quarto. Em 1945, “[...] ganhou o primeiro Prêmio Nobel na América do Sul, [...] chilena, escritora e poeta, educadora autodidata e que integrou o corpo diplomático do Chile, exercendo as funções de Consulesa”. (BÜSCHEL, 2016, p.1).

FIGURA 6. Oração da Mestra, *Revista do ensino* n. 11, 1926

“Senhor! Tu que ensinaste, perdôa que eu ensine e que tenha o nome de mestra, que tiveste na terra. Dá-me o amor exclusivo da minha escola: que mesmo a ansia da beleza não seja capaz de roubar a minha ternura de todos os instantes. Mestre, faze perdurável em mim o entusiasmo e passageiro o desencanto. Arranca da minh'alma o subalterno desejo de justiça que ainda me perturba, o mesquinho assomo de protesto que sobe do coração quando me ferem. Não me doa a incompreensão, nem me entristeça o olvido dos que ensinei. Dá-me que eu seja mais mãe do que as mães, para poder amar e defender, como as mães, o que não é carne da minha carne. Dá que eu alcance fazer uma das minhas discipulas o meu verso perfeito e deixar gravada na sua alma a minha mais penetrante melodia, que assim ainda há de cantar quando os meus lábios não cantarem mais. torna possível o teu Evangelho nos tempos que ocorrem, para que eu não renuncie á batalha de cada dia e de cada hora, em prol de seu ensinamento. Põe na minha escola democrática o resplendor que auréola leva o teu bando de meninos descalços. Faze-me forte no desvalimento de mulher, e de mulher pobre; faze que eu despreze todo poder que não seja puro, toda pressão que não seja a da tua vontade ardente sobre a minha vida. Amigo, acompanha-me. Ampara-me! muitas vezes só te terei a Ti ao meu lado. Quando a minha doutrina for mais casta, e mais queimante a minha verdade, ficarei abandonada dos homens, mas Tu me apertarás então contra o teu coração — elle que foi cheio de soledade e desamparo. E não buscarei mais que a doçura das aprovações em teu eu olhar. Dá-me sensibilidade e dá-me profundeza; livra-me de ser confusa e banal no meu ensino cotidiano. Dá-me que eu possa levantar os olhos do meu peito ferido, ao entrar cada dia na minha escola ponto que eu não leve á mesa de trabalho os meus pequenos desalentos materiais, as minhas mesquinhas dores de cada dia. Torna-me leve a palavra no castigo suavissima na carícia: reprehenda soffrendo, para que se saiba que corrigir amando! Faze-me que seja de espírito a minha escola de ladrilhos. Envolve a chamma do meu entusiasmo o seu apoio pobre, a sua sala nua ponto o meu coração esteja columna e a minha boa vontade, mais ouro que as comlunas e o ouro das escolas ricas. E, enfim, ensina-me [...] que ensinar e amar intensamente sobre a terra, é em chegar ao último dia com a lançada de Longuinos no flanco ardente do amor”.

FONTE: *Revista do Ensino* (1926, n. 11, p. 33)

Como se pode ler, o texto evoca abnegação exacerbada, ao ponto de a professora insinuar que no magistério uma doação plena a essa vida de professora exigia recusar o casamento. Para se dedicar com empenho à ocupação, a autora entende que a professora pode ser desprezada pelos homens e acabar ficando solteira. Essa dedicação integral era parte da missão, da vocação e do destino, do sacrifício. Nos termos da oração, “[...] ficarei abandonada dos homens, mas Tu me apertarás então contra o teu coração — elle que foi cheio de soledade e desamparo. E não buscarei mais que a doçura das aprovações em teu eu olhar” (MISTRAL, 1926, p. 33). Como ela está disposta a se sacrificar por esse ideal pedagógico, dá a entender que encontrou em Jesus Cristo seu eterno companheiro, que a recompensará por essas dificuldades até aqui mencionadas.

Com efeito, o texto da oração se coaduna com o texto “Dona Ephigenia”, publicado na *Revista do Ensino* de número 46, de 1940, e escrito por Aymore’ Dutra Assistente Técnico do Ensino. Ele descreve a vida de uma senhora, criadora de gatos e cachorros, que lecionou quarenta anos em Minas como professora pública e, de graça, dava aulas aos pobres. Solteirona, solitária e estéril, dedicou-se plenamente ao magistério, ao amor às crianças. Como professora aposentada, ela se contentava fazendo, ainda nos dias que lhe restavam, duzentas visitas à Igreja. O dado da visita desvela o modelo-exemplo de professora almejada, ou seja, exemplifica o que se discute aqui sobre abnegação e sacrifício, dedicação à missão de professora. Dito de outro modo, a visita da Igreja sugere que suas convicções pedagógicas eram permeadas pelo ideário católico.

Nesses textos, a incursão da doutrinação católica na educação via *Revista do Ensino* foi instrumental quanto a alcançar as professoras. A revista — cabe frisar — era oficial, ou seja, subvencionada pelo estado Minas Gerais, que nela investia para ter o máximo alcance possível. Nota-se a tentativa de inculcar nos professores, sobretudo nas professoras, princípios pedagógicos do catecismo; de admoestar quanto à crença na religião. Textos doutrinários tentavam persuadir as professoras a se tornarem católicas ou se manterem como tal. A tentativa contém traços de interferência até nas escolhas da sua vida pessoal e social. A doutrinação pedagógico-religiosa demonstra o interesse da Igreja em orientar a educação pública; reitera sua perspectiva acerca do magistério porque a Igreja estava empenhada no movimento de restauração católica, que se fortaleceu nos anos 1930–1940 – segundo Azzi (1979) – convém lembrar. A Igreja entendia que precisava reconquistar sua influência e hegemonia sobre o campo

educacional como um todo. Em Minas Gerais, a necessidade foi suprida a contento: a Igreja manteve relações de colaboração mútua com os poderes instituídos.

Observou-se uma conjuntura em que a perspectiva católica acerca do trabalho pedagógico da professora — sinônimo de sacrifícios e renúncias — propalada pela *Revista do Ensino* conciliava interesses do estado — veicular a proposta escolanovista — com interesses do clero — propagar pressupostos pedagógicos católicos. Essa foi “jogada política” unificadora da Escola Nova Cristã, que instruía o professorado a agregar os princípios renovadores dos métodos pedagógicos aos princípios pedagógicos catequéticos, reiterando a figura de Jesus, que dizia amar as crianças. Nessa perspectiva, os discursos pedagógicos e doutrinários recomendavam que as professoras amassem seus alunos como se fossem seus filhos, e por eles se sacrificassem, ensinando-lhes os saberes escolares segundo métodos da pedagogia moderna da Escola Nova, mas com o ensino de princípios da pedagogia cristã: instruções e prescrições para o cultivo de valores morais e espirituais tidos como importantes à educação de orientação católica.

Esse ideal pedagógico cristão católico instigava a crença de que, no porvir, as professoras seriam bem recompensadas pelos sacrifícios como mestras na missão terrena do magistério. Estimulavam-nas a aceitarem a condição salarial imposta e corroborada pelos discursos católicos. Tal faceta é, nas entrelinhas, descrita por Francisco Campos quando era Secretário do Interior e organizava a reforma educacional de Minas Gerais. Como político, inaugurou a Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte, em 1929, e, no discurso de inauguração (publicado na *Revista do Ensino*, número 32) falou aos professores, sobretudo às professoras presentes, que o magistério era sinônimo de missão, devotamento e sacrifício: “[...] senhoras professoras [...] nos seus propósitos de devotamento e sacrifício [...] depositárias da confiança mineira [...] que Minas Geraes sinta que os seus sacrifícios frutificam em verdadeira e authentica riqueza espiritual” (CAMPOS, 1929, p. 27). Sobre essa promessa de riqueza espiritual defendida pelo autor, pode-se dizer que, implicitamente, havia uma intenção de sensibilizar as professoras sob esse viés religioso, para conseguir minimizar a condição salarial precária da função.

Nesse sentido, à luz de Almeida (2004; 2014), Louro (2001) e Lopes (2017), compreendeu-se que tanto no discurso de Francisco Campos, quanto no texto “Oração da Mestra” de Gabriela Mistral, a religião ajudou a “normalizar” a condição da mulher: ganhar menos que o homem como desigualdade natural, que delimita o magistério como

instância laboral mais apropriada ao trabalho feminino. Eram convidadas, paradoxalmente, a enfrentarem *com entusiasmo* as dificuldades da carreira de magistério em escola primária, tais como: condições insalubres de trabalho, prestígio social de pouca relevância e remuneração ídem. O magistério deveria ser a cruz que Cristo — o Pedagogo supremo — carregou, como se lê no exemplo a seguir publicado no número 80 desta revista educacional:

Senhoras normalistas. Sois católicas, ides ser professoras católicas. Em nome das nossas tradições de povo crente, para a salvação das criancinhas das escolas, para que se poupem ao Brasil novas e mais largas desgraças, salvai a pedagogia brasileira. Conduzi as crianças para Christo. Ele as espera e quer. E ainda hoje as convida com os mesmos acentos de ternura com que chamava as criancinhas [...] Deixai-as ir. Levai-as. Para a salvação vossa, que cumpris o dever. Para salvação delas, que trilharão os caminhos do céu. E Ele, o Mestre, o Educador, o Pedagogo, que, criança, já ensinava a doutores, vos guie os passos e fecunde os esforços para que realizeis com fruto a ardua e sublime missão de educadoras (NEGROMONTE, 1933, p. 9–10).

Como se lê na fala do padre Álvaro Negromonte, então paraninfo em cerimônia de colação de grau das normalistas da Escola Normal de Belo Horizonte, ele as denominou de *professoras católicas*, assim como na “Oração da Mestra” (de Gabriela Mistral), percebe-se que a professora primária era chamada de “Mestra” a fim de lhes inculcar que eram dignas de serem chamadas por esse nome, porque eram seguidoras do Mestre divino; logo, eram as mestras a quem as crianças seguiriam na assimilação dos princípios educacionais da pedagogia cristã. Igualmente, o padre deu ênfase às mulheres: ele as considerava como mais adequadas para o magistério do que os homens.

No caso do ensino de catecismo, como explica Orlando (2008), o padre Álvaro Negromonte defendia a existência só de *professoras*. Com base na obra *Pedagogia do catecismo*, livro publicado pelo padre, a autora explica que a justificava dele para o que defendia residia em dois argumentos: a afirmação do padre de nunca ter visto catequistas homens, e a necessidade de homenagear mulheres catequistas.

São argumentos que parecem frágeis; sobretudo o primeiro, cuja medida da realidade se projeta como subjetividade do padre: o que ele viu, o que ele sabe; logo, se ele não viu, não haveria o que contestar, ou seja, não haveria *professores* catequistas. Ao se por como medida de compreensão, é se ele conhecesse *toda* a realidade do ensino de catecismo. Quanto à ideia de homenagem, parece conter um quê de ação de

convencimento alinhável na concepção do papel da mulher como mãe e esposa: responsável por educar a prole: a sua, em casa, a de outrem, na escola. Caso se possa dizer que estava nas mãos dela a tarefa de formar cidadãos patrióticos e civilizados — leia-se escolarizar —, então catequizar era ação afim a tal tarefa: formar cidadãos obedientes a Deus e a Igreja. Se se via o magistério como lugar da mulher, era lógico então que se visse catecismo como outro lugar da mulher. Assim, faz sentido o que pensa Orlando (2008): a doutrinação diretiva do padre era como um engessamento da função de catequista.

Com esse ideário pedagógico, as professoras foram persuadidas não só pelo padre Negromonte, mas ainda por outros autores que publicaram na *Revista do Ensino* e tinham essa mesma percepção do papel da mulher. Eram autoridades da educação mineira cujos nomes convém reiterar: Noraldino de Lima, Mario Casasanta, Manuel Casasanta, Guerino Casasanta e outros. Na visão deles (dentro da revista), às mulheres como professoras primárias, cabia “carregarem a sua própria cruz”, ou seja, enfrentar todas as dificuldades do trabalho pedagógico com alegria, cheias de fé e entusiasmo, sacrificadas e resignadas; amando seu alunado incondicionalmente; dedicando-se à ocupação plenamente, com vigor e capacidades físicas máximos. E deveriam fazê-lo mesmo que fossem desvalorizadas financeira e socialmente. De forma paradoxal, eram incentivadas a anularem a percepção negativa de tais disparidades na relação trabalho—ganhos e, ao mesmo tempo, conclamadas a se sentirem contentes ao fazê-lo.

Assim, discursos como os do padre e dos articulistas da *Revista do Ensino* são pródigos em contradições. Nesse quesito do trabalho na educação, uma contradição mais explícita se projeta nos cargos da educação com remuneração mais elevada, que eram ocupados majoritariamente por homens. É o caso do cargo de diretor escolar, secretário, inspetor e técnico da educação. Portanto, aos homens não só eram reservados salários pelo seu trabalho, mas ainda seus salários eram mais elevados. Como atividade alinhada, pelos católicos e pelo governo, no nível da maternidade e da docência, ensinar o catecismo não cabia aos homens; e era inconcebível que trabalhassem por vocação, missão... Mesmo que se possa reconhecer tais atributos em seminaristas e padres atuantes.

Discursos como esses aludidos aqui provocam inquietação e incredulidade, tais eram as condições desiguais. Mas convém dizer que foram construídos, pensados e articulados em um período próprio, e direcionado para as professoras daquele tempo,

sendo que a intenção de convencer não era só religiosa, mas também político-governamental. Afinal, era o estado de Minas Gerais que autorizava a propagação de tais discursos. Era o governo que dava à Igreja Católica a chancela para usar a *Revista do Ensino* com fins pedagógicos não republicanos. Pode ser que o estado de Minas Gerais se beneficiasse desse discurso de inscrição do magistério na personalidade da mulher. Ao aprovar a publicação de conteúdos de orientação pedagógico-católica, tais conteúdos procuravam justificar os salários pagos às professoras, ou seja, aliviava em parte a obrigação do estado de ter uma política de carreiras no magistério e, é claro, uma política de ascensão salarial.

Portanto, fazia sentido o estado endossar a visão de magistério como lugar de trabalho exclusivo da mulher, e menos remunerado que as profissões masculinas. A alguém tido como fadado a desempenhar certas atividades como vocação, missão, sacerdócio, receber um salário por ínfimo que fosse já seria recompensa justa o bastante pelo trabalho docente, então confundível com o labor maternal, marital e, é claro, catequético. Era conveniente continuar a replicar na imprensa pedagógica oficial que as mulheres, por conta do instinto materno, conseguiriam amar mais facilmente as crianças, assim como Cristo as amava — e sem receber por isso. Era vantajoso difundir mensagens que chamavam a professora normalista de *mestra* para tentar convencê-la a acreditar nos princípios pedagógicos do denominado divino Mestre. Esse convencimento, por meio da doutrinação pedagógica e religiosa, poderia fazer com que se tornassem mais submissas e aceitassem, sem reclamar, receber menos que os homens. Socialmente, esperava-se que fossem assim.

Com efeito, havia discursos de autoridades educacionais que iam além: recomendavam que as professoras amassem seus alunos *de graça*. Ancoravam-se no catolicismo para, comodamente, eximirem-se de atender a qualquer tipo de reivindicação salarial. É sintomático dessa possibilidade o discurso de Noraldino de Lima, intitulado de “Um hino à professora” publicado no número 98–99–100 da *Revista do Ensino*. Ele se dirigiu às *professoras* advertindo-as de que:

[...] no lar a irradiação do amor acontece se faz através de um *coração de mãe*, na escola opera-se através de um *coração de mestra* [...] no conceito evangélico, deus é amor [...] a mãe ama pela necessidade de amar [...] ao sangue do seu sangue [...] a *mestra não: ama de graça*, sem a ligação da matéria [...] o seu amor não tem cálculos [...] é sem preço – grito sublime da natureza [...] eis porque a *cátedra de uma professora* [...] tem a santidade que iguala todas as vocações para o

bem, a consistência dos granitos que não quebram e a fulguração dos sóis que não se apagam (LIMA, 1934, p. 38–39, grifo nosso).

Dessa maneira, notou-se que discursos de natureza católica como esse — de uma autoridade que representava a educação pública — cancelavam o magistério como vocação e missão da professora, além de desculpar e minimizar o desleixo com a remuneração. Impunha-se o ideário da vocação e do instinto maternal, da santidade espiritual, do amor incondicional aos alunos. Nem o salário menor, nem a falta de salário deveriam abalar tal amor. Com isso, reafirmava-se, nas entrelinhas, que o estado poderia continuar a se isentar de aumentar o salário das professoras. Era como se tentasse inculcar, na subjetividade docente e da sociedade, o dogma de que a professora receberia, na eternidade, a recompensa pelo sacrifício terreno; recompensas estas descritas como mais sublimes que o dinheiro: porque espirituais, porque provenientes de Jesus Cristo, porque válidas para o presente e o porvir. Tal era o credo católico.

Nesse viés religioso cristão, cabe destacar as professoras Zenite Feliz da Silva e Maria do Carmo Rogedo (professoras do Grupo Escolar Flavio dos Santos em Belo Horizonte), que acreditavam e *defendiam* esse ideário pedagógico. Diziam: “[...] professora [...] O menino Jesús há de olhar sorridente para os trabalhos, que a sra. realiza aqui neste grupo e há de permitir que a sua vida seja sempre de semear benefícios” (SILVA; ROGEDO, 1939, p. 141). É clara a ideia de recompensa divina pelo sacrifício na vida terrena do magistério. O texto delas saiu no número 164–169 da *Revista do Ensino*.

Tais recompensas foram endossadas em discursos de dois representantes da educação pública de Minas Gerais. Mas foram além: salientavam que seriam recompensadas no céu se abraçassem a carreira do magistério na escola com afínco e se dedicassem aos alunos como uma mãe se dedica a sua prole. Um desses representantes era Eliseu Laborne e Vale, chefe do departamento de educação. Na edição 158–163 da *Revista do Ensino*, ele afirmou: “[...] ao zelo de professora, juntaís o amor enternecido que as mães reservam para os filhos [...] os grandes benefícios da vossa missão começam na terra para acabar no céu” (VALE, 1939, p. 7). O outro representante da educação foi o secretário Noraldino de Lima. No número 79, ele afirmou que:

E vós Senhoras professoras diplomandas [...] Não esmorecer, para não desmerecer [...] Se assim fizerdes, tereis alegria no exercício do trabalho sem preço e da renúncia sem nome [...] cópia e resumo da

divindade [...] sob o orvalho de Deus [...] vosso apostolado [...] que sendo do mundo é também do céu [...] (LIMA, 1933, p. 6–13).

Nesse sentido, verificou-se implicitamente em discursos proferidos, sobretudo, por autoridades educacionais que, a princípio, postulavam que as professoras teriam de se sentirem vocacionadas, e se tornarem abnegadas e sacrificadas para a tarefa — a missão de lecionar. Agindo assim, encontrariam forças na figura de Jesus Cristo (o modelo de pedagogo ideal, exemplo de sacrifício e doação) para se sacrificarem; mas ensinando as crianças com alegria e entusiasmo dentro da sala de aula.

Todavia, nas entrelinhas, essa mensagem dos representantes do governo, em certa medida, ludibriava as professoras porque o discurso de sentido religioso tinha o efeito de desestimulá-las a reivindicarem salários mais elevados e condições de trabalho mais favoráveis. Essa perspectiva as incentivava a ignorarem as dificuldades enfrentadas no exercício do magistério; incutia-lhes que aquelas ambições eram banais, eram simplesmente seu próprio desalento material, eram algo mesquinho, conforme também fica claro na “Oração da Mestra” que diz: “Mestre [...] livra-me de ser confusa e banal [...] ao entrar cada dia na minha escola, que eu não leve á mesa de trabalho os meus pequenos desalentos materiais, as minhas mesquinhinhas dores de cada dia” (MISTRAL, 1926, p. 33).

Em contrapartida, o estado desimpedia-se de melhorar as condições do trabalho docente. Reiterava que esse trabalho pedagógico, de fato, merecia ganhar menos; que requeria renúncias pessoais e auto sacrifício — assim como Cristo havia se sacrificado. Mas tudo com entusiasmo. Assim, balizando-se no catolicismo, o governo se justificava e prometia a recompensa às mestras: a recompensa espiritual, dada no céu pelo Mestre Jesus Cristo. Seria o pagamento por terem “carregado a cruz do magistério” com sacrifícios. Mas essa perspectiva, na realidade, reproduzia os interesses do governo e da Igreja na educação.

Dessa maneira, analisou-se como era vantajoso para o Estado aliar-se à Igreja Católica e, assim, tentar legitimar e perpetuar sua atitude liberal, adotada na construção das políticas que nortearam os rumos da educação quanto à remuneração do professorado do primário. É claro, este é apenas um recorte da realidade de contexto histórico complexo veiculado nas páginas da *Revista do Ensino*. Mas foi possível iterar e reiterar a colaboração mútua entre Estado e Igreja para se beneficiarem e terem êxito em seus intentos políticos. A Igreja queria modelar e doutrinar, sobretudo professoras e

normalistas recém-formadas. Tratava-se de levá-las a permanecerem na Igreja ou se tornarem católicas, usando-se a gama de princípios da Pedagogia de Jesus Cristo para validar o trabalho da Igreja Católica no campo educacional. Por sua vez, o Estado precisava do discurso católico para validar sua política liberal na área da educação pública, que incluía intervir o mínimo no custeio e na manutenção. O Estado, contraditoriamente, abriu mão do princípio da escola laica, quando esse *status* era prescrição constitucional, mas que não alterou significativamente os rumos do governo federal e estadual no período (1920–1940) quanto à educação.

Ante as vantagens mencionadas, era compensador para o governo de Minas Gerais manter viva a tradição católica, ou seja, dar às mãos ao catolicismo e se beneficiar no campo da educação. Assim, a concessão de cada vez mais lugar ao ideário católico nas páginas da *Revista do Ensino* pode ser vista como estratégia do governo para sustentar a harmonia nas relações benéficas; mas de modo discreto. A discrição estaria, justamente, na conjugação de visões pedagógicas. Ainda que tenha havido aumento gradativo da quantidade de conteúdos de orientação católica, ou seja, aumento no volume de páginas para a pedagogia cristã, a revista veiculava elementos da pedagogia moderna. Logo, não se poderia apontar a revista como católica nem como progressista — ainda que Biccás (2008) tenha questionado seu *status*.

Em que pese a astúcia do governo, é inegável que o alcance do discurso religioso teve lastro, dimensão e profundidade para se sobrepor, na prática escolar, ao discurso progressista. Afinal, a formação de professoras tinha viés católico — fosse nas escolas ou na revista; o que se coadunava com as expectativas de uma sociedade arraigada na tradição católica. Os propagadores do ideário católico receberam apoio, autorização e chancela oficiais para o disseminarem via *Revista do Ensino*. A Igreja Católica logrou êxito em seu projeto de restabelecimento de uma hegemonia perdida após a proclamação da República; foi bem-sucedida em usar a imprensa como forma de voltar a se impor como poder político. O empenho do movimento de restauração católica pôde alcançar proporções significativas, seja pela quantidade de publicações, seja pela representatividade de Minas Gerais e sua população mineira no país.

A presença do ideário católico na *Revista do Ensino* se explicitou à medida que foi posta no contexto histórico, político, educacional e religioso aqui apresentado. O ressurgimento da publicação pode ser visto com sintoma, como reverberação, como reação direta a movimentos que marcaram a história do Brasil na primeira metade do

século XX: o envolvimento do Estado (e de parte da sociedade civil) com a renovação educacional, e a ação da Igreja Católica às consequências do primeiro movimento: perda de hegemonia no ditar dos rumos da educação.

A produção editorial da *Revista do Ensino* dependeu de sujeitos que transitavam nos movimentos, mas que a produziam sob a égide da conciliação, da harmonia, do desejo mútuo de colaboração entre Estado e Igreja em Minas Gerais. Prescindir de um entendimento histórico mínimo das forças extra educacionais — políticas — atuantes na educação (em Minas Gerais) é correr o risco de chegar a uma compreensão histórica frágil dos sentidos evocáveis por muitos conteúdos de teor pedagógico publicados na *Revista do Ensino*; seja de orientação progressista ou tradicional, escolanovista ou católica. Dito de outro modo, averiguar a presença do ideário católica nas páginas de tal publicação oficial de orientação pedagógica é pressupor que tal ideário se fazia presente, também, em instâncias mais amplas, como a que determinava a produção e circulação da revista: o governo mineiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento inicial dos estudos de Bicas (2008; 2005; 2002) levou ao desenvolvido deste estudo: uma pesquisa na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Como se viu, esta pesquisa enfoca a *Revista do Ensino* de Minas Gerais numa perspectiva de abordagem que conjugou o contexto histórico nacional e estadual para entender os movimentos do processo histórico em que sua produção e circulação ocorreram. A *Revista do Ensino* circulou em todo o território mineiro, chegou às escolas públicas e a outras instituições educacionais. Teve um público leitor formado por educadores católicos e não católicos. Teve longevidade como única do gênero em Minas Gerais no período estudado. Tal perfil atendia aos anseios da Igreja Católica. A Igreja até sustentava sua imprensa, mas não tinha o alcance. Usá-la a seu favor era poder difundir ainda mais o credo católico na sociedade mineira — leia-se elite financeira e elite política.

Dessas condições derivou o argumento central para desdobrar a pesquisa aqui descrita: a possibilidade de a Igreja ter se valido da *Revista do Ensino* como estratégia em seu movimento de restauração católica (primeira metade do século XX). O estudo partiu da premissa de que a Igreja Católica recorreu à imprensa para ampliar a propagação de seu credo (educacional) para chegar a uma reiteração exemplificada e discutida de tal presença em Minas Gerais: na *Revista do Ensino* e na educação dos anos 1920–1940. Assim, cabe fechar esta dissertação com uma tentativa de retomar (reiterar

ou refutar) elementos estruturantes da pesquisa sobre a presença de elementos do ideário católico em tal e em seu contexto.

A imprensa pedagógica foi a via que permitiu à Igreja se impor como se impôs em Minas Gerais, porque a *Revista do Ensino* era instrumento de propaganda do governo mineiro. Como tal, foi republicada no século XX para ter circulação maciça, o que foi fundamental para a ação catolicizante da Igreja. No período aqui estudado, não houve um governo mineiro sequer que tenha tido relações de desarmonia com o clero. Quando essa possibilidade dava sinais de acontecer, alguma medida era tomada, fosse por governos democráticos ou autoritários.

Assim, pode-se dizer que a Igreja restabeleceu satisfatoriamente as alianças com Estado caso se considere Minas Gerais. Seus interesses político-educacionais foram atendidos em grande medida por governos sucessivos. As reformas educacionais em Minas Gerais conciliaram o conservadorismo da religiosidade cristã com propostas educacionais modernas. Os conteúdos de fundo religioso católico que a *Revista do Ensino* veiculou incidiram, sobretudo, no projeto de formação docente que Minas Gerais levou a cabo com a reforma Francisco Campos.

A revista foi situada como estratégia para difundir elementos de formação do professorado (leigo), pois o número de escolas de formação profissional para o magistério era insuficiente. Logo, era preciso lançar mão do máximo possível de recursos para fazer cumprir os pressupostos da reforma. Em sentido geral, a revista veiculou recomendações e prescrições para o professorado mineiro, sobretudo para as professoras. Foi configurada uma troca de favores e interesses, onde ambas as instituições (Estado e Igreja) se beneficiarem mutuamente. O Estado laico se livrava de certas responsabilidades com educação pública — folha de pagamento, por exemplo; a Igreja se livrava em parte do ônus trazido pelo Estado.

A questão da autorização do ensino religioso em horário facultativo, que foi um destes sinais desta colaboração mútua entre governos e a Igreja, foi uma questão polêmica no contexto aqui investigado, em que subjazia também o conflito pedagógico entre os católicos e os renovadores da educação. Mas com a Constituição de 1934 essa polarização foi se arrefecendo, quando se autorizou nacionalmente o ensino religioso tornando-o facultativo. Estes debates e discussões em torno do ensino religioso foram enfocados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, esteve presente até na LDB de 1996, e continua até os dias de hoje, envolvendo também outras religiões

(religiões de matrizes africanas, dos indígenas, dos quilombolas, e outras), e não só a denominação Católica que com o tempo perdeu a sua hegemonia no campo educacional. Atualmente outras religiões também reivindicam a presença do ensino religioso na escola pública, mesmo a República se dizendo laica, e permeia inclusive a discussão da escola sem partido (escola sem religião).

No entanto, esta pesquisa se preocupou em investigar a história educacional do recorte temporal aqui eleito, contemplando o contexto em que a Igreja Católica conseguiu se manter influente na educação após a instauração da República no Brasil. Em parte, sua hegemonia não foi quebrada porque a formação de professor ainda cabia à Igreja. O Estado não dispunha de aparato escolar para formar professores em proporção coerente com a alfabetização em massa desejada pelos republicanos. Assim, normalistas que assumiam turmas no grupo escolar tendiam a ser professoras formadas sob a égide do catolicismo. Mas era preciso difundir mais o catolicismo para sensibilizar cada vez mais a sociedade quanto à volta da Igreja às instâncias de poder político. Para isso, uma das estratégias mais válidas foi investir na palavra escrita para incutir o credo católico.

A palavra falada não perdera seu lugar: os católicos se organizaram em associações que promoveram conferências de tematização afim à volta do ensino religioso às escolas públicas oficiais. Não por acaso, era essa a tônica de sua reivindicação após 1889. Com isso, pôde fortalecer ainda mais sua ação em prol da restauração católica, senão no todo da sociedade, ao menos em uma de representatividade nacional em população, política, economia e educação (neste último caso, por menor que fosse). Minas Gerais era uma realidade para fazer triunfar o ideário católico em meio a formadores e formadoras da sociedade mineira.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa confirmou-se a presença do catolicismo nas páginas desta revista educacional e como foi crescente o aumento das publicações pedagógicas dessa natureza. Examinou-se que muitos autores dos textos elencados, que se valiam dos preceitos da Pedagogia de Jesus Cristo fundamentavam-se na Bíblia, em encíclicas papais, em cartas pastorais e no catecismo católico.

Do ponto de vista das formas com que a Igreja Católica conquistou lugar na *Revista do Ensino*, cabe dizer a conquista foi gradual e crescente. Uma medida foi a média de páginas ocupada por textos de conteúdo afim à religião católica, que variou de uma até dezenove em sua quantidade; outra medida da gradação foram as formas de

apresentação da mensagem de fundo religioso: foi da sugestão à explicitação, da descrição ao apelo.

O interior da revista trazia a chave de leitura: uma mensagem informativa sobre a imagem e sugestiva de como usá-la em sala de aula, isto é, para impor os pressupostos do ideário católico nesse espaço de formação humana. Sobretudo, a conquista de espaço foi com material verbal, igualmente gradativo, sugestivo e afirmativo, além de fragmentário e totalizante. Os enunciados afins ao catolicismo foram do uso de vocabulário do campo semântico católico cristão a citações de cartas e encíclicas, de sugestões alusivas à formação pedagógica católica a orações para a mestra... numa palavra: de frases a lições de catecismo.

Os resultados apresentados ao longo do estudo apontaram em suma que, a Igreja Católica reuniu forças e estabeleceu um movimento de reação à escola laica. E em Minas Gerais, o clero encontrou não apenas uma sociedade de tradição católica conservadora, como também sucessivos governos estaduais dispostos a aceitarem a colaboração da Igreja nos rumos da educação. Com essa abertura, a Igreja pôde contar com a *Revista do Ensino* para veicular o seu ideário pedagógico inclusive seus postulados da Escola Nova Cristã, para alcançar professores, e sobretudo as professoras primárias, e as normalistas, sob um discurso que instava as educadoras a seguirem o Mestre Jesus Cristo, e a encararem o magistério como missão terrena, abnegadas, sacrificadas, como sacerdotisas na qualidade de mestras, aceitando uma baixa remuneração, importando-se entretanto mais em desempenhar bem a sagrada missão pedagógica.

O ponto focal era influir na formação moral católica das professoras para que assim elas o fizessem com seus alunos. Dos textos poderiam derivar *sugestões* de como agir com o aluno: amar para ser amado, respeitar para ser respeitado, sobretudo para ser obediente e submisso, crente em Cristo e na Igreja; *sugestões* de como se inspirar em Cristo para exercer com o magistério prazer e alegria pleno; sobretudo, *prescrições* de como esquecer que eram trabalhadoras e precisavam receber salários pelo trabalho executado, ou seja, de lembrar que ser professora se equiparava a ser mãe, ser esposa; e poder sê-lo era dádiva divina: sem preço material, mas plena de recompensas na eternidade. Deste modo, os conteúdos reforçavam o magistério como missão, vocação, destino, sacerdócio e lugar da mulher.

Embora a questão da profissionalização da mulher no magistério não tenha sido alvo da discussão deste estudo, porque tal condição se desdobraria só anos mais tarde principalmente a partir das décadas de 1950 e de 1960 em diante, a questão da mulher no trabalho é ainda uma questão para os dias atuais, sendo ela muito pesquisada no mundo hodierno. É ainda uma questão polêmica e complexa, que desde o início do século XX conforme foi explicado, tendeu a desvalorização docente da mulher enquanto profissional, e a feminização do magistério por diversos fatores, alguns deles aqui delineados, condição esta que ainda é perpetuada nos dias atuais.

Assim, a pesquisa apresentada aqui permite dizer que o catolicismo, embora dissociado da República na educação, contasse com apoio e adesão relevante da sociedade, sobretudo em Minas Gerais. Mas a ação da Igreja Católica se estendeu ao país todo, afinal se impunha absoluta como religião do brasileiro. Mais que isso, a pesquisa permite dizer que os movimentos em torno da educação em Minas Gerais — e dos quais a Igreja participou — foram comuns a outros estados de tradição católica, como São Paulo. Nesse caso, o processo de pesquisa impôs questões que não puderam ser abordadas no escopo deste estudo. A imposição veio da interpretação dos dados sistematizados aqui: se ficou claro que a Igreja se valeu da imprensa como veículo para o catolicismo, sobretudo a imprensa difusora de conteúdos educacionais, então se pode que o mesmo aconteceu em outros estados? Isso porque as revistas voltadas ao universo educacional foram voga na primeira metade do século XX. Estados como o Rio Grande do Sul tiveram publicação similar à *Revista do Ensino* mineira; diferentemente, o estado abrigava uma população protestante maior por conta da imigração. Nesse caso, como teriam sido as relações entre Igreja Católica e governos do Rio Grande do Sul? Reverberavam de algum modo na educação? E na *Revista do Ensino* rio-grandense? Essas mesmas perguntas poderiam ser feitas quanto a São Paulo. Mas ficam para estudos vindouros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Demerval, et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Demerval, et al. *O legado educacional do século XIX*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Ser professor normalista segundo os anais da Conferência Interestadual de Ensino Primário de 1921. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 7, 2013. Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2HjqiP>>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista *A Escola* (1920–1921). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Religiosidade e educação segundo o episcopado brasileiro (1890-1822). In: OLIVEIRA, Teresinha (org.). *Religiosidade e educação na história*. Maringá: Eduem, 2010.
- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu [online]*, n. 27, jul./dez. 2006, p. 213-254. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200009>>.
- AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. História do pensamento católico. v. 5. Paulus: São Paulo, 1994.
- AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920–1930. *Síntese Revista de Filosofia*, v. 4, n. 10, 1977, p. 61–89. Disponível em: <<https://bit.ly/2FYIMSB>>. Acesso em: 20 set. 2020.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930–1940). *Síntese Revista de Filosofia*, v. 6, n. 17, 1979, p. 61–89. Disponível em: <<https://bit.ly/3tDOfSc>>. Acesso em 27 nov. 2020.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BASTOS, Maria José Sílvia. Mulheres na sala de aula. *HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 21, mar. 2006, p. 15–21. Disponível em: <<https://bit.ly/3iRqaCu>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BICCAS, Maurilane de Souza. Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BICCAS, Maurilane de Souza. “Nossos Concursos” e “a Voz da Prática”: a Revista do Ensino como estratégias de formação de professores em Minas Gerais (1925–1930). *Cadernos de História da Educação*, n. 4, jan./dez. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2Emo8ey>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925–1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas: Revista do Ensino (1925–1929)*. 1993. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

BORGES, Vera Lúcia. As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em MG: 1892 a 1898. In: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” 20 ANOS: navegando na história da educação brasileira, 2006. Campinas. *Anais...* Campinas: Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZSM94p>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRAILE, Maria Teresa. A carreira do magistério e os professores dos primeiros grupos escolares de Juiz de Fora/MG – 1907/1960. *Ed. Foco*, Juiz de Fora, n. especial, mar./ago. 2007, p. 169–183. Disponível em: <<https://bit.ly/32L5eHu>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1934. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZRRU6Y>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZQkNvx>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1827. Disponível em: <<https://bit.ly/32M8Ys9>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BÜSCHEL, Inês. Gabriela Mistral Prêmio Nobel de Literatura (1945). *Blog da Inês Büschel*, mar. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3hJi1hP>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931–1935). *Cadernos ANPEd*, n. 1, Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 1989, p. 41–60. Disponível em: <<https://bit.ly/35SNnAz>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia–MG, 1930–1950). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O projeto modernizador à mineira: reformas administrativas e a formação de professores (Minas Gerais, 1906-1930). *Revista Hist. Educ. (Online)*, Porto Alegre, v. 20, n. 49, maio/ago. 2016, p. 255–271. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/60386>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, 1996, jul./dez. p. 115–130. Disponível em: <<https://bit.ly/2RHbd9R>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CECCHETTI, Elcio; SANTOS Ademir Valdir dos. O ensino religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 38, n. 2, abr./jun., 2016, p. 131–41. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i2.26790>>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1984.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Laicidade e ensino religioso em Minas Gerais: 1891-2005. In: CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO Luciano Mendes de. (Org.); GONÇALVES NETO, Wenceslau; Carlos Henrique de CARVALHO (Coord.). *História da educação em Minas Gerais da Colônia à República*: volume 3 República.

Uberlândia: EDUFU, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2XlkyY1>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

DANTAS, Douglas Cabral. *O ensino religioso na rede pública estadual de Belo Horizonte, MG: história, modelos e percepções de professores sobre formação e docência*. 2002. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

ESPICOPADO BRASILEIRO, Carta Pastoral Coletiva de 1890. In: ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

ESPICOPADO BRASILEIRO, Carta Pastoral Coletiva de 1910. In: ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

ESPICOPADO BRASILEIRO, Carta Pastoral Coletiva de 1922. In: ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

FARIA, Miguel Fabiano. *A educação física na Revista do Ensino: produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925–1940)*. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906–1918)*. Uberlândia: EDUFU, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-376-9>>.

FGV CPDOC. *Gustavo Capanema: a era Vargas dos anos 20 a 1945*. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2001. FGV CPDOC – 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZTy0Um>>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. *“Tudo presta a quem tudo precisa”*: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930). 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960)*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história*

da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. textos). *História das mulheres no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LOPES, Eliane Maria Teixeira. *Da sagrada missão pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MARTINS, Cristiane Nascimento. *Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de educação: formação de professoras primárias em Minas Gerais na primeira república (1892–1904)*. 2013. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

MALIN, Mauro. *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*. FGV CPDOC, 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/2EgG2z8>>. Acesso em 20 set. 2020.

MALIN, Mauro. *Francisco Luís da Silva Campos*. FGV CPDOC, 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/35TrKzS>>. Acesso em 20 set. 2020.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1990.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de. *Olegário Dias Maciel*. 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/2RILkqn>>. Acesso em 20 set. 2020.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de. *Benedito Valadares Ribeiro*. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hj7k9m>>. Acesso em 20 set. 2020.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio De Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia. Helena Moreira de Medeiros. O pensamento educacional católico restaurador — uma análise dos documentos pontifícios na Primeira República. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia: EDUFU, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3iRmEYD>>. Acesso em: 20 set. 2020.

OLIVEIRA, Pâmela Faria. *Ações modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926–1930)*. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. *Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965)*. 2008. 313f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola em Minas Gerais nos anos 30. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, Faculdade de Educação/UFMG, n. 17, jun., 1993, 1993.

REIS, Tacimara Cristina dos. *Saberes geométricos na Revista do Ensino de Minas Gerais nas décadas de 1940 e 1950*. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

RODRIGUES, Adriele Cristine Domingos. *Saberes geométricos na Revista do Ensino de Minas Gerais nas décadas de 1940 e 1950*. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929–1930). *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 37, n. 2, abr./jun., 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i2.22666>>.

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Nicolly Peçanha do Nascimento. *Saberes geométricos na Revista do Ensino de Minas Gerais no período de 1925 a 1932*. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925–1930)*. 2001. 355 f. Dissertação (Mestrado em História Social e Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

SOUZA JÚNIOR, José Pereira de. *Estado laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas*. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

XAVIER, Libânia Nacif. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: COLÓQUIO NACIONAL 70 ANOS DO MANIFESTO DOS PIONEIROS: um legado educacional em debate, 2002. Belo Horizonte e Pedro Leopoldo. *Anais...* Belo Horizonte e Pedro Leopoldo: Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ago. 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos

e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun., 2002, p. 31–50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100003>>.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. In: *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Atlas histórico do Brasil*: Afonso Penna. FGV CPDOC, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2RWvoRD>>. Acesso em 20 set. 2020.

FONTES

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. *O Horizonte*, Belo Horizonte, n. 302, p.1, set. 1926

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. *O Horizonte*, Belo Horizonte, n. 763, p. 6, abr. 1931.

ANDRADE, Bonnifacio Olinda de. O ensino normal. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 120-121, p. 117, nov./dez. 1935.

ANDRADE, Moacyr Assis. Religião: Minas e o Catholicismo. In: SILVEIRA, Victor (Org.). *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

ARMOND, Honorio. O sentido da renovação. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 104, p. 42, 48, jul. 1934.

BENTO XV, Papa. *Carta apostólica Maximum Illud do Sumo Pontífice Bento XV*: aos patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do mundo católico sobre a atividade desenvolvida pelos missionários no mundo. Roma: Libreria Editrice Vaticana, nov. 1919.

CABRAL, Dom. *O Horizonte*, Belo Horizonte, n. 302, p. 1, 1926.

CAMPOS, Francisco. Dois discursos memoráveis. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 32, p. 27, abr. 1929.

CASASANTA, Guerino. A disciplina que nos convém. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 97, p. 28-33; 33-34, dez. 1933.

CASASANTA, Guerino. Noticiário: Semana de Educação em São João Del-Rei. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 89, p. 38, jun. 1933.

CASASANTA, Guerino. O curso de aperfeiçoamento para religiosas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 90-91, p. 29-30, jul. 1933.

CASASANTA, Mario. A caminho do ideal. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 78, p. 19, dez. 1932.

CASASANTA, Mario. A Pedagogia de Jesus Christo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 29, p. 80-85; jan. 1929.

CASASANTA, Mario. Daqui e dali. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 30, p. 87-88, fev. 1929.

CASASANTA, Mario. Discurso do dr. Mario Casasanta. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 26, p. 80-83, out. 1928.

CASASANTA, Manuel. Jesus-Christo na escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 97, p. 47-48, dez. 1933.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A vida de Jesus e o ensino do Catecismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 74, p. 13-20, out. 1932.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A vida de Jesus e o ensino do Catecismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 75, p. 9-14, nov. 1932.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A vida de Jesus e o ensino do Catecismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 76, p. 9-18, nov. 1932.

CURVELO, Raymundo de Almeida. Ensino Moderno e Religião. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, p. 45, jan./mar. 1934.

DUTRA, Aymore'. Dona Ephigenia. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 5, n. 46, p. 52-56, jun. 1940.

FARGUES, Marie. Catecismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 77, p. 68-69, dez. 1932.

FARIA, Luzia de Oliveira. A excursão na escola primária. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v.8, n. 102, p. 64, maio. 1934.

GOMES, Leticia Chaves. Colaboração: disciplina escolar. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 82, p. 4-7, fev. 1933.

LIMA, Noraldino. O ano de 1934 e a educação em Minas Geraes. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 109, p. 1-9, 22; dez. 1934.

LIMA, Noraldino. O momento educacional em Minas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 79, p. 6-12, jan. 1933.

LIMA, Noraldino. Um hino à professora: do livro "O momento pedagógico". *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, p. 38-39, jan./mar. 1934.

MADUREIRA, J. Colaboração: palestrando com professores *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 92, p. 6-7, jul. 1933.

MAGALHÃES, Zina. Disciplina na liberdade. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 106, p. 29, set. 1934.

MARTINS. Amellia de Rezende. Crucifixo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 8, p. 219-224, out. 1925.

MINAS GERAIS. *Lei 41*, de 3 de agosto de 1892. Da nova organização á instrucção publica do Estado de Minas. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1892. Disponível em: <<https://bit.ly/32MgtiO>>. Acesso em 20 set. 2020.

MINAS GERAIS. *Lei 439*, 28 de setembro de 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino Primário, Normal e Superior do Estado de Minas Gerais. Collecção das leis e decretos do estado de Minas Gerais. 1906a. Disponível em: <<https://bit.ly/3hO8aaG>>. Acesso em 20 set. 2020.

MINAS GERIAS. *Decreto 1960*, de 16 de dezembro de 1906. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1906b. Disponível em: <<https://bit.ly/35SOMag>>. Acesso em 20 set. 2020.

MINAS GERAIS. *Decreto 6.831*, de 20 março de 1925. Aprova o regulamento do ensino nas Escolas Normais. Collecção das leis e decretos do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Disponível em: <<https://bit.ly/35P2rz3>>. Acesso em 20 set. 2020.

MINAS GERAIS. *Decreto 7.970-A*, de 15 de outubro de 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário, 1927. Disponível em: <<https://bit.ly/3kxLRaR>>. Acesso em: 20 set. 2020.

MIRANDA, Octavio Chagas de. Daqui e dali. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 30, p. 89–90, fev. 1929.

MISTRAL, Gabriela. Oração da mestra. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n.11, p. 33, fev. 1926.

MISTRAL, Gabriela. Oração do mestre. Belo Horizonte, v. 7, n. 95, p. 1, out. 1933.

NEGROMONTE, Álvaro. A educação cristã. *O Horizonte*, Belo Horizonte. p. 1, jul. 1932.

NEGROMONTE. Álvaro. O momento educacional em Minas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 80, p. 7, 9-10, jan. 1933.

OLGA, Irmã. Escola Nova Christã. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 10, n. 128-133, p. 64-76, jul./dez. 1936.

OLIVEIRA, Alberto de. Lição de Pátria. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 3, n. 23, p. 515, out. 1927.

PIO X, Papa. *Carta Encíclica Pascendi Dominici Gregis do Sumo Pontífice Pio X*: aos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários em paz e comunhão com a sé apostólica sobre as doutrinas modernistas. Roma: Libreria Editrice Vaticana, set. 1907.

PIO X, Papa. *Carta Encíclica Sacrorum Antistitum do Sumo Pontífice Pio X*: próprio movimento pope Rochester: quais certas leis são estabelecidas para repelir o modernismo. Roma: Libreria Editrice Vaticana, set. 1910.

PIO X, Papa, *Carta encíclica Supremi Apostolatus*: sobre a Restauração de tudo em Cristo. Roma, out. 1903. In: Fraternidade São Pio X - FSSPX, 2009.

PIO XI, Papa. *Carta Encíclica Divini Illius Magistri de Sua Santidade Papa Pio XI*: aos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários em paz e comunhão com a Santa Sé apostólica e a todos os fiéis do orbe católico acerca da educação cristã da juventude. Roma: Libreria Editrice Vaticana, dez. 1929.

REBÊLO, Mario. Decálogo do professor. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 101, p. 1, abr. 1934.

REVISTA DO Ensino. Educação Moral na Escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 81, p. 40, jul. 1933a.

REVISTA DO Ensino. Escola Normal de Juiz de Fora. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 30, p. 95, fev. 1929.

REVISTA DO Ensino. Socializar a Escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 81, p. 42, jul. 1933b.

REVISTA DO Ensino. *Revista do Ensino*. Belo Horizonte, v. 2, n. 16–17, p. 344, jul./ago. 1926.

REVISTA DO Ensino. A Diretoria da Instrução. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1, mar. 1925.

REVISTA DO Ensino. A organização da Escola de Aperfeiçoamento. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 37, p. 62, set. 1927.

RIBEIRO, Benedito Valadares. Entrevista com o senhor Benedito Valadares, governador do Estado de Minas Gerais. *O Diário*, ano 2, n. 506, p. 8, jun. 1936.

RIBEIRO, Benedito Valadares. A nova constituição mineira. *Semana Religiosa*, Pouso Alegre, n. 941, p. 1, ago. 1935.

SANTIAGO, Alice de Andrade. A educação moral e a função da escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 106, p. 16, set. 1934.

SANTOS, Lúcio José dos. Pedagogia da Obediência. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, p. 403-404, dez. 1926.

SILVA COUTINHO, Dom Santino Maria da. *O Horizonte*, Belo Horizonte, ano 12, n. 1119, p. 1, ago. 1934.

SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SILVA, Zenite Feliz da; ROGEDO, Maria do Carmo. Grupo Escolar “Flavio dos Santos (Renascença), Capital. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 13, n. 164-169, p. 141, jul./dez 1939.

SOUZA, Joaquim Silverio. Discurso de paraninfo aos diplomandos do Grupo Escolar de Diamantina. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 79, p. 29-30, jan. 1933.

VALE, Eliseu Laborne e. Um toque de alvorada. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 13, n. 158-163, p. 6-7, jan./jun. 1939.

VAZ, Pedro. Daqui e Dali: Ser professor. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 78, p. 58-62, dez. 1932.

APÊNDICE

**Conteúdos vinculados ao catolicismo
na *Revista do Ensino* (1925–1940)**

Levantamento geral dos conteúdos vinculados ao catolicismo nos 175 números da *Revista do Ensino* (1925–1940)

ANO	NÚMERO	AUTOR	TÍTULO	N. DE PÁGINAS
1925	n. 1	Lúcio José dos Santos	<i>O individualismo e a auctoridade em educação.</i> Por Lucio José dos Santos (Trechos de uma conferência realizada em S. Paulo, em 1918)	p. 2-4 (3 páginas de conteúdo católico)
1925	n. 2	Lúcio José dos Santos	<i>O individualismo e a auctoridade em educação.</i> Por Lucio José dos Santos (Trechos de uma conferência realizada em S. Paulo, em 1918) (continuação)	p. 36-37 (2 páginas de conteúdo católico)
1925	n. 3	Lúcio José dos Santos	<i>O individualismo e a auctoridade em educação.</i> Por Lucio José dos Santos (Trechos de uma conferência realizada em S. Paulo, em 1918) (continuação)	p. 49-51 (3 páginas de conteúdo católico)
1925	n.4	A. Fusinato, e Arduino Bollivar	<i>Ave Maria (poesia)</i>	p. 96 (1 página de conteúdo católico)
1925	n. 8	Amellia de Rezende Martins	<i>Crucifixo</i>	p. 219-224 (6 páginas de conteúdo católico)
1926	n. 11	Gabriela Mistral	<i>Oração da Mestra</i>	p. 33 (1 página de conteúdo católico)
1926	n. 16-17	Revista do Ensino	Os Grandes nomes da Pedagogia: D. Bosco	p. 249-250 (2 páginas de conteúdo católico)
1926	n. 16-17	Revista do Ensino	Sem título	p. 344 (trecho católico)
1926	n. 18	Revista do Ensino	<i>Os grandes nomes da Pedagogia João Batista de La Salle (1651-1719)</i>	p. 345-346 (2 páginas de conteúdo católico)
1926	n. 18	Presidente Antônio Carlos	<i>Palavras do Presidente Antônio Carlos no banquete de Barbacena</i>	p. 346 (trecho católico)
1926	n. 18	Lúcio José dos Santos	<i>Disciplina e Liberdade</i>	p. 351 (trecho católico)
1926	n. 18	Presidente Antônio Carlos	<i>Palavras do Presidente Antônio Carlos no banquete de Barbacena</i>	p. 359 (trecho católico)
1926	n. 19	Lúcio José dos Santos	<i>Pedagogia da Obediência</i>	p. 403-404 (2 páginas de conteúdo católico)
1927	n. 23	Alberto de Oliveira	<i>Lição da Pátria</i>	p. 515 (1 página de

				conteúdo católico)
1928	n. 26	Mario Casasanta	<i>Discurso do dr. Mario Casasanta</i>	p. 80-83 (3 páginas de conteúdo católico)
1928	n. 27	Guerino Casasanta	<i>O menino</i>	p. 11 (trecho católico)
1928	n. 28	Firmino Costa	<i>As professoras</i>	p. 9-11 (trechos católicos)
1929	n. 29	Mario Casasanta	<i>A Pedagogia de Jesus Christo</i> (Discurso proferido pelo sr. dr. Mario Casasanta, inspector geral da instrução, como paranympho, da turma de normalistas do 2º Grau, no Collegio Sagrado de Jesus, em dezembro de 1928)	p. 80-85 (5 páginas com conteúdo católico)
1929	n. 30	Bispo de Pouso Alegre Octavio Chagas de Miranda	<i>Daqui e dali: a palavra de um bispo</i>	p. 87 (1 página com conteúdo católico)
1929	n. 30	Mario Casasanta - Inspector Geral da Instrução Pública	<i>Apello ao episcopado</i>	p. 87 (1 página com conteúdo católico)
1929	n. 30	Bispo de Pouso Alegre Octavio Chagas de Miranda	Sem título	p. 88-90 (3 páginas de conteúdo católico)
1929	n. 30	Revista do Ensino	<i>Escola Normal de Juiz de Fora</i>	p. 95 (trecho católico)
1929	n. 30	Revista do Ensino	<i>Actos Officiaes: horário</i>	p. 101-102 (trecho católico)
1929	n. 32	Francisco Campos	<i>Dois discursos memoraveis</i>	p. 25-30 (6 páginas com conteúdo católico)
1929	n. 33	Mario Casasanta (Inspector Geral da Instrução)	<i>Para o trabalho</i>	p. 30 (trecho católico)
1929	n. 36	Mario Casasanta	<i>Christianismo – Renascença Seculo XVI</i>	p.75 (trecho católico)
1929	n. 36	Revista do Ensino	<i>A aula da escola activa</i>	p. 83 (trecho católico)
1930	n. 43	Romeu Venturelli (Director do grupo Christina)	<i>Religião</i>	p. 54 (trecho católico)
1930	n. 44	Cornelia Goulart (Profª. do jardim da infância Mariano Procopio, de Juiz de Fora)	<i>Religião</i>	p. 100 (trecho católico)
1930	n. 45	Oscar Arthur Guimarães (Assistente tecnico do	<i>Escola Nova</i> (Palavras pronunciadas na Escola Normal de Juiz de Fora)	p. 70-71 (2 páginas de conteúdo católico)

		ensino)		
1930	n. 46	Aymore' Dutra (Assistente technico do ensino)	<i>Dona Ephigenia</i>	p. 52-56 (texto sobre uma professora aposentada que é católica)
1930	n. 50- 51-52	Leticia Chaves Campos	<i>Primeira Missa</i>	p. 48-49 e p. 52- 59) (trechos católicos)
1931	n. 62- 63-64	Noraldino de Lima	<i>No Collegio da Imaculada Conceição de Itapeperica</i> O discurso de paraninfo, proferido pelo dr. Noraldino de Lima, secretario da Educação e Saude Publica	p. 1-10 (trecho católico)
1931	n. 62- 63-64	Revista do Ensino	<i>A educação elementar deve ficar a cargo dos estados, dos municípios e da iniciativa privada, sob a regulamentação e fiscalização daqueles, aos quais devem ser conferidos poderes para determinar o modo de participação dos municípios e dos cidadãos na obra da educação popular.</i>	p. 16 (trecho católico)
1932	n. 65- 66-67	Revista do Ensino	<i>A primeira missa</i>	p. 134-136 (3 páginas de conteúdo católico)
1932	n. 65- 66-67	Revista do Ensino	<i>A segunda missa</i>	p. 141-145 (5 páginas de conteúdo católico)
1932	n. 74	D. Maria Luiza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo:</i> com aprovação eclesiástica. Por D. Maria Luiza de Almeida Cunha	p. 13-20 (8 páginas com conteúdo católico)
1932	n. 75	D. Maria Luiza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo:</i> com aprovação eclesiástica. Por D. Maria Luiza de Almeida Cunha (continuação)	p. 9-14 (7 páginas com conteúdo católico)
1932	n. 75	A.M. M.	Notas e comentários: motivar e corrigir	p. 18 (trecho católico)
1932	n. 76	D. Maria Luiza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo:</i> Com aprovação eclesiástica. Por D. Maria Luiza de Almeida Cunha. (Conclusão).	p. 9-18 (10 páginas com conteúdo católico)
1932	n. 77	Marie Fargues	<i>CATECISMO</i>	p. 68-82 (15 páginas com o conteúdo católico)
1932	n. 78	Noraldino de Lima	<i>O momento educacional em Minas:</i> Discurso de paraninfo às diplomandas do Colégio "N. S. das Dores" de São João D'el-Rei"	p. 8 (trecho católico)
1932	n. 78	Mario Casasanta	<i>A caminho do ideal</i>	p. 18-19 (2 páginas de conteúdo católico)
1932	n. 78	Guerino Casasanta	<i>A Escola Ativa e a Escola Cristã</i> Discurso de paraninfo às diplomandas	p. 19-25 (7 páginas com

			do Colégio “N. S. Auxiliadora”, de Ponte Nova	conteúdo católico)
1932	n. 78	Mauricio Murgel	<i>Discurso de paraninfo às diplomandas do Colégio “Sagrado Coração de Jesus”, da Capital</i>	p. 25-31 (trecho católico)
1932	n. 78	Marie Fargues	<i>CATECISMO</i> (conclusão)	p. 40-52 (12 páginas com o conteúdo católico)
1932	n. 78	Pedro Vaz	<i>Daqui e dali: Ser professor</i>	p. 58-62 (texto implicitamente católico)
1933	n. 79	Noraldino de Lima	<i>O momento educacional em Minas</i>	p. 6-12 (13 páginas com trechos católicos)
1933	n. 79	D. Joaquim Silverio de Souza Arcebispo de Diamantina	<i>Discurso de paraninfo aos diplomandos do Grupo Escolar de Diamantina.</i> Por D. Joaquim Silverio de Souza, Arcebispo	p. 20-30 (11 páginas com o conteúdo católico)
1933	n. 79	José Maria Paradas (Assistente técnico do ensino)	<i>Daqui e dali: A Escola Nova</i> José Maria Paradas – Conferência realizada no Grupo Escolar “Dr. W Braz”, de Baependi	p. 54-59 (trecho católico)
1933	n. 80	Padre Álvaro Negromonte	<i>O momento educacional em Minas.</i> Discurso às diplomandas da Escola Normal Oficial de Belo-Horizonte	p. 3-10 (8 páginas com conteúdo católico)
1933	n. 81	Revista do Ensino	<i>Educação Moral na Escola</i>	p. 40 (trecho católico)
1933	n. 81	Revista do Ensino	<i>A Parabola dos Dez Talentos</i>	p. 41 (página católica)
1933	n. 81	Revista do Ensino	<i>Socializar a Escola</i>	p. 42 (trecho católico)
1933	n. 82	Leticia Chaves Gomes	<i>COLABORAÇÃO</i> disciplina escolar	p. 4-7 (4 páginas contendo trechos católicos)
1933	n. 89	Guerindo Casasanta	<i>NOTICIÁRIO</i> Semana de Educação em S. João Del-Rei	p. 36-39 (4 páginas contendo trechos católicos)
1933	n. 90-91	Guerino Casasanta	<i>O Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas: Falando A TRIBUNA</i> o professor Guerino Casasanta Inspetor Geral da Instrução Pública, diz que o curso para religiosas é um sinal da vitalidade da reforma do ensino	p. 29-38 (12 páginas de conteúdo católico)
1933	n. 92	J. Madureira	<i>COLABORAÇÃO</i> palestrando com professores	p. 6-7 (2 páginas de conteúdo católico)
1933	n. 92	Leonilda Montandon	<i>Educação moral nas escolas</i>	p. 26-29 (4 páginas com trechos católicos)
1933	n. 92	João Rezende da	<i>Confrontando e concluindo</i>	p. 47

		Costa		(trecho católico)
1933	n. 93	José Alfredo Gomes	<i>COLABORAÇÃO A Escola Domestica de Brazopolis.</i> (Conferencia pronunciada na Escola Domestica de Brazopolis por ocasião das reuniões dos assistentes tecnicos do ensino)	p. 5-21 (17 páginas com trechos católicos)
1933	n. 94	Maria Luiza de Almeida da Cunha	<i>O conceito cristão da educação</i> (Traduzido da Femme Belge. n.3 maio-junho 1933)	p. 41-46 (6 páginas de conteúdo católico)
1933	n. 94	Dom Joaquim Silverio de Souza	<i>NOTICIÁRIO: deve a Escola Nova renegar a escola tradicional?</i> Conferencia de Dom Joaquim Silverio de Souza, Arcebispo de Diamantina, na Escola de Aperfeiçoamento, poucos dias antes do seu falecimento	p. 49-67 (19 páginas de conteúdo católico)
1933	n. 95	Gabriela Mistral	<i>Oração do Mestre</i>	p. 1-2 (2 páginas com conteúdo católico)
1933	n. 97	Noraldino de Lima	<i>A colação de gráu da turma de 1933 do Colégio Imaculada Conceição: o discurso pronunciado pelo dr. Noraldino de Lima como paraninfo</i>	p. 8-12 (5 páginas contendo trechos católicos)
1933	n. 97	Noraldino de Lima	<i>Colação de gráu das alunas da escola Normal Oficial, de Formiga</i> (Discurso do dr. Noraldino de Lima)	p. 13-18 (6 páginas com trechos católicos)
1933	n. 97	Noraldino de Lima	<i>Colação de gráu na Escola Normal de S. Gonçalo do Sapucaí: o discurso do dr. Noraldino de Lima</i>	p. 27 (trecho católico)
1933	n. 97	Guerino Casasanta	<i>A disciplina que nos convém</i> (Discurso do paraninfo pronunciado no Colégio Sagrado Coração, da Capital, em 10/12/33)	p. 28-34 (2 páginas com conteúdo católico)
1933	n. 97	Bispo Diocesano	<i>Colegio "N. S. das Dores"</i> O discurso do exmo. bispo diocesano, que paraninfo a nova turma de normalistas	p. 34-46 (13 páginas)
1933	n. 97	Manuel Casasanta	<i>Jesus-Christo na escola</i> Discurso do paraninfo, como representante do sr. Guerino Casasanta, Inspetor Geral da Instrução, às diplomandas do Colégio "Santos Anjos", de Varginha	p. 47-51 (5 páginas com o conteúdo católico)
1934	n. 98-99-100	Raul de Almeida Costa	<i>TRECHO</i> Discurso pronunciado na escola Norma N. Senhora de Lourdes, em 1933, pelo Assistente técnico Raul de Almeida Costa, paraninfo.	p. 34-35 (2 páginas com o conteúdo católico)
1934	n. 98-99-100	Noraldino de Lima	<i>UM HINO À PROFESSORA: do livro "O momento pedagógico"</i> do dr. Noraldino de Lima, extraímos este trecho, delicado tributo do carinho e do entusiasmo do Secretário da Educação pelas educadoras mineiras.	p. 38-39 (2 páginas de conteúdo católico)
1934	n. 98-	Cônego Raymundo	<i>ENSINO MODERNO E RELIGIÃO</i>	p. 40-46

	99-100	de Almeida Curvelo	Discurso pronunciado pelo Rvdm. Cônego Raymundo de Almeida Curvelo em Curvelo, na qualidade de paraninfo das diplomandas da Escola Normal Orfanato Santo Antonio	(7 páginas com o conteúdo católico)
1934	n. 101	Mario Rebêlo	<i>Decálogo do professor</i>	p. 2 (trecho católico implicitamente)
1934	n. 102	Noraldino de Lima	<i>Um livro para os mestres</i>	p. 2-10 (trecho católico)
1934	n. 102	João Batista Santiago	<i>A divulgação dos ideais da escola renovada</i>	p. 11-13 (3 páginas de conteúdo católico)
1934	n. 102	Luzia de Oliveira Faria (professora do grupo escolar de Araxá)	<i>A excursão na escola primária</i>	p. 64 (trecho católico)
1934	n. 104	Honorio Armond	<i>O sentido da renovação</i>	p. 42-48 (7 páginas de conteúdo católico)
1934	n. 104	Alice de Andrade Santiago	<i>A personalidade em formação e a responsabilidade do educador</i>	p. 16 (trecho católico)
1934	n. 104	Alcina Lana	<i>Um projeto interessante</i>	p. 115 (trecho católico)
1934	n. 105	Lombardo Radice	<i>Adolphe Ferrière e a Escola Ativa</i>	p. 42-47 (6 páginas que defendem a Escola Nova com alguns trechos católicos)
1934	n. 106	Alice de Andrade Santiago	<i>A educação moral e a função da escola</i>	p. 12-16 (5 páginas de conteúdo católico)
1934	n. 106	Zina Magalhães	<i>Disciplina na liberdade</i>	p. 29 (trecho católico)
1934	n. 109	Noraldino de Lima	<i>O ano de 1934 e a educação em Minas Geraes</i>	p. 1-40 (40 páginas voltadas contendo alguns trechos católicos)
1934	n. 109	Nair Starling	<i>Estudo em torno das emoções</i>	p. 57 (trecho católico texto dirigido aos professores mineiros)
1934	n. 109	Irene Lustosa	<i>Influencias das leituras sobre as composições das creanças</i> Experiencia realizada numa classe de 3º anno do Grupo Escolar “João Pessoa”, da Capital	p. 75 (trecho católico)
1934	n. 109	Maria de Lourdes Paula (criança)	<i>A primavera</i>	p. 76 (trecho católico)
1934	n. 109	Maria da Conceição Lopes (criança)	<i>A primavera</i>	p. 76 (trecho católico)

1934	109	Maria da Conceição Paiva	<i>A primavera</i>	p. 77 (trecho católico)
1934	110	Gabriela Monteiro de Carvalho	<i>A philosophia da educação phisica</i>	p. 69-71 (3 páginas contendo trechos católicos)
1935	n. 116-117	Nair Starling	<i>Estudo em torno das emoções</i>	p. 51 (trecho católico)
1935	n. 116-117	Ignacia Ferreira Guimarães (Chefe de Programmas e actividades Extra-classes do Departamento de Educação do Districto Federal)	<i>Introdução ao Programma de Educação e Saúde</i>	p. 137-138 (trecho católico)
1935	n. 118	Waldemar Tavares Paes	<i>Semana da Pátria</i>	p. 201-203 (3 páginas com o conteúdo católico)
1935	n. 119	Maria Luzia de Almeida Cunha	<i>A Influência da religião na educação da criança</i>	p. 5-19 (15 páginas com o conteúdo católico)
1935	n. 120-121	Dr. J. Bonnifacio Olinda de Andrade	<i>O ensino normal</i> Por dr. J. Bonnifacio Olinda de Andrade (Discurso promunciado na solenidade da collação de grau das displomandas de 1935 pela Escola Normal de Juiz de Fora)	p. 113-119) (7 páginas contendo alguns trechos católicos)
1935	n. 120-121	Monsenhor Arthur de Oliveira	<i>Allocução pronunciado pelo Revdmo. Monsenhor Arthur de Oliveira reitor do Gymnasio Mineiro de Bello Horizonte, após a missa campal celebrada no Parque Municipal de Bello Horizonte, e que constituiu o primeiro acto da Semana da Educação Rural</i>	p. 127-133 (8 páginas contendo alguns trechos católicos)
1935	n. 120-121	Maria Aracy Lessa	<i>O papel do clero na ruralização do ensino</i>	p. 230-237 (8 páginas de conteúdo católico)
1936	n. 122-123	Lucio José dos Santos	<i>Theoria da Educação segundo Santo Thomaz de Aquino</i>	p. 5-17 (13 páginas de conteúdo parcialmente católico)
1936	n. 125-126-127	Amelia da Matta Machado	<i>Notas sobre Alberto Torres</i> (Adaptação)	p. 9-23 (15 páginas de conteúdo católico)
1936	n. 128-133	Dulce Botelho Junqueira	<i>Uma interpretação da Escola Nova</i>	p. 45-47 (3 páginas de conteúdo católico)
1936	n. 128-133	Irmã Olga (profa. de methodologia do	<i>Escola Nova Christã</i> (palestra realizada no grupo escolar de	p. 64-76 (13 páginas de

		equiparato normal de Araguay)	Araguary)	conteúdo católico)
1937	n. 134-136	M. Lourdes Borges de Souza Barros	<i>Aulas de religião</i>	p. 64-65 (2 páginas com conteúdo católico)
1937	n. 137-139	Alaide Lisboa	<i>Anchieta educador</i>	p. 7-23 (17 páginas de conteúdo católico)
1937	n. 140-142	Revista do Ensino	<i>Monografia de uma classe escolar de Belo Horizonte</i> (Boletim N. 9)	p. 158 (trecho católico)
1938	n. 148	Abel Fagundes	<i>QUADROS ILUMINADOS:</i> edição da Compahia Melhoramentos	p. 114-115 (trechos católicos)
1938	n. 149-151	Viriato Fonseca	<i>Traçando um destino</i>	p. 189 (trecho a favor da religião)
1938	n. 149-151	Abel Fagundes	<i>Acêrca de Livros...</i>	p. 190-200 (11 páginas de conteúdo a favor do ensino religioso)
1938	n. 152-154	Ana Nunes Horta (Professora)	<i>Plano de excursão:</i> Professora Ana Nunes Horta (Classe do 4º Ano A, do Grupo Escolar de Mariana)	p. 7 (trecho católico)
1938	n. 152-154	Rosa Malvini	<i>Plano de excursão</i> Professora Rosa Malvini (Classe do 4º Ano A, do Grupo de Mariana)	p. 10 (trecho católico)
1938	n. 152-154	Consuelo de Jesus Falci	<i>Plantio do Trigo</i> (Projeto executado pela classe do 4º ano, do grupo escolar “Aurelio Pires”, de Gouvêa município de Diamantina, iniciado em março de 1937 e finalizado em março de 1938).	p. 15 (trecho católico)
1938	n. 152-154	Consuelo de Jesus Falci	<i>Nosso trabalho, nosso trigo, nossa hóstia, nosso Deus</i>	p. 20-27 (8 páginas de conteúdo católico)
1938	n. 152-154	Célica Silva de Pontet e Ema Laureu	<i>Programas Escolares</i> Diretrizes para a formação do caráter da criança	p. 67 (trecho católico)
1938	n. 152-154	Celso Kelly	<i>A educação e a ordem</i> Conferência pronunciada pelo Dr. Celso Kelly, na Associação Brasileira de Educação	p. 111 (trecho católico)
1938	n. 152-154	Revista do Ensino	<i>Em nossas escolas</i> (Da Inspetoria Técnica do Departamento de Educação)	p. 246 (trecho católico)
1939	n. 158-163	Eliseu Laborne e Vale (chefe do departamento de Educação)	<i>Um toque de alvorada</i> Alocução proferida ao microfone da Rádio Inconfidência, ao ensejo da reabertura da hora educativa, na P.R.I. 3).	p. 3-7 (5 páginas com alguns trechos implicitamente católicos)
1939	n. 158-163	Teobaldo Miranda Santos	<i>A pedagogia moderna e a educação cristã</i>	p. 94-108 (15 páginas de conteúdo católico)

1939	n. 164-169	Zenite Feliz da Silva e Maria do Carmo Rogedo	<i>Grupo Escolar “Flavio dos Santos” (Renascença), Capital</i>	p. 141 (trecho católico)
1939	n. 164-169	Maria Suzel de Pádua	<i>Escola Normal “N. S. Auxiliadora”, de Ponte Nova</i>	p. 153 (trecho católico)
1939	n. 164-169	Maria Suzel de Pádua	<i>Instituto Pestalozzi, da Capital</i>	p. 186 (trecho sobre o ensino religioso)
1939	n. 164-169	Organizadora: Maria Suzel de Pádua Autor: Consuelo de Jesus Falci	<i>Grupo escolar “Aurélio Pires” de Gouvêa, município de Diamantina</i>	p. 190-192 (3 páginas de conteúdo católico)
1940	n. 170-172	Eliseu Laborne e Vale	<i>O Jubileu do “Mestre Chico”</i>	p. 47-50 (4 páginas de conteúdo com alguns trechos implicitamente católicos)